



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

MURILLO AUGUSTO DE SOUZA VAN DER LAAN

**O DESENVOLVIMENTO DO SER SOCIAL NA ONTOLOGIA
LUKÁCSIANA: TRABALHO E REPRODUÇÃO**

CAMPINAS

2014

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

MURILLO AUGUSTO DE SOUZA VAN DER LAAN

**O DESENVOLVIMENTO DO SER SOCIAL NA ONTOLOGIA
LUKÁCSIANA**

ORIENTADOR: Prof. Dr. Jesus José Ranieri

Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, para obtenção do título de mestre em Sociologia.

Este exemplar corresponde à redação final da dissertação defendida por Murillo Augusto de Souza van der Laan e orientada pelo Prof. Dr. Jesus José Ranieri.

Campinas

2014

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Marta dos Santos - CRB 8/5892

V282d Van der Laan, Murillo Augusto de Souza, 1985-
O desenvolvimento do ser social na ontologia lukácsiana : trabalho e
reprodução / Murillo Augusto de Souza van der Laan. – Campinas, SP : [s.n.],
2014.

Orientador: Jesus José Ranieri.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas.

1. Lukács, György, 1885-1971. 2. Marx, KarlMarx, 1818-1883. 3. Ontologia -
Filosofia. I. Ranieri, Jesus José, 1965-. II. Universidade Estadual de Campinas.
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: The development of the social being in Lukacs' ontology : labour and
reproduction

Palavras-chave em inglês:

Ontology - Philosophy

Área de concentração: Sociologia

Titulação: Mestre em Sociologia

Banca examinadora:

Jesus José Ranieri [Orientador]

Ricardo Coltro Antunes

Maria Orlanda Pinassi

Antunes, Ricardo Coltro

Pinassi, Maria Orlanda

Data de defesa: 20-03-2014

Programa de Pós-Graduação: Sociologia



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Dissertação de Mestrado, em sessão pública realizada em 20 de março de 2014, considerou o candidato MURILLO AUGUSTO DE SOUZA VAN DER LAAN aprovada.

Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida e aprovada pela Comissão Julgadora.

Prof. Dr. Jesus José Ranieri

A handwritten signature in blue ink, written over a horizontal line. The signature is stylized and appears to be "Jesus José Ranieri".

Prof. Dr. Ricardo Luiz Coltro Antunes

A handwritten signature in blue ink, written over a horizontal line. The signature is stylized and appears to be "Ricardo Luiz Coltro Antunes".

Profa. Dra. Maria Orlanda Pinassi

A handwritten signature in blue ink, written over a horizontal line. The signature is stylized and appears to be "Maria Orlanda Pinassi".

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho é fruto de um percurso ainda muito inicial e que, pacientemente, espera desenvolver-se no futuro. O contato com a aridez da bibliografia pesquisada só foi possível com o auxílio direto e indireto de muitas pessoas ao longo desses dois anos. Listar todas aqui é tarefa impossível e, infelizmente, muita gente importante acaba não sendo mencionada. Ainda assim, arrisco elencar alguns nomes.

Antes de tudo, gostaria de agradecer ao meu irmão, Kefer Carlos de Souza van der Laan e a meus pais Carlos Roberto van der Laan e Evanir Maria de Souza van der Laan. Apesar de nossas diferenças, a compreensão, paciência e apoio deles sempre foram fundamentais para que essa humilde pesquisa fosse levada a cabo.

De fundamental importância foi o trabalho, dedicado e paciente, de Maria Christina Ferreira Faccioni e de Daniel Cardoso, que sempre muito gentilmente me auxiliaram com todos os trâmites burocráticos da pós-graduação.

Gostaria de agradecer também ao meu orientador, Jesus José Ranieri, por todo apoio e confiança. Da mesma maneira, aos professores Ricardo Coltro Antunes, Maria Orlanda Pinassi, Lívia de Cássia Godoi Moraes e Sílvio Camargo pela avaliação deste trabalho e contribuições fundamentais para a continuidade de minha formação.

Aos novos e velhos amigos fica meu muito obrigado. À Mariana Shinohara e Antônio Deval (ou Derval? Ou Durval? Ou Dorival?), conhecidos de longa data (estamos ficando velhos) que me ajudaram em Campinas e a quem considero excelentes amigos; ao pessoal do Recife: Márcio Moneta, Raul Lima, Camila Teixeira e Pedro Queiroz, pela amizade, apoio, reflexões, etc.; ao Henrique Pasti, Nara Roberta, Vinícius Oliveira, Eli Magalhães, Emiliano César Almeida e Ariadne Meissner, pelas dicas, apoio e injeções de ânimo; ao Akira Shishito, amigo de previsões pertinentes sobre o futuro próximo e companheiro dos cinco minutos exatos de café; a todos na Universidade Estadual de Londrina: Gustavo Casasanta Mayer, João Gabriel Vieira Bordin (agora na UFSC!), Leonardo Ferreira, Tiago Tobias, Eliel Machado, e tantos outros que direta e indiretamente contribuíram com a minha formação. Sobretudo, destaco aqui, o auxílio decisivo de Ângela Maria de Souza Lima, Simone Wolff, José Flávio Bertero e Sávio Cavalcante.

Um agradecimento especial à cinco novos e importantes amigos: Fernando Matias Osho Rivera (Sucrilhos), Rafael *Aparecido* Monpean (o Batman Rafinha), Pedro Michael Fermin, Marco Tábom Tobón e Hugo Tolima. Nossas conversas, discussões, tensões e risadas, no almoço ou no jantar, foram sempre de muito acúmulo e aprendizagem. Apesar de todas as derrotas no futebol de domingo, preço que pagamos por ter um Sucrilhos em nosso time, a companhia deles me ajudou muito a continuar nesses dois anos.

Por fim, e mais importante, gostaria de agradecer a Micheli Souza da Silva, Gisele Giampaoli e, sobretudo, a minha companheira e amiga, de altos e baixos, Flavia Bischain Rosa. A força delas é inspiradora, espero um dia poder contribuir mais efetivamente, como elas o fazem, para a construção de um mundo melhor.

RESUMO

Em fins da década de 1950, György Lukács propôs um renascimento do marxismo que fizesse frente tanto aos desenvolvimentos neopositivistas da filosofia burguesa quanto às deformações teóricas de Marx empregadas pelo taticismo stalinista. Vitimado por um câncer em 1971, o filósofo húngaro não pôde concluir suas pretensões teóricas. Ainda assim, nos legou uma rica leitura ontológica de Marx, como prelúdio de seu projeto não escrito de uma Ética marxista. A presente dissertação volta-se à investigação desta leitura, que seria um dos últimos posicionamentos teóricos de Lukács e que deram origem aos *Prolegômenos para uma Ontologia do ser social* e *Para uma Ontologia do ser social*. Concentra-se aqui na apresentação e articulação das categorias que considera-se fundamentais para o entendimento da concepção lukácsiana de desenvolvimento do ser social, perpassando o conjunto de reflexões gerais acerca do ser e atendo-se, sobretudo, aos capítulos *O Trabalho* e *A Reprodução* da parte sistemática de *Para uma ontologia do ser social*.

Palavras-chave: Lukács; Marx; Ontologia; Desenvolvimento

ABSTRACT

At the end of the 1950s, György Lukács proposed a marxism's renaissance that would be able to face the neopositivists development of the bourgeois philosophy and the theoretical distortions of Marx, advanced by the stalinist taticism. Killed by a cancer in 1971, the hungarian philosopher couldn't finish his theoretical plans. Nevertheless, he left us a rich ontological interpretation of Marx, thought as a prelude of his never written Ethics. The present dissertation investigates this interpretation, one of the last theoretical reflexions of Lukács, that resulted in the *Prolegomena to the Ontology of Social Being* and *The Ontology of Social Being*. The focus here is to present and articulate the categories that are essential to understand the lukácsian conception of the development of the social being: the ones dealing with the being in general but, specially, those presented in the chapter *Labour and Reproduction*, in the systematic part of *The Ontology of Social Being*.

Keywords: Lukács; Marx; Ontology; Development

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1 ASPECTOS ONTOLÓGICOS GERAIS	11
1.1 OBJETIVIDADE, TOTALIDADE E HISTORICIDADE.....	11
1.2 SER INORGÂNICO, SER ORGÂNICO E SER SOCIAL – O DESENVOLVIMENTO IMANENTE.....	21
1.3 CONTINUIDADE/DESCONTINUIDADE, IDENTIDADE/NÃO-IDENTIDADE E AS CATEGORIAS MODAIS.....	25
2 O TRABALHO: CATEGORIA FUNDANTE E MODELO DA PRÁXIS	33
3 REPRODUÇÃO.....	59
3.1 ASPECTOS GERAIS DA REPRODUÇÃO.....	59
3.1.1 Trabalho para além de si, divisão do trabalho e direção evolutiva no desenvolvimento desigual e contraditório	59
3.1.2 Continuidade, cotidiano e o complexo de complexos	69
3.1.3 As duas dimensões do momento predominante na reprodução do ser social.....	72
3.2 A REPRODUÇÃO DO INDIVÍDUO NA SOCIEDADE.....	79
3.3 A REPRODUÇÃO DA SOCIEDADE ENQUANTO TOTALIDADE.....	83
CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
REFERÊNCIAS.....	111

INTRODUÇÃO

Empenhar-se em uma dissertação de mestrado acerca do que poderia ser considerada a derradeira contribuição de Lukács ao marxismo é, a nosso ver, uma tarefa muito complicada. A imensidão, intensiva e extensiva, da obra e da erudição desse autor impõe-se de saída àquele que, iniciando-se nos labirintos das reflexões das ciências humanas e da filosofia, procure compreendê-la com mais vagar. Por isso, nesta introdução, além da apresentação geral de nosso objeto, gostaríamos de deixar o mais claro possível nossa inspiração metodológica, percurso e limitações. Assim o fazemos não apenas para o esclarecimento de um eventual leitor que possa se interessar por este texto, mas também para nosso próprio registro e reflexões futuras.

Para uma ontologia do ser social (2012) e *Prolegômenos para uma ontologia do ser social* (2010) foram redigidas ao longo da década de 1960. Inicialmente concebidas como prelúdio a uma *Ética*, a obra cresceu e concentrou os esforços de Lukács durante o último decênio de sua vida. Ao falecer, em 4 de junho de 1971, o filósofo húngaro havia deixado os dois manuscritos ainda em caráter de preparação. Os *Prolegômenos* com um acabamento maior, mas a extensa *Ontologia*, sobretudo em sua forma de exposição, não satisfazia ainda seu autor (TERTULIAN, 2010, p.383-385). Em todo caso, além de servir como fundamento para a elaboração da *Ética*, a intenção de Lukács era delinear uma “teoria do gênero humano” que tratasse do movimento de uma generidade em-si a uma generidade para-si. Mais ainda, o desejo do filósofo húngaro era contribuir com um renascimento do marxismo que fizesse frente tanto ao neopositivismo e ao existencialismo quanto às distorções teóricas empreendidas pelo stalinismo (TERTULIAN, 2010, p.387-388).

Assim, *Para uma ontologia do ser social* foi dividida em duas partes. Na primeira, conhecida como *histórica*, Lukács traça um percurso que analisa criticamente o estado do debate ontológico de sua época. Suas considerações perpassam autores como Ludwig Wittgenstein, Martin Heidegger, Rudolf Carnap, Georg Wilhelm Friedrich Hegel, Nicolai Hartmann, entre outros. Para além destes, o pensamento marxiano é retomado a luz de uma interpretação explicitamente ontológica. A segunda parte da obra, a *sistemática*, concentra-se na exposição positiva do modo como Lukács percebe a própria questão ontológica, voltando-se prioritariamente para o ser social.

Nos *Prolegômenos* a divisão mencionada não comparece. Nesta obra, há um esforço maior em abordar as categorias gerais do ser e, concomitantemente, apresentar uma posição crítica a diversos autores. Sobre estes dois trabalhos vale destacar que, até onde avançamos em nossa compreensão, concordamos com as conclusões de Nicolas Tertulian de que não existem tensões entre ambos (LUKÁCS, 2010, p.383).

No entanto, os estudos acerca da ontologia de Lukács devem ainda progredir. A nosso ver, sobretudo o complicado enfrentamento entre as posições críticas do filósofo húngaro com relação ao conjunto do debate ontológico – isto é, aquelas concentradas especialmente na primeira parte da *Ontologia* –, ainda precisam ser examinadas com mais vagar. Aqui encontra-se a primeira de nossas limitações. Dado nossos conhecimentos incipientes de filosofia, precisamos também avançar na compreensão das colocações de Lukács neste quesito. Na investigação de nosso objeto, todavia, estamos mais preocupados com os momentos da exposição positiva realizada pelo filósofo húngaro. Por isso, nosso esforço estará centrado sobretudo na parte sistemática da *Ontologia*, com algumas incursões necessárias em sua seção *histórica* e nos *Prolegômenos*.

Vejamos com mais vagar, ainda que muito brevemente, no que consiste o objeto desta dissertação.

Se a preocupação última de Lukács na *Ontologia* estava em uma teoria do gênero humano que considerasse o movimento deste em direção ao seu para-si, ao tomarmos o desenvolvimento do ser social como objeto, é justamente este movimento crucial, que perpassa toda a obra, que nos interessa. Bem entendido, não se trata de reproduzir todo o grande esforço de Lukács. Nosso interesse está nos momentos que consideramos decisivos em tal desdobramento.

Como veremos, o cerne da reflexão neste recorte diz respeito ao amplo processo de afastamento das barreiras naturais ou, em outros termos ainda, a socialização do ser social. Entendê-lo, a partir da perspectiva lukácsiana leva-nos, a nosso ver, a uma certa distância do próprio objeto. Isto porque a concepção ontológica de Lukács, radicalmente imanente e unitária, requer que nos detenhamos nos problemas ontológicos gerais. Assim, seguindo a abordagem de Lukács, discorreremos sobre algumas categorias gerais do ser; trataremos do problema da objetividade; das esferas inorgânica, orgânica e social e a questão do salto ontológico; da historicidade; das categorias modais, da continuidade/descontinuidade, identidade/não-identidade, etc. Mas nosso intuito aqui não é “esgotar” tais problemas e sim, como dissemos, apresentar aqueles

que parecem-nos mais importantes para o entendimento do desenvolvimento do ser social. Por isso, não foi nossa preocupação, por exemplo, explorar a compreensão de Lukács acerca das determinações de reflexão em Hegel – mesmo tendo em conta que o entendimento adequado, exaustivo, das categorias da *Ontologia* tem de passar por tal problema.

Da mesma maneira tomamos a questão central do ser social. Para compreender o processo de afastamento das barreiras naturais é preciso abordar o problema do trabalho, como momento fundante e modelo da práxis. E ainda pensar em seu desdobramento e generalização; nos processos de valoração e no valor econômico; na reprodução complexiva desigual e contraditória; no momento predominante deste processo; além do papel efetivo da ideologia e dos obstáculos históricos colocados pelas diversas manifestações do estranhamento. Isto implica, de nossa parte, investigar com vagar cada um dos capítulos da parte sistemática da ontologia. Mas entendemos, mais uma vez, que não seja necessário “esgotar” cada um deles. Assim, não nos preocupamos, para ficar em dois exemplos, em tratar de cada um dos complexos parciais mencionados por Lukács, como a linguagem, o direito, etc., ou adentrar os detalhes das considerações acerca da manifestação do estranhamento religioso.

Em suma, nosso intuito no que tange a ontologia é retirar de seus variados momentos, aqueles que consideramos cruciais para a compreensão do desenvolvimento do ser social: as categorias que se articulam e que desvelam sua dinâmica no processo de afastamento das barreiras naturais. Esta é nossa tarefa principal mas como, para nós, aproximar do entendimento deste problema em Lukács implica ainda remeter para além da obra, alguns outros passos são necessários. Diante das limitações de tempo impostas a uma dissertação de mestrado, todavia, o que apresentamos neste trabalho é parte dos resultados de nossa pesquisa, que deverá avançar futuramente. Para que nos façamos entender, voltemos mais explicitamente para o método e o caminho que buscaremos percorrer ao longo de toda a pesquisa e as etapas que conseguimos concluir neste texto.

Propomos aqui uma análise *lukácsiana de Lukács*. A expressão é de Michael Löwy, que em seu estudo acerca da evolução política do filósofo húngaro inspirou-se nas considerações metodológicas de *História e consciência de classe* (LÖWY, 1998, p.12). A nosso ver, “aplicar” um método retroativamente a seu próprio autor, ainda que coloque-nos no interior de sua própria delimitação dos elementos privilegiados para se abordar um problema, não implica

necessariamente em uma coincidência de posicionamento entre aquele que criou o método e aquele que o utiliza. O distanciamento colocado pelo tempo e pelo espaço, o desdobrar dos acontecimentos históricos, as fontes diversas pesquisadas, os embates críticos entre as distintas posições teórico/políticas colocam-nos a possibilidade – mas não a necessidade – de um outro diagnóstico, distinto daquele oferecido pelo autor em sua própria época. Sem maiores distanciamentos da abordagem de Löwy, no entanto, pretendemos organizar nossa pesquisa a partir das considerações metodológicas de Lukács contidas em *O assalto a Razão*¹. Isto porque encontramos nesta obra uma referência mais explícita, ainda que muito breve, acerca da maneira de se abordar uma concepção teórica. Referimo-nos aquela que remete-se à gênese, função social e leitura/crítica imanente de um texto.

A história da filosofia, para Lukács, não está apenas confinada a história das idéias filosóficas e de seus autores. O desenvolvimento das forças produtivas, o desenvolvimento social e o embate entre as classes é quem coloca às reflexões filosóficas os problemas a serem enfrentados e os caminhos das diversas resoluções. Daí a necessidade de remeter-se a estas questões de ordem primária na interpretação de uma perspectiva teórica, afastando-se de uma compreensão radicalmente imanente, voltada a si própria, do desenvolvimento da filosofia (LUKÁCS, 1959, p.3).

Por outro lado, isto não implica um rechaço completo dos problemas específicos da filosofia. É preciso ater-se a eles para colocar em relevo aquilo que é de fato significativo e o que é meramente acessório no desenvolvimento de um determinado posicionamento. A abordagem lukácsiana estipula, portanto, que a adequada compreensão de uma perspectiva filosófica deve partir da vida social e a ela retornar. É este o caminho que, para o filósofo húngaro, permite aproximar-se da envergadura e profundidade de um pensamento em uma determinada época. Isto ultrapassa as intenções de seu autor – se ele é ou não consciente do papel desempenhado por sua reflexão –, sendo tarefa daquele que interpreta buscar a objetividade da intervenção de um determinado posicionamento ao longo da história (LUKÁCS, 1959, p.4).

¹ Consideramos que nossa intenção, do ponto de vista metodológico, não distancia-se daquela colocada por Löwy porque – a despeito das polêmicas entre o “jovem Lukács” e o “Lukács da maturidade” –, sua abordagem inspira-se no problema da totalidade, assumindo o econômico como determinante em última instância mas reconhecendo a importância e efetividade da autonomia relativa da ideologia, além do momento crucial do embate entre as classes, etc. Na análise de Löwy, todos estes elementos são levados em consideração em sua relação com os posicionamentos teórico/políticos do filósofo húngaro (cf. LÖWY, 1998, p.14-20).

Estas questões remetem-nos aos eixos mencionados anteriormente: gênese, função social e leitura/crítica imanente.

Começando pelo último item, a tarefa principal de nossa pesquisa – selecionar e articular as categorias decisivas do desenvolvimento do ser social – leva-nos a “mergulhar” na *Ontologia* e nos *Prolegômenos* assumindo-os em sua dimensão objetiva. De nossa parte, apresenta-se aqui um outro aspecto de uma leitura *lukácsiana de Lukács*. Veremos ao longo dessa dissertação como o primado da objetividade coloca-se ao sujeito da práxis, levando este a lidar com as determinações do real no processo de suas objetivações. Em certo sentido, esta questão estende-se à própria leitura que buscamos empreender. Isto é, o próprio texto enquanto ente objetivado possui uma articulação própria que deve ser respeitada. Ainda que ele dependa da apropriação consciente e, aqui, as margens de interpretação sejam infundáveis, devemos nos esforçar para captar a dimensão objetiva de sua constituição, sob pena de imputarmos ao objeto mais o que nossas impressões subjetivas dizem dele do que o que ele próprio tenta nos dizer. Nas palavras de José Chasin é preciso abordar o texto

em sua consistência autossignificativa, aí compreendida toda a grade de vetores que o conformam, tanto positivos como negativos: o conjunto de suas afirmações, conexões e suficiências, como também as eventuais lacunas e incongruências que o perfaçam. Configuração esta que em si é autônoma em relação aos modos pelos quais é encarada, de frente ou por vieses, iluminada ou obscurecida no movimento de produção de um para-nós que é elaborado pelo investigador, já que, no extremo e por absurdo, mesmo se todo observador fosse incapaz de entender o sentido das coisas e dos textos, os nexos ou significados destes não deixariam, por isso, de existir, salvo se admitido, paradoxalmente, que a impotência do sujeito no campo ideal é poder dissolvidor no plano real, donde *nexos* ou *significados* efetivos não serem passíveis de dissipação real pelas eventuais incapacidades, absolutas ou transitórias, dos analistas (CHASIN, 2009, p.25-26).

Bem entendido, este posicionamento frente a leitura não implica que ela – e menos ainda a interpretação crítica – seja neutra. De nossa parte, pensamos que o ato de ler um texto é tensionado, desde sua própria seleção, pelas determinações ideológicas que conformam o leitor. Não obstante, ainda dentro da tradição lukácsiana, não consideramos ideologia e objetividade como radicalmente opostas (cf. VAISMAN, 1986, p.145). Assim, a impossibilidade do leitor de retirar-se do âmbito ideológico não deve servir, a nosso ver, de subterfúgio para uma leitura arbitrária. Pelo contrário, também por isso é que é preciso aproximar-se o máximo possível da constituição objetiva do texto e demonstrar aí os argumentos que sustentam qualquer interpretação.

Assumindo esta autonomia do texto, cabe-nos, em primeiro lugar, inquirir nosso objeto naquilo que ele tem de mais explícito, realizando uma cisão analítica de suas diversas categorias e traçando a articulação entre elas; na sequência, refletir sobre seus momentos de silêncio e lacunas e sobre o que permanece implícito em suas articulações².

Para tanto, utilizaremos a tradução para o português da editora Boitempo cotejando-a, onde julgarmos necessário, com as versões em italiano e alemão. Ademais, faremos uso também das leituras imanentes dos capítulos da parte sistemática da *Ontologia*, realizadas por estudiosos brasileiros de Lukács. Referimo-nos aqui, em especial, aos trabalhos de Ronaldo Fortes (2001) e Sérgio Lessa (2012) sobre o capítulo do trabalho; deste último autor utilizaremos também sua pesquisa sobre o capítulo da reprodução (Lessa, 1995); além do estudo de Ester Vaisman (1986) sobre a seção da *Ontologia* intitulada *O problema da Ideologia*, presente no interior do capítulo *O Ideal e a Ideologia*; e, por último, à pesquisa de Maria Holanda (2005) sobre o estranhamento³. Outros textos também irão nos auxiliar nas reflexões mais especificamente teóricas da *Ontologia*. Destacamos aqui, entre outros, as diversas contribuições de Nicolas Tertulian sobre o pensamento ontológico em geral e as questões da ideologia e do estranhamento em específico (2013, 2008a, 2008b, 2010), o importante texto de Guido Oldrini (2002) sobre a gênese da reflexão ontológica em Lukács e as críticas de Carlos Nelson Coutinho (1996) ao problema da política na *Ontologia*.

Este é o caminho que pretendemos percorrer para cumprir nossa tarefa principal: elencar, através da leitura imanente, os momentos que consideramos decisivos para a compreensão da perspectiva lukácsiana de desenvolvimento do ser social. No texto que o leitor tem em mãos, realizamos a leitura/crítica imanente dos *Prolegômenos* e da *Ontologia*, concentrando nossos esforços nas categorias gerais do ser, no trabalho e na reprodução. Nossa investigação futura deverá ainda levar a cabo as considerações ontológicas de Lukács acerca da ideologia e do estranhamento, o que nos permitirá uma abordagem mais unitária do texto de nosso autor.

Ademais, será preciso ainda, futuramente, que consideremos a gênese e a função social de nosso objeto.

A nosso ver, esses dois momentos, por remeterem-se ao solo histórico, estão muito próximos. Não são, todavia, coincidentes. A gênese diz respeito ao conjunto de forças, relações,

² Inspiramo-nos aqui nos procedimentos descritos por Sérgio Lessa (2007, p.17-21).

³ Vale ressaltar, ainda, que nossa pesquisa inspira-se nos procedimentos e nos resultados da tese de Gilmaísa Costa (2007), que percorreu toda a parte sistemática da *Ontologia* em busca da teoria da personalidade de Lukács.

determinações, problemas, etc. subjacentes às alternativas colocadas a um autor em um determinado momento de seu processo criativo. A função social, por sua vez, refere-se ao diálogo/intervenção efetivo – para além das intenções subjetivas do autor – estabelecido com as determinações mencionadas acima. Para nosso objeto, este último momento pode ainda ser cindido em duas partes: o diálogo/intervenção que a perspectiva lukácsiana estabeleceu com seu tempo, e aquele que ela pode estabelecer com o nosso.

Gênese e função social, vale lembrar, devem ser articuladas com a leitura imanente, abrindo espaço para a interpretação das eventuais lacunas, momentos de silêncio, questões implícitas, etc., que podem compor, também, uma crítica que dialogue com os elementos internos ao texto.

Sobretudo aqui, é preciso que deixemos claro nossas limitações e as tentativas de contorná-las.

A obra lukácsiana é composta por um número muito grande de reflexões redigidas ao longo dos 86 anos de vida do autor. Qualquer tentativa de aproximação do conturbado e polêmico período em que viveu (1885-1971), comportaria uma série ainda maior de textos. Ainda assim, em nossa investigação futura, pensamos que é possível aproximar, de certa forma, de questões que nos auxiliem na busca da gênese e da função social da concepção lukácsiana de desenvolvimento do ser social.

Como José Paulo Netto coloca, as intervenções do filósofo húngaro nos diversos campos do pensamento social sempre tiveram conscientemente um fundo político, mas há um conjunto destas que referem-se mais diretamente a esta questão (NETTO, 2008, p.7-8). A nosso ver, os momentos onde esta perspectiva aparece de maneira mais explícita seriam uma dimensão privilegiada de acesso aos posicionamentos de Lukács com relação as questões candentes de seu tempo, o que poderia, por sua vez, jogar luz a articulação entre nosso objeto e sua própria época. Mas para além dos materiais que possam contribuir nesse sentido – livros, artigos, entrevistas, etc. –, há ainda os diversos diagnósticos de autores que voltaram-se para a análise do pensamento lukácsiano sem perder de vista sua dimensão política. Nos referimos aqui a textos como o, já mencionado, estudo de Michael Löwy (1998) sobre a evolução política de Lukács que, muito simpático ao posicionamento do filósofo húngaro de meados da década de 1920, rejeita fortemente suas considerações elaboradas em términos do mesmo decênio; ou ainda, às posições mais favoráveis de José Paulo Netto (1979, 2008) ao Lukács da maturidade (pós-1930), que não deixam

de ressaltar suas limitações advindas da permanência no quadro do socialismo em um só país; e, em especial, à forte crítica desferida por Mészáros (2002) aos posicionamentos de seu antigo mestre tanto em sua fase juvenil (pré-1930) quanto naquela da maturidade (pós-1930).

Se o percurso acima delinea os passos que iremos percorrer ao longo de nossa pesquisa, a exposição de seus resultados, no entanto, não é idêntica a ele. Com o término de nossa investigação, teremos um texto distinto do que os resultados preliminares apresentados nesse trabalho. Ele será dividido em três partes.

A primeira corresponderá aos desdobramentos do posicionamento político de Lukács ao longo de sua história, perpassando seus diversos momentos: o desespero e a falta de esperança pré-marxistas; a “conversão” ao marxismo e sua militância sectária; o impacto da crítica de Lênin e a adoção do leninismo; a opção crítica pelo “socialismo realmente existente”; a crítica aberta ao stalinismo e a defesa de reformas do regime soviético. Concomitantemente, buscaremos delinear a gênese do pensamento ontológico lukácsiano, seguindo os passos do já mencionado texto de Guido Oldrini; em particular interessa-nos aqui a “virada” experimentada por Lukács nos anos 1930, quando toma contato com os *Manuscritos econômicos-filosóficos* de Marx, o que o faz rever as perspectivas adotadas em *História e consciência de classe*.

Na segunda parte de nossa exposição, apresentaremos os resultados de nossa leitura imanente da *Ontologia* e dos *Prolegômenos*. Começaremos pelo delineamento de alguns aspectos das categorias gerais do ser e do modo como Lukács as aborda. Passaremos, então, ao trabalho como dimensão fundante do ser social e como modelo da práxis, analisando as diversas categorias que o compõe. Na sequência, será a vez de tratar dos aspectos gerais da reprodução, das duas dimensões de seu momento predominante e os dois pólos da reprodução do ser social: indivíduo e sociedade. Este é o percurso que percorremos no trabalho que o leitor tem em mãos, adiantando, ademais, algumas críticas à perspectiva lukácsiana. Para finalizarmos nossa leitura imanente, todavia, caberá futuramente a análise dos problemas da ideologia, determinante efetivo do desenvolvimento do ser social; e do estranhamento, aviltamento da personalidade dos sujeitos, mesmo no interior do desenvolvimento das capacidades do gênero.

Por fim, a última parte do trabalho tratará das críticas internas aos procedimentos de Lukács. Pensamos em dividi-la em duas seções: a primeira versará sobre aspectos metodológicos e históricos da concepção lukácsiana de desenvolvimento do ser social; a segunda sobre as

perspectivas de emancipação humana aí contida. Neste último quesito, refletiremos sobre a função social desempenhada nos tempos de Lukács e a concernente a nossa contemporaneidade. Isto implicará, ademais, discorrer brevemente sobre as vicissitudes de nosso tempo. Aqui, além de considerações sobre a crise que vivemos, e que nos últimos cinco anos vem se manifestando de maneira aguda, procuraremos também nos orientar a partir do diagnóstico de José Paulo Netto (2002) acerca do “exílio” de Lukács do “caldo cultural da pós-modernidade”.

1 ASPECTOS ONTOLÓGICOS GERAIS

1.1 OBJETIVIDADE, TOTALIDADE E HISTORICIDADE

Os dois manuscritos de Lukács que compõem o cerne de suas reflexões ontológicas e que agora nos propomos analisar mais de perto – *Os prolegômenos para uma ontologia do ser social* e *Para uma ontologia do ser social* –, esforçam-se, como os próprios títulos indicam, em captar os delineamentos ontológicos da humanidade. Por mais óbvia que seja a asserção acima, ela torna-se necessária pela concepção radicalmente unitária de ontologia assumida por Lukács. Desde esse ponto de vista, isso implica também considerações sobre os aspectos mais gerais do ser e de seu desdobramento para que se possa apreender o lugar adequado do ser social e as determinações que conserva/supera e cria. Nossa tarefa neste capítulo é perpassar brevemente alguns desses momentos mais gerais e o modo como nosso autor os concebe.

Não se trata aqui, de analisar o complexo debate que Lukács trava com as tradições filosóficas de diversos matizes; desejamos, apenas, tocar direta e brevemente em alguns dos fundamentos ontológicos sobre os quais nosso objeto – o desenvolvimento do ser social – assenta-se. Para isso, escolhemos o seguinte caminho: iniciaremos nossa discussão pelo caráter primário da objetividade; passaremos então ao modo como Lukács, seguindo os passos de Marx, entende as categorias como “determinações da existência”; na sequência tocaremos na questão da totalidade e de sua historicidade; em conexão com estas, colocaremos, então, os problemas dos desdobramentos imanentes do ser e sua unitariedade última; por fim, discorreremos brevemente sobre as categorias da continuidade/descontinuidade, identidade/não-identidade, necessidade, possibilidade e casualidade.

O caminho delineado acima, portanto, tem como intenção última aproximar-se do lugar ocupado pelo ser social – o que só ganhará, de fato, concretude nos próximos capítulos –, em uma concepção ontológica radicalmente unitária. Isto coloca o problema da totalidade do ser no cerne de nossas reflexões. Não obstante, ao iniciarmos nossa discussão parece-nos adequado, neste momento, assumirmos como ponto de partida o caráter primário da objetividade, por ser ele ponto essencial da perspectiva materialista tomada por Lukács. Por isso, cabe-nos aqui remeter brevemente ao debate iniciado por Feuerbach. Este foi o momento em que pela primeira vez na

Alemanha idealismo e materialismo confrontaram-se de maneira franca. Nele, a inflexão inaugurada por Feuerbach assumiu, então, uma dimensão ontológica⁴ (Lukács, 2012, p. 282).

Para Lukács, a aproximação de Marx a esta virada materialista/ontológica feuerbachiana foi desde o início, em 1841, crítica. No entanto, é nos rascunhos e anotações sobre Feuerbach, presentes em *A ideologia Alemã*, que nosso autor encontra o mote desta inspiração crítica: “Na medida em que Feuerbach é materialista, nele não se encontra a história e, na medida em que toma em consideração a história, ele não é materialista” (MARX, ENGELS, 2007, p. 32). A partir daí diz Lukács:

o juízo de Marx sobre Feuerbach [...] tem sempre dois lados: o reconhecimento de sua virada ontológica como o único ato filosófico sério desse período e, ao mesmo tempo, a constatação de seu limite, ou seja, do fato de que o materialismo alemão feuerbachiano nem mesmo se deu conta do problema da ontologia do ser social. Externa-se aí não só a lucidez e a universalidade filosóficas de Marx; essa tomada de posição também lança luz sobre seu desenvolvimento inicial, sobre o posto central que nele assumiram os problemas ontológicos do ser social (LUKÁCS, 2012, p. 283).

Por aqui já podemos entrever os problemas que guiarão o *tertium datur* marxiano, como interpretado e retomado pelo Lukács da maturidade. Como assentar a reflexão ontológica sobre uma base materialista e, concomitantemente, expressar a radical historicidade do ser, em especial aquela apoiada na práxis do ser social? A resposta é encontrada por Marx através da abertura de um novo caminho crítico entre Hegel e Feuerbach que fornecerá as bases de sua nova ontologia.

O caráter processual da história já estava presente no autor d’*A Ciência da Lógica*: o desenvolvimento do espírito trazia consigo a concepção revolucionária que abandonava a coisidade em troca da processualidade. No entanto, ao identificar sua própria época como o ponto culminante deste desenvolvimento, a filosofia hegeliana assumia uma dimensão teleológica. Para além disto,

⁴ Após a morte de Hegel, em 1831, as disputas em torno do legado de sua filosofia dividiram-se em duas alas. Por um lado, a direita hegeliana posicionava-se a favor da monarquia prussiana; por outro, os neo-hegelianos de esquerda procuravam combater este sistema político. O posicionamento de Feuerbach, antes pertencente a este último grupo, voltou-se a crítica dos próprios fundamentos filosóficos de Hegel; em *Contribuição à crítica da filosofia de Hegel*, de 1839, questionou: “por que não posso referir-me imediatamente ao real? Hegel começa pelo ser, isto é, pelo conceito de ser, ou pelo ser abstrato. Por que não posso começar pelo próprio ser, isto é, pelo ser real?” (FEUERBACH apud FREDERICO, 2009, p.26); no mesmo sentido, é taxativo em seu *Princípios da filosofia do futuro*, de 1843: “quem não abandonar a filosofia hegeliana, não abandona a teologia. A doutrina hegeliana, segundo a qual a natureza, a realidade, é posta pela ideia, só é a expressão racional da doutrina teológica, segundo a qual a natureza é criada por Deus, o ser material por um ser imaterial, isto é, abstrato” (FEUERBACH apud CHASIN, 2009).

a inovadora transformação da coisidade em processualidade assentava-se em uma visão que intercalava problemas ontológicos com uma concepção lógico-gnosiológica, utilizando-se desta última para a resolução de questões concernentes ao ser.

As debilidades, assim, não estavam apenas no fim colocado pelo desenvolvimento dialético hegeliano, mas em toda esta construção filosófica. E é o impulso primeiro do desdobramento desta concepção hegeliana que Marx retomará criticamente, inspirado em Feuerbach, para encontrar o ponto de partida de sua própria concepção ontológica: referimo-nos aqui ao caráter primário da objetividade.

Hegel, na primeira parte de sua *Lógica*, ao partir do ser puro, privado de determinações, buscou desdobrar de um conceito esvaziado do ser um ser real processual⁵ (LUKÁCS, 2010, p. 159). Em outras palavras, derivou logicamente o concreto a partir do abstrato e, com isso, a gênese da objetividade e o seu desenvolvimento processual estiveram comprometidos em um procedimento onde a impoção lógica responde a questões ontológicas (LUKÁCS, 2010, p. 166). Ainda que as operações lógicas possam realizar abstrações das determinações do ser – podendo também esclarecer questões concernentes a este próprio ser –, elas ocorrem no plano do pensamento e delas não se pode derivar ontologicamente o concreto (LUKÁCS, 2010, p. 159). Daí a afirmação de Lukács:

sabidamente, foi Hegel o primeiro a advertir tanto para a complexidade dos fenômenos quanto para a processualidade de sua essência, suas relações, e as colocou no centro da estrutura metodológica de toda filosofia. No entanto, fez isso [...] em tentativas heroicas e insolúveis de tornar compreensíveis as categorias da lógica como simultaneamente ontológicas e lógicas em seu automovimento partindo do simples ser não objetivo, desprovido de predicados, até o sistema perfeito do mundo como um todo nesse seu processo. A insolubilidade aparece logo no início. O ser, ponto de partida de Hegel, de um lado, deve ser essa forma mais geral e, por outro, teria a função de desenvolver todas as suas determinações concretas partindo da dialética, desta “não datidade”. Portanto, para realizar a

⁵ A *Ciência da Lógica* inicia com as relações entre Ser e Nada. Em sua busca por um ponto de partida que seja base de todas as determinações subsequentes, Hegel depara-se com um Ser desprovido de determinações, uma vez que, de seu ponto de vista, se este dado originário fosse determinado, dependeria de tal determinação e, portanto, não seria o elemento primeiro. O momento inicial é, assim, concebido como um ser puro, universal, comum a todas as coisas. A partir deste ponto abstrato desenvolvem-se os movimentos dialéticos hegelianos: uma vez que o Ser é o predicado de todas as coisas ele não pode ser algo determinado; no entanto, o que não é algo é Nada; este último movimento, todavia, não transforma o Ser em Nada, e sim afirma a unidade destes dois pólos. Todo ser determinado, portanto, carrega em si tanto o ser como o nada. Essas interações são então instrumentalizadas por Hegel para demonstrar o caráter dinâmico da realidade. Algo existe apenas no sentido de que aquilo que não é passa a ser e aquilo que é deixa de ser. A partir deste movimento primeiro, Hegel deduz as demais categorias de sua lógica que são, ao mesmo tempo, determinações ontológicas (cf. MARCUSE, 2000, p.129-130).

função de tal ponto de partida lógico-ontológico privado de pressupostos, o ser deveria ser ao mesmo tempo algo além do mero ser-pensado, mas também algo ainda privado de determinações (indeterminadamente pensado). Aqui, porém – antes que tenha início o trabalho de dedução de Hegel –, necessariamente surge a indagação: pode o ser ainda ser existente como ser em geral, se ele deve permanecer como ser real, e, todavia, é concebido privado de determinações objetivas? (LUKÁCS, 2010, p.158-159).

Já em sua juventude, Marx manifestou-se contrário às violações ontológicas por meio de construções lógicas abstratas. Lembra Lukács, que ao opor-se a questão da compreensão em Hegel, Marx argumentou, nos manuscritos intitulados posteriormente *Crítica a filosofia do direito*, que o “compreender não consiste, como pensa Hegel, em reconhecer por toda parte as determinações do Conceito lógico, mas em apreender a lógica específica do objeto específico” (MARX, 2005, p. 108; MARX apud LUKÁCS, 2010, p. 76–77). Na mesma ocasião e no mesmo sentido, criticando a interpretação hegeliana do Estado desaprovou que nesta “o momento filosófico não é a lógica da coisa, mas a coisa da lógica”. (MARX, 2005, p. 39; MARX apud LUKÁCS, 2012, p. 197).

Rejeitando a logicização do ser presente na dialética hegeliana, Marx rejeitou também o subterfúgio a um ser privado de determinações que, por meio de artifícios lógicos, dá lugar a objetividade processual. Aqui, encontramos o ponto de partida de sua concepção ontológica, explicitada já nos *Manuscritos econômico-filosóficos* (LUKÁCS, 2010, p. 171). Coerente com a censura da especulação hegeliana apoiada em um ser desprovido de determinações, Marx coloca nos seguintes termos o primado da objetividade ontológica:

um ser que não tenha nenhum objeto fora de si não é nenhum ser objetivo. Um ser que não seja ele mesmo objeto para um terceiro ser não tem nenhum ser para seu objeto, isto é, não se comporta objetivamente, seu ser não é nenhum ser objetivo. Um ser não objetivo é um não-ser. (MARX, 2004, p. 127; MARX apud LUKÁCS, 2012, p. 303)

A partir do posicionamento marxiano acima, Lukács assinala que a especificidade da objetividade enquanto dado primário do ser é não possuir uma gênese:

aos olhos de Marx, ser é sinônimo de ser objetivo. Não existe ‘outra força’, seja espiritual ou material, que teria imposto, ‘de fora’, uma objetividade a um ser em si informe (caótico), como pensa a maioria dos seus predecessores, conteudística e formalmente, das mais variadas maneiras. (LUKÁCS, 2010, p. 367–368).

Ligada a questão do ponto de partida da objetividade está a afirmação de Marx, cara a Lukács, que estabelece que as categorias são formas do ser, determinações da existência. Especialmente no capítulo do trabalho, veremos como esta afirmação ganha a concretude delineada pelo filósofo húngaro. Por ora, cabe-nos ressaltar que trata-se aqui de um posicionamento distinto daquele subjetivista, gnosiológico e idealista. Ainda que o processo de conhecimento passe por inúmeras mediações, que o caminho de apreensão destas determinações seja permeado por acidentes e assuma apenas um caráter aproximativo – dada a infinitude de sua concreticidade –, as categorias são, do ponto de vista lukácsiano, reproduções no pensamento de tais determinações do ser. O posicionamento ontológico é importante aqui, também porque a práxis e o pensamento a ela ligado assumem, não raras vezes, apenas a preocupação com as condições de exequibilidade de uma determinada ação em um determinado contexto, e não as determinações existentes em si. Na ausência de uma reflexão ontológica, o esforço para a captação de tais determinações pode se esvaír diante das perspectivas meramente metodológicas/gnosiológicas (LUKÁCS, 2010, p. 171–172). Sobre este ponto, Lukács é taxativo acerca da distinção do posicionamento de Marx:

aqui, em um âmbito generalizado, o contraste de Marx com seus antecessores é ainda mais marcante. Já a expressão “categorias” manifesta essa oposição: categoria significa, textualmente, asserção, portanto, a formulação intelectual-verbal daquilo que é, no mundo existente, o permanente, o essencial, que, devido a essa essencialidade, são suas determinações permanentes e duradouras. Parece, por isso, em geral evidente que aqui o pensamento se aproxima da realidade, imprimindo-lhe essa essencialidade. Segundo a concepção de Marx, ao contrário, esses traços generalíssimos da essência dos objetos são determinações do ser objetivas que existem independentes da consciência pensante ou, melhor dizendo: os momentos de generalidade daqueles complexos de objetividades que justamente conhecemos como momentos indissolúveis do ser de todo o existente (LUKÁCS, 2010, p. 367–368).

Na rejeição da especulação hegeliana e no concomitante ponto de partida da objetividade, os problemas da coisalidade e da processualidade ganham novos contornos. A concepção do ser aqui delineada afasta-se da dualidade entre “coisas” – e também das formas de pensamento coisificadas – e energias “imateriais”. Sobre o caráter não derivável do objetivo ergue-se a consideração do ser como um complexo, “cujas inter-relações internas bem como a dialética de movimento desencadearam processos irreversíveis (portanto, históricos)” (LUKÁCS, 2010, p. 172). O diálogo crítico com Hegel, retoma portanto, sobre novas bases, os problemas da totalidade e da historicidade.

Lukács reconhece na concepção de totalidade hegeliana não um mero “compêndio da universalidade extensiva”, e sim o esforço de delinear a própria “estrutura fundamental da edificação da realidade em seu todo”. As partes, ou elementos, que constituem esta realidade também são, por sua vez, totalidades relativas, parciais, particulares (LUKÁCS, 2012, p.237-238). No entanto, ainda que retome elogiosamente essa concepção da estruturação do todo, Lukács a critica por sua construção a partir de um logicismo hierárquico, que assume a forma de uma síntese filosófica onde estão contidos os princípios de completude e conclusividade, opostos a historicidade do ser. Ademais, a sistematização das categorias em uma “conexão definitiva deve também – por vezes ao preço de empobrecê-las e violentá-las em seu conteúdo – torná-las homogêneas, reduzi-las ao máximo a uma dimensão única das conexões” (LUKÁCS, 2012, p.296).

A perspectiva antissistemática adotada por Lukács não se confunde, contudo, com o empirismo – qualificado pelo filósofo húngaro como “ingênuo”, por sobrevalorizar o imediatamente dado e carregar a possibilidade de se distanciar muito da realidade, uma vez que tente ultrapassar o terreno imediato que lhe é familiar. A crítica endereçada ao sistema apóia-se, mais uma vez, em uma interpretação de Marx e retoma a concepção de categoria que delineamos brevemente acima. Trata-se de partir

da totalidade do ser na investigação das próprias conexões, e [buscar] apreendê-las em todas as suas intrincadas e múltiplas relações, no grau máximo de aproximação possível. A totalidade não é, nesse caso, um fato formal do pensamento, mas constitui a reprodução ideal do realmente existente; as categorias não são elementos de uma arquitetura hierárquica e sistemática, mas, ao contrário, são na realidade “formas de ser, determinações da existência”, elementos estruturais de complexos relativamente totais, reais, dinâmicos, cujas inter-relações dinâmicas dão lugar a complexos cada vez mais abrangentes, em sentido tanto extensivo quanto intensivo (LUKÁCS, 2012, p.296-297).

A rejeição à perspectiva de sistema não obstaculiza, no entanto, o reconhecimento de sobreordenação e subordinação presentes no ser. Em outras palavras, a estruturação da totalidade vislumbrada por Lukács não compreende apenas uma justaposição dos diversos complexos e determinações, mas sim uma perspectiva em última instância unitária do ser, que traz consigo a questão da prioridade ontológica e a distingue de juízos de valor gnosiológicos, morais, etc. presentes nas hierarquias sistemáticas tanto idealistas quanto materialistas vulgar. Do ponto de vista lukácsiano, a prioridade ontológica de uma categoria em relação a outra significa apenas que a primeira pode existir sem a segunda, mas que o contrário seria ontologicamente impossível –

como ocorre, por exemplo, com a questão entre ser e consciência no materialismo (LUKÁCS, 2012, p.307).

Nesta discussão acerca da totalidade, devemos ainda ressaltar um outro aspecto: aquele que diz respeito a importância do próprio complexo em relação aos seus “elementos”. Lukács aponta os resultados das pesquisas atômicas como um dos campos onde demonstrou-se, nos mais diversos fenômenos do mundo inorgânico, tal importância (LUKÁCS, 2010, p.149). Dentre os filósofos de seu tempo, é Nicolai Hartmann quem, segundo nosso autor, instintivamente percebeu este problema. E o fez encontrando um *tertium datur* entre as ontologias teológicas e atomistas. Enquanto as primeiras assumem um princípio último e supremo que determina todo ente de um ser e procede, portanto, de cima para baixo, derivando dedutivamente o inferior do superior; as segundas – as ontologias atomistas – partem de elementos não mais decomponíveis da realidade e, cognitivamente, constroem de baixo para cima as formações mais complexas da realidade. Diferentemente de tais procedimentos, Hartmann coloca as estruturas complexas no centro de sua análise ontológica e aproxima-se, ainda que inconscientemente, do método das duas vias mencionado por Marx em 1857:

as inter-relações nelas [estruturas complexas] atuantes, seu equilíbrio ou sua perturbação, supressão etc. produzem, em duplo sentido, o campo central da ontologia: por um lado, aquela realidade que o pensamento ontológico inevitavelmente tem de tomar como ponto de partida e, por outro e de modo simultâneo, o resultado final, no qual as análises realizadas, o remontar aos elementos, a investigação de suas inter-relações etc. deve levar a uma conclusão. O caminho da ontologia, por conseguinte, vai da realidade não compreendida, da qual só tomamos ciência como realidade que nos afeta, para sua apreensão ontológica mais adequada possível. As investigações dos elementos materiais, das relações, dos processos individuais são simples meios para atingir esse fim: é por isso que os elementos não são o ontologicamente primário, do qual o todo teria sido “construído”; ao contrário, eles são obtidos a partir da análise dos complexos com o auxílio de abstrações, visando compreender sua dinâmica e estrutura, que são as da realidade propriamente dita, por meio dessas interações etc. Todavia, quando se fala, nesse tocante, de abstrações (de isolamento abstrativo), não se pretende jamais colocar em dúvida o caráter de ser dos elementos; nesse caso, abstração é apenas uma forma de espelhamento da realidade, mediante a qual podem ser compreendidos processos abrangentes, que forçosamente permanecem incompreensíveis em sua complexidade imediata. (LUKÁCS, 2012, p. 148)

Como mencionamos brevemente acima, a totalidade, ou o complexo de complexos, é entendida por Lukács concomitantemente a sua dimensão processual, histórica. Mais uma vez, essa concepção não se dá na forma de uma dualidade entre “coisas” e “processos”, mas pela

compreensão de uma disposição e interação processual interna a esses próprios complexos e pelas relações que estabelecem entre si. Remeter-se de maneira legítima – nos próprios termos de Lukács – ao ser deve necessariamente compreender suas qualidades essenciais como momentos de um desenvolvimento histórico (LUKÁCS, 2010, p.69). Assim, objetividade, totalidade e historicidade são determinações do ser, tomadas em sua síntese concreta, que servem de ponto de partida para a ontologia lukácsiana.

No que tange mais propriamente o problema da historicidade, nos deparamos mais uma vez com a centralidade da interpretação de Marx no pensamento de Lukács. Aqui, o filósofo húngaro recorre a uma citação de juventude do pensador alemão e de Engels, que indicaria uma determinada perspectiva ontológica, mas também um programa ainda a ser confirmado pelos avanços da ciência (LUKÁCS, 2010, p.69). É a seguinte passagem de *A Ideologia Alemã*, que Lukács refere-se:

conhecemos uma única ciência, a ciência da história. A história pode ser examinada de dois lados, dividida em história da natureza e história dos homens. Os dois lados não podem, no entanto, ser separados; enquanto existirem homens, história da natureza e história dos homens se condicionarão reciprocamente. (MARX, ENGELS, 2007, p. 86).

A importância da historicidade assumida aqui, coloca-se radicalmente contra a perspectiva de qualquer tipo de absolutização da vida cotidiana. Nesta dimensão da humanidade, a imediatividade dos fatos diretamente colocados pode tender a uma compreensão estática, perenizada, da realidade (LUKÁCS, 2010, p.70-71). Isto ocorre, sobretudo, nas sociedades onde ainda é pequeno o domínio do ser social sobre a natureza. Neste caso, reforça-se na consciência humana a aparência estática-estável da realidade, e o cotidiano da humanidade é regulado por um constante apelo às experiências acumuladas no passado para resolver os problemas colocados no presente (LUKÁCS, 2010, p.130).

Na exploração das distorções imputadas ao conhecimento do ser, Lukács vai ainda além. No cotidiano, as formas fenomênicas imediatas colocam obstáculos no caminho da compreensão do ser como ele realmente é. A objetividade aparece como coisa e tal forma assume um aspecto insuprimível. Isto no que diz respeito tanto à natureza quanto aos produtos do trabalho. No entanto, a importância deste último na vida dos sujeitos é tal que, analogicamente, transfere-se essa atividade criadora a algum ente natural ou a um ser superior responsável pelo que existe no mundo. Diz Lukács:

com isso, no pensamento, todo o passado do gênero humano se transforma: aquilo que originalmente foi, sem dúvida, obra de sua própria ação, aparece sob a forma objetiva de “coisa” como produto desses seres superiores, por eles transmitidas ao gênero humano. Basta lembrar a origem do uso do fogo para fins humanos. Esse indubitável produto da história humana aparece na lenda de Prometeu como ação e presente de tais seres superiores, criados em analogia à imagem humana (LUKÁCS, 2010, p.130-131).

Por essa via das coisificações, percebem-se as distorções na compreensão da processualidade e na historicidade do ser. Estas, no entanto não permanecem confinadas às sociedades “primitivas” e ao mundo religioso – como pode-se constatar, por exemplo, através da teoria marxiana do fetichismo (LUKÁCS, 2010, p.131). Pelo contrário, o predomínio da coisalidade é delineado brevemente por Lukács através da análise dos desenvolvimentos filosóficos ao longo da história. No sentido oposto a esta reificação, todavia, os avanços científicos indicam, segundo o filósofo húngaro, a correção da concepção geral de Marx acerca da ciência da história, fornecendo elementos para fundamentá-la.

Foge de nossa competência e de nosso intuito principal retomar os comentários críticos de Lukács acerca das diversas tomadas de posição no âmbito desta problemática. Contudo, é preciso pontuar que a questão da historicidade remete-se não apenas ao destaque dado à processualidade e aos questionamentos a qualquer entidade transcendente. Trata-se, também de seu caráter de irreversibilidade.

Para Lukács, os avanços na física indicariam esse caminho, ainda que a generalização de tais descobertas para o plano do ser não tenha sido realizada. A troca da antiga concepção de uma duplicidade entre “coisas” e “processos”, e de uma rígida causalidade, por cálculos de probabilidade estatística e processos tendencialmente eficazes, seriam sinais de aproximação ao caráter irreversível do ser também no mundo inorgânico. Ressaltando seus limites para adentrar em tal debate, Lukács, seguindo Max Planck, recusa que este refinamento do problema da causalidade poderia abrir caminho para um “indeterminismo” ou ainda um subjetivismo na imagem de mundo da física. A base ontológica do método estatístico estaria na presença simultânea de universalidade e singularidade na realidade objetiva. Assim, na processualidade, ambas estão presentes, e sua proporção pode indicar o grau de probabilidade de uma tendência e, ao mesmo tempo, seus diversos desvios (LUKÁCS, 2010, p.141-142).

Na esfera da natureza orgânica, a dificuldade seria menor. O surgir e passar das espécies revelam, em especial a partir da consolidação das descobertas de Darwin, o caráter de irreversibilidade dos processos em sua dimensão biológica (LUKÁCS, 2010, p.143).

As dificuldades retornam quando pensamos no caráter irreversível do ser social. Não obstante os avanços feitos pelas teorias da historicidade ao longo do século XIX, Lukács afirma que ainda fazem-se presentes, nas diversas representações, aspectos do cotidiano e motivações ideológicas que remetem à “coisidade”, à “eternidade” e à reversibilidade do processo sócio-histórico. A questão do irreversível e das representações opostas a ela estariam exemplificadas em personagens como Dom Quixote; ou ainda em Balzac e seu relato sobre o interesse e a impossibilidade de restauração vislumbrada pela alta nobreza dos proprietários rurais (LUKÁCS, 2010, p.144). Sobre a questão, diz Lukács:

A irreversibilidade dos processos [...] nada tem a ver com ideologias como a da “inexorabilidade do progresso”, nem com aquelas que, para ocultar as necessárias consequências do processo, falam de um “fim da história”, da história como ciclo etc., com um retorno mais ou menos abertamente admitido para o passado. A sociedade, como já vimos acontecer na natureza orgânica, desenvolve as possibilidades, imanentes de um modo do ser, tornando-as ser real. Se daí surge um beco sem saída (pensemos nas chamadas sociedades animais, como a das abelhas) ou desenvolvimento superior objetivamente efetivo, isso é decidido pelas orientações, presentes no estágio da transição permanente (LUKÁCS, 2010, p.145).

Teremos oportunidade de voltar mais concretamente a esta problemática, central a nossas preocupações. No entanto, vale pontuar brevemente que o desenrolar dos processos irreversíveis no âmbito do ser social apresentam a peculiaridade de se sintetizar em “fatores subjetivos”, que não podem ser negligenciados nas considerações sobre as tendências de desenvolvimento e sua atualização.

A concepção da historicidade do ser em seu conjunto, implica também o reconhecimento do caráter histórico das categorias a partir do desdobramento do próprio ser. Assim, “a universalidade da história aparece, também, como a historicidade universal das categorias” (LUKÁCS, 2010, p.372-373). A idéia de substância – antes concebida como antítese do devir e de um mundo fenomênico degradado –, por exemplo, não é absolutamente rejeitada por Lukács. O que nosso autor recusa é sua remissão ao estático, considerando-a, pelo contrário, como “princípio ontológico da permanência na mudança”. A continuidade ocupa aqui um lugar central enquanto

“persistência concreta no interior do devir” e dá lugar a uma nova concepção de substância que é “capaz de explicar filosoficamente todas as novas conquistas da ciência e, ao mesmo tempo, de rechaçar todo simples relativismo, subjetivismo, etc.” (LUKÁCS, 2012, p.341).

Tomados em conjunto, o ponto de partida da objetividade, a prioridade do complexo e a radical historicidade implicam no desvelamento dos processos apenas em caráter *post festum*, não obstante a possibilidade de se vislumbrar tendências no desdobramento do ser. Aqui, observa-se o rechaço tanto à perspectiva mecanicista quanto à especulativa. No âmbito desta problemática, para o conjunto do marxismo é de fundamental importância a recusa de Lukács da subsunção do materialismo histórico à dialética:

não há doutrina dialética geral cuja mera aplicação fosse nossa história. Há, muito antes, já na natureza, um processo objetivo, irreversível, muito ramificado, que possibilitou a existência de um ser natural orgânico em nosso planeta sem o qual não poderia ter surgido nem mesmo um ser social. As diferentes formas do ser que se desenvolvem diversamente não são, pois, deriváveis de um sistema abstrato geral de categorias, não são compreensíveis por meio da aplicação em “territórios especiais”, mas são, muito antes, processos do ser que transcorrem por regras próprias, que em determinados pontos do desenvolvimento possibilitam o surgimento de formas de ser mais complexas (LUKÁCS, 2010, p.374).

Assim, por um lado, nem um logicismo nem uma perspectiva puramente gnosiológica podem de fato captar as interações processuais irreversíveis do próprio ser, uma vez que empreendem desvios antropomórficos no lugar de remeterem-se a investigação propriamente ontológica da totalidade. Por outro lado, a defesa da historicidade levada a cabo por Lukács, opõe-se a qualquer resolução mecanicista de problemas que prime pela hipertrofia de uma causalidade simples, desconsiderando as infinitas interações do complexo de complexos que compõe o ser.

1.2 SER INORGÂNICO, SER ORGÂNICO E SER SOCIAL – O DESENVOLVIMENTO IMANENTE

Delineados os aspectos da objetividade, da totalidade e da historicidade, podemos agora nos remeter a questão da radical imanência e unitariedade última do ser, mencionada brevemente acima. Esta é crucial para a correta apreensão do lugar ocupado pelo ser social no âmbito ontológico (LUKÁCS, 2012, p. 27, LUKÁCS, 2010, p. 35; LESSA, 1995, p. 22).

Mais do que ressaltar o processo dinâmico de desdobramento processual, Lukács esforça-se por entendê-lo de maneira que seja possível captar os grandes saltos ontológicos responsáveis pela emersão de novas esferas do ser, a partir da simultânea conservação e superação das categorias, o que implica a ineliminável interação e determinação entre elas (LUKÁCS, 2010, p. 41, LUKÁCS, 2010, p. 36; LESSA, 1995, p. 22). Viemos mencionando estas grandes dimensões ontológicas, mas vale frisar que, para Lukács, elas são três: ser inorgânico, ser orgânico e ser social. Sobre elas, diz o filósofo húngaro:

[...] aquilo que é conhecido numa ontologia geral nada mais é que os fundamentos ontológicos gerais de todo ser. Se na realidade surgem formas de ser mais complexas, mais compostas (vida, sociedade), então as categorias da ontologia geral devem ser conservadas nelas como momentos superados; o superar teve em Hegel, corretamente, também o significado de conservação. Por conseguinte, a ontologia geral ou, em termos mais concretos, a ontologia da natureza inorgânica como fundamento de todo existente é geral pela seguinte razão: porque não pode haver qualquer existente que não esteja de algum modo ontologicamente fundado na natureza inorgânica. Na vida aparecem novas categorias, mas estas podem operar com eficácia ontológica somente sobre a base das categorias gerais, em interação com elas. E as novas categorias do ser social relacionam-se do mesmo modo com as categorias da natureza orgânica e inorgânica. A questão marxiana sobre a essência e a constituição do ser social só pode ser formulada racionalmente com base numa fundamentação assim estratificada. A indagação acerca da especificidade do ser social contém a confirmação da unidade geral de todo ser e simultaneamente o afloramento de suas próprias determinidades específicas (LUKÁCS, 2012, p. 27).

Bem entendido, a partir da constatação ontológica do dado primário da objetividade e do seu desenvolvimento imanente, compreende-se também a dependência entre estas grandes esferas do ser: o ser inorgânico existe independentemente das outras duas esferas, enquanto o ser biológico depende da esfera inorgânica e o ser social apoia-se nas duas anteriores, que compõem o mundo natural (LESSA, 1995, p. 22–23). A consideração de tal dependência e estratificação, por mais que estabeleça a continuidade de algumas categorias ao longo de todo o ser, não deve obliterar a transformação qualitativa pela qual passa cada uma delas ao se fazer presente nos distintos estratos ontológicos.

Ainda que as considerações colocadas acima, pareçam-nos uma mera trivialidade, a importância de sua constatação deve-se ao modo como diversas posições teóricas acabam por ignorar tal constituição e, a partir daí, podem confundir, tanto filosófica quanto cientificamente, as legalidades das diversas esferas ontológicas. Assim, por um lado, o ser social é muitas vezes

considerado como independente da natureza – como antítese que a exclui –, como acontece, por exemplo, em boa parte da filosofia burguesa preocupada com os “domínios do espírito” (LUKÁCS, 2012, p. 286–287). Por outro lado, verificam-se extrapolações de determinados tipos de legalidades de uma esfera específica do ser para outra. Este é o caso da transposição simplista das leis naturais para o âmbito do ser social, como ocorre com a tentativa de aplicação da legalidade inorgânica para o ser social, verificável no velho materialismo, ou ainda com a redução do ser social à suposta processualidade presente no mundo orgânico, realizada pelo darwinismo social (LUKÁCS, 2010, p. 39, LUKÁCS, 2010, p. 58). Neste último caso, o da aproximação excessiva das formações humanas à legalidade do ser biológico, é digno de nota a brevíssima referência que Lukács faz a psicanálise e ao modo como, a seu ver, a esfera biológica é elevada a posição monopolizadora do conhecimento: “o maior exemplo dos perigos aos quais está ligado esse domínio absoluto, falsamente generalizado, é a psicologia, especialmente a chamada psicologia profunda, hoje tão popular, incluindo o freudismo” (LUKÁCS, 2010, p. 59).

Aqui devemos destacar um ponto já mencionado brevemente na seção anterior e ao qual voltaremos ao longo deste trabalho: a defesa de Lukács da possibilidade de remeter-se ao ordenamento dos graus de ser sem recorrer a critérios heterogêneos ao plano ontológico. Procedimentos diversos verificavam-se nas ontologias da Antiguidade tardia e da Idade Média, onde princípios teológicos hierarquizavam as esferas do ser a partir de elementos não-ontológicos (LESSA, 1995, p. 22). Também Hegel, como vimos, incorreu no mesmo erro, junto a outras tentativas de construções sistemáticas apoiadas em critérios lógicos-gnosiológicos. Sobre este problema, diz Lukács:

o nascimento de uma formação natural, de um organismo, de uma formação social é ontologicamente um problema de gênese real. As legalidades do surgir (e do passar) são as que levam à caracterização real do respectivo ser específico. No plano lógico, ao contrário, um conceito é deduzido do outro, não importando se essa dedução vai de baixo para cima ou de cima para baixo. Enquanto a lógica for usada metodologicamente como algo que não determina a realidade, ou seja, como abstração dessa realidade, nada deriva necessariamente dessa diferença que leva a uma deformação do conhecimento da realidade [...] Mas se, como ocorre em Hegel, a lógica for entendida como fundamento teórico da ontologia, é inevitável que as deduções lógicas sejam vistas como as próprias formas da gênese ontológica. Com isso, a hierarquia lógico sistemática passa a constituir a base do método, mediante o qual se percorre obrigatoriamente o caminho – ontológico – para a autorrealização da identidade de sujeito e objeto, para a transformação da substância em sujeito (LUKÁCS, 2012, p.222-223).

A crítica às posições que intervêm no plano ontológico a partir de princípios heterogêneos a este remete-nos, portanto, ao “problema de gênese real”. A investigação genética possibilita iluminar o caráter qualitativamente novo, submetido a legalidades completamente novas, que o desdobramento processual de um complexo pode assumir (LUKÁCS, 2012, p. 155). Ressalte-se aqui o elemento dinâmico que a perspectiva de processo carrega. Para Lukács – como vimos a partir do dado primário da objetividade e da rejeição da coisalidade –, a realidade em sentido ontológico é resultado de um processo e, portanto, só pode ser compreendida adequadamente através de sua gênese (LUKÁCS, 2012, p. 239). Considerar o ser como ente, estático, rejeitando o processo e sua gênese, limita a compreensão à sua datidade imediata e, assim, ignora suas determinações decisivas presentes no próprio caráter complexo/processual da realidade (LUKÁCS, 2012, p. 239).

Apontar a questão da gênese, no entanto, traz inúmeras dificuldades, as quais Lukács explora cautelosamente. As descobertas neste campo são tarefa da ciência e a investigação ontológica deve aproximar-se delas criticamente, no intuito de auxiliá-las – especialmente porque a ontologia que brota do terreno do cotidiano também carrega a possibilidade de obstaculizar os desenvolvimentos científicos neste campo (LUKÁCS, 2012, p. 156). O cuidado de Lukács para com este problema está expresso em diversas passagens; além de reconhecer suas próprias limitações nesta área considera que os avanços da ciência de seu tempo nestas questões eram ainda muito iniciais (LUKÁCS, 2012, p. 240–241).

Sobre a natureza inorgânica, por exemplo, caberia a questão da gênese apenas no sentido de formas e dinâmicas específicas, mas à totalidade desta esfera do ser a questão seria desprovida de sentido (LUKÁCS, 2012, p. 158). Os resultados da física atômica aplicados a astronomia poderiam, de acordo com nosso autor, esclarecer problemas a respeito das diferentes etapas da constituição da matéria (LUKÁCS, 2012, p. 156).

Quanto ao ser biológico, o filósofo húngaro também mantém as mesmas precauções. Aqui, no entanto, o problema da gênese da totalidade desta esfera do ser pode ser levantado com mais propriedade, ainda que seja preciso aguardar avanços da biologia que possam jogar luz a esta problemática (LUKÁCS, 2012, p. 158).

No que toca o ser social, a investigação – mesmo que também mantenha as restrições quanto a necessidade do desenvolvimento da ciência – indica, como veremos mais de perto no próximo capítulo, o trabalho como elemento central na gênese desse novo ser.

Estamos longe de esgotar aqui tais questões, tarefa que nem mesmo Lukács se colocou. Mais uma vez, ressaltamos que pretendemos apontar a importância do reconhecimento da unitariedade última do ser – sua diferenciação imanente e a necessária conexão entre suas diversas esferas –, para o desvelamento do ser social. É a partir deste nexo de especificidade e unitariedade que Lukács reflete sobre as diversas categorias que perpassam o ser e devem ser captadas de maneira distinta de acordo com as particularidades que carrega cada esfera ontológica.

Passemos agora a uma breve discussão de algumas dessas categorias gerais, decisivas para a compreensão da dinâmica do ser, do ponto de vista lukácsiano.

1.3 CONTINUIDADE/DESCONTINUIDADE, IDENTIDADE/NÃO-IDENTIDADE E AS CATEGORIAS MODAIS

Começemos com a já mencionada categoria da continuidade e, próxima a ela, as discussões acerca da identidade.

Em primeiro lugar, é preciso retomar a concepção de totalidade resgatada por Lukács que – a partir do elemento originário da objetividade – afirma que o ser constitui-se como um complexo de complexos, entendido não simplesmente na forma de um ente, de uma coisa, e sim assumindo sua dinâmica, seu ininterrupto devir, processual e objetivo. É neste fluxo dinâmico e incessante que encontramos a categoria da continuidade. Trata-se de uma determinação universal do ser: nada é sem que exiba dimensões mais ou menos complexas de continuidade (LESSA, 1995, p. 37). Mas esta deve sempre ser entendida em relação com sua categoria oposta, a descontinuidade: “não há nenhum *continuum* sem momentos de descontinuidade e nenhum momento de descontinuidade que interrompe a continuidade de maneira absoluta” (LUKÁCS, 2010, p.177).

Esta relação, no entanto, como mencionamos, manifesta-se de maneira distinta de acordo com o grau de complexificação do ser em suas diferentes esferas.

No âmbito do ser inorgânico é a permanência do mesmo que caracteriza a continuidade (LESSA, 1995, p. 37). A identidade de um elemento inorgânico mantém-se enquanto não sofra alterações em seu em-si.

Já na esfera orgânica, dimensão distinta e interligada na diferenciação imanente do ser, modifica-se qualitativamente a compreensão da continuidade uma vez que aí emerge o problema da reprodução e, mais precisamente, da reprodução do mesmo. A continuidade de um elemento orgânico depende de suas interações com o ambiente natural para a sustentação de seus processos vitais e para reproduzir seres orgânicos análogos, dando continuidade também a seu gênero como um todo. Esse processo, no entanto, não é capaz de “constituir complexos parciais que façam a mediação permanente” entre o ser vivo e a totalidade (LUKÁCS, 2013, p.202; LESSA, 1995, p. 38). A incapacidade aqui liga-se a questão da consciência. Ainda que nos animais superiores seja possível encontrar germes desta, sua manifestação é, segundo Lukács, epifenomênica (LUKÁCS, 2012, p. 343, LUKÁCS, 2010, p. 50–51). Assim, nas interações entre ser vivo e ambiente, o modo como o primeiro adapta-se a uma determinada situação tem, obviamente, sua importância; no entanto, o entorno objetivo desempenha aqui o papel de maior importância, na medida em que inibe ou estimula os processos de reprodução orgânica, de tal maneira que “a historicidade do mundo orgânico não pode ser separada, em suas fases essenciais de desenvolvimento, da história geológica da terra” (LUKÁCS, 2013, p.202). Segue daqui também a afirmação do filósofo húngaro de que no ser orgânico existe uma identidade entre a reprodução ontogenética e a filogenética (LESSA, 1995, p. 38). Dado que mesmo os germes de consciência da esfera orgânica seguem padrões biológicos-reprodutivos, ainda que existam diferenças significativas entre os membros de um determinado gênero, sua identidade singular pauta-se pela univocidade biológica (LESSA, 1995, p. 38). Esta interação, passivo-biológica, direta, com o ambiente, e a identidade concomitante entre exemplar singular e gênero, Lukács caracteriza como o reproduzir “mudo” da esfera orgânica do ser (LUKÁCS, 2013, p.202).

No que tange o ser social, os problemas concernentes a continuidade e a identidade também são marcados pelo processo reprodutivo. No entanto, a dinâmica específica social, por conta da mediação da práxis, altera qualitativamente este processo, distanciando-o do ser biológico. Nos próximos capítulos delinearemos melhor este problema.

Neste momento importa-nos ressaltar que a questão da identidade acompanha e liga-se intimamente ao par continuidade/descontinuidade. No interior do fluxo incessante do devir, também não deve ser compreendido em oposição absoluta com sua categoria oposta, a não-identidade. Pelo contrário, trata-se aí de uma unidade indissolúvel. No processo, a identidade

mantém-se a partir da relação entre os componentes internos do próprio complexo e pela relação que estabelece com os demais a sua volta. Diz Lukács:

sendo a identidade uma propriedade objetiva (identidade de algo consigo mesmo) e encontrando-se esse objeto em ininterrupta interação processual com seu mundo ambiente, e sendo, ademais, sua própria existência, ao mesmo tempo e em cada oportunidade, o resultado de um processo interno provocado pela ação recíproca de seus componentes, então sucedem necessariamente contínuas transformações, em vista das quais reiteradamente aflora a seguinte pergunta: o objeto em constante transformação ainda é o “mesmo”? Essa pergunta é da maior importância no plano ontológico, em particular porque a resposta deverá ser receber respostas muito diversas nos diversos níveis do ser, a depender da estrutura e da dinâmica muito diversificada das inter-relações internas ou externas (LUKÁCS, 2012, p.256).

Ademais, é importante não perder de vista o caráter unitário do ser que viemos reiterando nesta breve discussão. Aqui, é importante destacar uma categoria tomada de Hegel e cara à ideia de totalidade defendida por Lukács: trata-se da identidade da identidade e da não identidade. A radical imanência afirmada pelo filósofo húngaro a partir do dado originário da objetividade – e que, em última instância, remete-se ao ser inorgânico – indica que os diferentes complexos não devem ser pensados a partir de uma mera justaposição daquilo que não é idêntico. Pelo contrário, o não idêntico surge a partir do movimento de um complexo originário – uma identidade originária – e não rompe a ligação com este ponto de partida, relacionando-se com ele e contrapondo-se a ele. Em outras palavras, no processo de diferenciação a identidade é ao mesmo tempo conservada e superada num movimento tal, vale dizer, que implica transformações qualitativas ocorridas não de maneira “repentina”, mas a partir de mudanças “capilares gradativas”. Por esta via, encontramos a expressão filosófica também para o salto ontológico entre as diversas esferas do ser que conservam e modificam radicalmente as categorias (LUKÁCS, 2012, p.257-258).

Para que nossa reflexão geral acerca do ser ganhe um pouco mais de concretude, cabe ainda referirmo-nos ao tratamento dispensado por Lukács às categorias modais. Estas indicam no pensamento do filósofo húngaro o problema da necessidade, da casualidade e da possibilidade. Seguindo os mesmos movimentos gerais das investigações anteriores, Lukács toma-as em sua unidade e não isolando e opondo-as de maneira absoluta. Novamente, ademais, as categorias são pensadas sem obliterar, ou homogeneizar, o caráter processual irreversível do complexo de complexos que constitui o ser e as modificações efetivadas em cada uma das três grandes esferas ontológicas (LUKÁCS, 2010, p.191).

A partir desta concepção dinâmica da totalidade, a necessidade entendida de maneira absoluta é rechaçada. Não obstante, não se trata de uma recusa total desta categoria, mas do entendimento de que no interior do movimento complexo a necessidade é sempre um resultado concreto de situações ontológicas determinadas (LUKÁCS, 2010, p.198). Para nosso autor, há na realidade um processo causal que responde a um imperativo “se..., então”, mas este – de maneira geral e nos casos típicos onde não se abstrai do mundo circundante – é concebido de maneira que

a causa que desencadeia concretamente um processo, o respectivo “se” concreto, é ele mesmo um processo que sintetiza diversos componentes de efeitos diferentes, no qual, por isso, naturalmente, aquele caráter tendencial que conhecemos como base ontológica da legalidade estatística se torna determinação dominante. (LUKÁCS, 2010, p. 146)

Por aqui já entrevemos uma das maneiras pela qual a necessidade intercala-se à casualidade. Em consonância com tudo que tratamos, a constituição de um complexo não deixa de ser heterogênea, enquanto síntese dinâmica e contraditória de múltiplas determinações. Ainda que em tais totalidades seja possível discernir uma direção – captado em muitos casos através da probabilidade estatística –, Lukács não deixa de ressaltar o papel efetivo desempenhado pela heterogeneidade em movimento que compõe o complexo e que aparece na resultante do processo (LUKÁCS, 2010, p.200).

Do ponto de vista lukácsiano, no entanto, o problema não encerra-se aí. É possível constatar a relação entre necessidade e casualidade também no encontro de totalidades que apresentam uma direção tendencial muito bem consolidada. Para ilustrar esta última consideração, Lukács reporta-se ao exemplo da pedra que cai do telhado de uma casa sobre a cabeça de um pedestre. Obviamente, a queda da pedra é necessária se for compreendida do ponto de vista físico. Por outro lado, o pedestre encontrar-se naquele exato ponto também pode ser entendido como necessário, se se assumir que ele ia em direção ao seu local de trabalho no horário usual. O encontro dessas duas necessidades, no entanto, é algo puramente casual (LUKÁCS, 2010, p.201).

Como nas outras categorias, verificam-se também aqui modificações a partir dos distintos graus de ser. Assim, segundo Lukács, estas interações entre casualidade e necessidade intensificam-se com a diferenciação ontológica. Mais ainda, é importante percebê-las na própria contraposição entre os movimentos tendenciais de uma determinada esfera do ser e outra mais simples. Nas relações entre ser inorgânico e orgânico, por exemplo, pela limitação dos processos

de adaptação biológica, as casualidades podem ser responsáveis pela permanência ou aniquilação tanto de exemplares singulares quanto de uma espécie inteira – como no caso da quantidade de sol recebida por uma planta para sua reprodução –, podendo aqui emergir acasos favoráveis ou desfavoráveis entendidos, no entanto, apenas de um ponto de vista essencialmente objetivo. Já no âmbito do ser social, a práxis aí presentes traz consigo o momento subjetivo e o reconhecimento de acasos favoráveis ou desfavoráveis que são observados, analisados, tipificados, etc. para daí poderem ser aproveitados na reprodução social (LUKÁCS, 2010, p.202).

Também a possibilidade é tomada em sua simultaneidade com as duas categorias modais discutidas anteriormente. No caso da articulação entre necessidade e casualidade, diz nosso autor: “uma concepção não distorcida por nenhum fetichismo precisa constatar [...] que cada casualidade tem de ser possível; mas com isso não se afirma de forma alguma que toda possibilidade seja casual” (LUKÁCS, 2010, p.209).

Por outro lado, é nas relações internas e externas do complexo, em seu ser-para-si e ser-para-outro – nos termos do próprio Lukács –, que a categoria da possibilidade insere-se. Em outras palavras, trata-se das reações específicas que as determinações do ser oferecem na inter-relação com seu entorno. Dentro do mundo natural, nas distinções entre ser inorgânico e ser orgânico, o problema da autorreprodução e dos momentos favoráveis ou desfavoráveis a esta, recoloca-se. Enquanto no mundo inorgânico a mera continuidade é completamente indiferente às possibilidades que o contato com seu entorno oferecem – ou seja, não se coloca propriamente aqui a questão do favorável ou desfavorável –, o ser orgânico tem de interagir, ainda que do ponto de vista puramente objetivo da adaptação passivo-biológica, com um campo de manobra concreto que coloca as possibilidades de garantir ou não sua reprodução. (LUKÁCS, 2010, p.210-211).

No que tange o ser social, a distinção emerge a partir de sua determinação essencial: a práxis. Somente nesta esfera do ser, e já em seu momento primeiro e necessário de reprodução biológica, instala-se o contato entre sujeito e objeto que é capaz, em maior ou menor medida, de avaliar as possibilidades concretas existentes no ambiente e efetuar uma autêntica escolha entre elas. O contato com o entorno, assentado sobre essas bases, permite a criação de objetos que, não obstante não rompam com a legalidade do mundo natural, não possuem nenhuma analogia com o existente nas outras duas dimensões do ser – basta pensar em instrumentos como um martelo, uma roda, um veículo, etc. A análise, avaliação, escolha e atuação inauguradas no ser social trazem à

categoria da possibilidade uma historicidade em um novo sentido: aquele relativo ao momento e contexto social específico. Nas palavras de Lukács:

[...] na práxis social em geral, especialmente no âmbito do trabalho, podem-se realizar possibilidades até então desconhecidas ou até negadas, de forma aparentemente justificada. [...] isso depende da descoberta de tipos do ser-para-outro, até então desconhecidos ou não dados na natureza, de todo ser-para-si. Um pôr teleológico pode, pois, com plena razão, em determinada fase do desenvolvimento social, passar por impossível (isto é, totalmente inexistente), sem estar por isso excluído, pois, em circunstâncias histórico-sociais alteradas, poderá ser realizado, em geral de maneira totalmente diferente. [...] Esse complexo de problemas torna-se ainda mais complicado porque a impossibilidade não é de modo algum sempre tecnológica, ela pode relacionar-se à rentabilidade, ou até mesmo à sua difusão; nesses casos, vê-se com particular clareza como a questão da possibilidade ou impossibilidade de um determinado tipo de pores teleológicos depende de condições histórico-sociais muito concretas (LUKÁCS, 2010, p.219).

Com isto, no entanto, já avançamos alguns passos no delineamento do ser social. Obviamente, as determinações deste ganharão concretude apenas nos próximos capítulos. Não obstante, como vimos, abordar as categorias gerais do ser implica o reconhecimento das especificidades, a estruturação e o contraste de cada uma de suas grandes esferas. Por isso, pareceu-nos incontornável aqui adiantar algumas das categorias do ser social. O próximo passo, a nosso ver, é introduzir as considerações lukácsianas acerca do trabalho enquanto modelo da práxis. Antes, contudo, gostaríamos de retornar sinteticamente ao caminho percorrido ao longo deste capítulo.

Pelo que vimos, seguindo os passos de Marx, Lukács rejeita a especulação hegeliana e estabelece que nas considerações gerais sobre a estrutura do ser, o ponto de partida não deve ser aquele apoiado em operações lógicas que coloquem qualquer determinação ontológica a humanidade. Da perspectiva do materialismo marxiano, a objetividade é o dado primário do ser, conformado, a nosso ver, em seu momento mais elementar, pela esfera inorgânica que, desde o ponto de vista de sua totalidade, não possui gênese.

Qualquer existente, para Lukács, constitui-se como um complexo. É marcado por interações no interior de seus “elementos”, mas também pela relação com os demais complexos de outros existentes. Aqui, do ponto de vista lukácsiano, a totalidade impõe-se. É ela quem determina a função desempenhada por cada um dos “elementos” e a resultante de tais interações. No fluxo incessante das transformações que ocorrem nestas condições apresentam-se os problemas da continuidade/descontinuidade e da identidade/não-identidade: aquilo que continua, mantém-se na

perene mudança, e assim assume sua identidade enquanto existente – sempre em contato, portanto, com os polos opostos da descontinuidade e da não-identidade.

Para o ser inorgânico, como vimos, a mera permanência de seu em-si ou a transformação em ser outro é o que marca sua identidade. Se, por um lado, esta esfera mais elementar do ser não possui uma gênese do ponto de vista de sua totalidade, por outro, das interações no interior e entre seus complexos emergem outras formas e dinâmicas específicas que implicam em diferentes constituições da matéria. Em uma dessas interações, a partir de uma configuração muito particular, emerge o ser orgânico. Este traz em-si e supera as determinações do próprio mundo inorgânico. Um exemplo, é como o problema novo da reprodução da vida modifica também a questão da identidade, ainda que aqui também estejam presentes as categorias do mundo inorgânico. Como vimos, a continuidade no ser orgânico depende da interação com seu ambiente para a reprodução dos processo vitais, mas também para dar lugar a outros seres análogos e “garantir” a continuidade de seu gênero. Esta relação com o ambiente ocorre de maneira espontânea, passivo-biológica. Apesar do processo evolutivo do ser orgânico dar lugar a organismos cada vez mais complexos, em especial aqueles superiores que possuem certos germes de consciência, a margem de manobra que estes gozam para efetivar sua própria reprodução não rompe com o caráter epifenomênico de tal consciência embrionária. Com isto, a limitação em adequar-se ao ambiente e transformá-lo de acordo com suas próprias necessidades não cria mediações que se sustentem para além daquelas originadas espontaneamente de sua constituição biológica.

Essas considerações, obviamente, devem remeter-se às descobertas concretas da pesquisa científica – o que foge de nosso intuito aqui e, ademais, de nossa competência. Não obstante, como vimos, o modo como Lukács delineia tais desdobramentos ontológicos remete-se a uma concepção de historicidade que indica o caráter irreversível dos processos. Isto significa, a nosso ver, que no plano ontológico as interações intra e extra complexos resultam em alterações qualitativas no interior das grandes esferas ontológicas – e, ainda mais, nos saltos ontológicos entre elas –, que não podem, a rigor, ser recompostas em um estado anterior do ser. Estas transformações devem ser entendidas, do ponto de vista lukácsiano, a partir da unidade das categorias modais. Isto é, os movimentos do ser realizam-se num campo de possibilidades, onde aquilo que antes era latente e depois se atualiza segue uma causalidade do tipo “se..., então”; no entanto, a relação intrínseca destas articulações dentro de um complexo e no contato entre complexos distintos não exclui

movimentos casuais que, no primeiro caso, escapam à direção tendencial e, no segundo, resultam em algo peculiar pelo encontro acidental de duas legalidades distintas.

Apoiado em tal dinâmica, o desdobramento do ser é imanente e unitário. Suas mudanças qualitativas advém do interior de suas próprias contradições. O novo que daí emerge conserva/supera as determinações do momento anterior sem romper absolutamente com esta unitariedade ontológica última. Estas cadeias de determinações devem ser bem apreendidas porque, do ponto de vista lukácsiano, elas são importantes, como vimos, para o desvelamento do lugar ocupado por uma esfera do ser e as determinações e especificidades que daí advém. Assim, se a esfera orgânica, pela via da interação passiva-biológica interage com o ambiente e reproduz – por meio também de reações específicas de componentes inorgânicos – a própria vida, o ser social dá sua resposta particular a esta interação necessária com as duas dimensões ontológicas anteriores. Mas o faz, entretanto, apoiado na práxis. E é justamente no contato entre essa nova dimensão do ser e o mundo natural que Lukács localiza além do componente fundante do ser social, um local privilegiado para a investigação dos elementos primordiais da atividade do gênero humano. Como dito anteriormente, referimo-nos ao trabalho, tema de nosso próximo capítulo.

2 O TRABALHO: CATEGORIA FUNDANTE E MODELO DA PRÁXIS

Seguindo os passos de Lukács, discorreremos por diversas vias, no capítulo, anterior sobre a composição do ser como um complexo de complexos. A defesa da historicidade irreversível e a investigação radicalmente imanente das diversas esferas do ser trouxe à tona, como vimos, o problema da gênese, como um momento específico e privilegiado no desvelamento das legalidades decisivas das esferas ontológicas. Ainda que o trato destas questões seja cauteloso por parte de Lukács, não pretendendo ele descrever e muito menos extrapolar os resultados científicos, vimos como as categorias da continuidade e da reprodução colocam-se na distinção entre ser inorgânico e orgânico.

Mesmo que o caminho da gênese da esfera biológica não esteja completamente elucidado pela ciência, a contraposição dos aspectos decisivos do ser inorgânico e do ser orgânico, aponta uma via para conceber, ontologicamente, a conservação/superação e emersão de novas categorias. Aí, a própria novidade que acompanha o processo de diferenciação do ser, pauta-se por uma legalidade que se modifica e se conserva ao longo do desenvolvimento histórico em uma determinada esfera ontológica. Basta pensarmos, por exemplo, no processo de evolução biológica que implica uma complexificação cada vez maior, assentada na interação meramente reativa com o ambiente, responsável pela reprodução da vida.

Também indicamos, brevemente, no primeiro capítulo a práxis como elemento distintivo da esfera do ser social frente as duas outras. Agora é o momento de precisar nossas afirmações anteriores, desdobrando algumas categorias essenciais do ser social. Assim, passaremos pela articulação entre teleologia e causalidade peculiar ao ser social; daí seremos remetidos as categorias do reflexo, da possibilidade e da liberdade; concomitante a estas estão os problemas do valor de uso e seu desdobramento em valor econômico e demais valores sociais.

Antes, contudo, seguindo os passos de Lukács, é preciso voltarmos ao problema da gênese e ao método das duas vias usado por Marx.

Em consonância com o exposto até aqui, o ser social emerge também como um complexo, que traz consigo a imbricação de outros complexos decisivos como a linguagem, o trabalho, a socialidade, etc. Dada a complexidade do movimento histórico, todavia, não é possível reconstituir

o momento preciso de sua emergência, através de experiências que possam iluminar os determinantes dessa emergência. Diante de tal impossibilidade diz Lukács:

o máximo que se pode alcançar é um conhecimento *post festum*, aplicando o método marxiano, segundo o qual a anatomia do homem fornece a chave para a anatomia do macaco e para o qual um estágio mais primitivo pode ser reconstruído – intelectualmente – a partir do estágio superior, de sua direção de desenvolvimento, das tendências de seu desenvolvimento. A maior aproximação possível nos é trazida, por exemplo, pelas escavações, que lançam luz sobre várias etapas intermediárias do ponto de vista anatômico-fisiológico e social (ferramentas etc.). O salto, no entanto, permanece sendo um salto e, em última análise, só pode ser esclarecido conceitualmente através do experimento ideal a que nos referimos (LUKÁCS, 2013, p.42-43).

Dada a radical imanência no desdobramento processual do ser, o ser social, ainda que traga consigo um salto ontológico qualitativo, não foge, obviamente, do imperativo da reprodução biológica. Desde o início, no entanto, esta opera-se a partir dos elementos deste próprio salto qualitativo, que tem como momento essencial a teleologia. Assim, Lukács, através da operação analítica presente no método das duas vias, chega ao trabalho como elemento primordial para a reflexão das categorias essenciais do ser social. E assim o faz porque, de seu ponto de vista,

todas as outras categorias dessa forma de ser [o ser social] têm já, em essência, um caráter puramente social; suas propriedades e seus modos de operar se desdobram no ser social já constituído; quaisquer manifestações delas, ainda que sejam muito primitivas, pressupõem o salto como já acontecido. Somente o trabalho tem, como sua essência ontológica, um claro caráter de transição: ele é, essencialmente, uma inter-relação entre homem (sociedade) e natureza, tanto inorgânica (ferramenta, matéria-prima, objeto do trabalho etc.) como orgânica, inter-relação que pode figurar em pontos determinados da cadeia a que nos referimos, mas antes de tudo assinala a transição, no homem que trabalha, do ser meramente biológico ao ser social (LUKÁCS, 2013, p.44).

Neste sentido, o trabalho traz consigo, *in nuce*, as determinações essenciais do que emerge de novo no ser social e, por isso, Lukács o toma como modelo da práxis (LUKÁCS, 2013, p.44; LUKÁCS, 1978, p.5-6).

Mais uma vez, é preciso não perder de vista que o experimento ideal de nosso autor opera no âmbito da abstração do complexo de complexos que constitui o ser social. Sua reflexão acerca da gênese a partir da categoria do trabalho não significa que os elementos por ora abstraídos do complexo – como a linguagem, a socialidade, etc. – derivem cronologicamente do trabalho. Eles emergem simultaneamente ao trabalho, mas a prioridade assumida por esta categoria é dada pelo

seu caráter “transitório”, fundante, representada pelo intercâmbio orgânico do ser social com a natureza. A abstração dos demais elementos, todavia, não significa sua completa eliminação da análise, e sim sua permanência no horizonte, enquanto se examina o momento principal do labor (LUKÁCS, 2013, p.44-45).

Acompanhemos Lukács no desvelamento do complexo do trabalho. A descrição de sua essência pode ser encontrada em uma passagem de Marx n’*O Capital*:

pressupomos o trabalho sob forma exclusivamente humana. [...] o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. Ele não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem que subordinar sua vontade (2004, p. 211-212).

Este pequeno trecho de Marx condensa uma série de categorias e problemas, que são desdobrados filosoficamente por Lukács.

Em primeiro lugar, é de fundamental importância a articulação aí existente entre teleologia e causalidade. É no trato destes dois momentos onde torna-se mais claro o mencionado *tertium datur* lukácsiano, isto é, a tentativa de rechaçar tanto o idealismo quanto o materialismo vulgar.

A investigação da essência da categoria do trabalho nos mostra que, por meio dela, realiza-se no mundo material a posição de um fim previamente determinado, que dá origem a uma nova objetividade. De um lado, temos o que Lukács define como um “princípio de automovimento que repousa sobre si próprio” – isto é, a causalidade – e, de outro, um ato de consciência que intenta colocar um fim sobre a realidade – a teleologia. A articulação entre estes dois momentos não transforma o mundo material em um mundo teleológico. Estas duas categorias devem ser entendidas em sua radical distinção e unidade. Em outras palavras, ainda que uma série causal tenha como ponto de partida um ato de consciência, esta não abandona sua determinação essencial de “princípio de automovimento que repousa sobre si próprio” (LUKÁCS, 2013, p.48).

A ontologia lukácsiana, seguindo os passos de Marx, recusa toda teleologia no desenvolvimento ontológico global, assim como toda teleologia na história humana. Seu lócus, exclusivo, é a consciência singular do indivíduo que coloca finalidade ao agir. Extrapolá-la para além do trabalho, por um lado, implica em imputá-la a natureza ou a história, apelando para

alguma espécie de sujeito transcendente, em posição idêntica ou próxima as filosofias religiosas; ademais, as hipertrofias neste campo implicam em fugas idealistas.

Por outro lado, acentuar exacerbadamente o momento da causalidade – como o faz, por exemplo, o materialismo pré-marxiano –, de maneira que se termine obliterando toda teleologia, e por essa via qualquer papel ativo da consciência, incorre em um mecanicismo não condizente com a novidade inaugurada pelo surgimento do ser social (LUKÁCS, 2013, p.48-52).

A teleologia, portanto, nas palavras de Lukács, “em sua essência, é uma categoria posta: todo processo teleológico implica o pôr de um fim e, portanto, numa consciência que põe fins” (LUKÁCS, 2013, p.48). Contudo, apesar de ser um momento ideal, não constitui mera e simples pulsão da subjetividade. Ao contrário, ela é uma categoria objetiva, uma vez que desencadeia um processo real no ser social e, dessa maneira, funda uma “nova objetividade” (LESSA, 2012, p.61). Ao fundar essa “nova objetividade” a teleologia articula-se com a causalidade. Sobre esta articulação, diz Lukács:

Quando [...] a teleologia é reconhecida como categoria realmente operante apenas no trabalho, tem-se inevitavelmente uma coexistência concreta, real e necessária entre causalidade e teleologia. Sem dúvida, estas permanecem opostas, mas apenas no interior de um processo real unitário, cuja mobilidade é fundada na interação desses opostos e que, para tornar real essa interação, age de tal modo que a causalidade, sem ver atingida a sua essência, também se torna posta (LUKÁCS, 2013, p.52).

Assim, a despeito de teleologia e causalidade constituírem, via trabalho, um processo unitário que tem por resultado a causalidade posta, esses dois momentos são sempre contrapostos um ao outro, de maneira que a nova causalidade, mesmo sendo colocada em movimento por um pôr teleológico, não perde sua essência de “automovimento que repousa sobre si mesmo” (LESSA, 2012, p.6).

A mediação que articula o momento ideal da teleologia com a materialidade do real é o momento do trabalho que conhecemos por objetivação. É ele quem realiza a síntese entre a intenção na consciência e a causalidade, fundando o ser social (LESSA, 2012, p.64-65). Mais uma vez: dentro de todo o processo de trabalho teleologia e causalidade permanecem sempre como polos opostos de um processo unitário.

Dessa maneira, enquanto a causalidade mostra-se anterior à teleologia, esta última apenas pode operar em indissociável conexão com o desenvolvimento causal. Para que fique bem fixo esse ponto, recorreremos aqui à uma citação esclarecedora de Lukács:

por um lado, o pôr teleológico “simplesmente” faz uso da atividade que é própria da natureza; por outro, a transformação dessa atividade torna-o o contrário de si mesmo. Isso significa que essa atividade natural se transforma numa atividade posta, sem que mudem, em termos ontológico-naturais, os seus fundamentos. [...] algo inteiramente novo surge dos objetos, das forças da natureza, sem que haja nenhuma transformação interna; o homem que trabalha pode inserir as propriedades da natureza, as leis do seu movimento, em combinações completamente novas e atribuir-lhes funções e modos de operar completamente novos. Considerando, porém, que isso só pode acontecer no interior do caráter ontológico insuprimível das leis da natureza, a única mudança das categorias naturais só pode consistir no fato de que estas – em sentido ontológico – tornam-se postas; esse seu caráter de terem sido postas é a mediação da sua subordinação ao pôr teleológico determinante, mediante o qual, ao mesmo tempo que se realiza um entrelaçamento posto de causalidade e teleologia, tem-se um objeto, um processo etc. unitariamente homogêneo (LUKÁCS, 2013, p.55).

O que temos aqui, na transformação da natureza “no contrário de si mesma”, sem que com isso seja alterado “em termos ontológico-naturais, os seus fundamentos”, é a causalidade posta, essência do ser social. O resultado do processo de trabalho é um ente distinto do sujeito que o criou, adquire uma história própria e uma legalidade imanente que podem retroagir sobre o próprio sujeito e devem necessariamente ser levadas em conta em um eventual novo pôr teleológico. Trata-se, portanto, de uma “nova objetividade” que adentra a totalidade do existente e que escapa ao controle absoluto do seu criador, por possuir uma autonomia frente a consciência que o pôs.

O termo “segunda natureza”, entretanto, deve ser tomado com cuidado. Ao usá-lo, Lukács não pretende igualar a causalidade posta à causalidade espontânea da natureza. Por ter como médium necessário a consciência, a primeira carrega peculiaridades ontológicas que a distingue da última. Ainda assim, ressaltamos mais uma vez, isso não atenua seu caráter objetivo, que por último desemboca em uma objetividade da reprodução social global.

Prosseguindo com a análise do complexo do trabalho, Lukács, nas pegadas de Nicolai Hartmann, cinde a constituição interna da teleologia em dois momentos: a busca dos meios e a posição do fim (LUKÁCS, 2013, p.53-54).

Por si só, o princípio de automovimento que constitui a essência da causalidade do mundo material não satisfaz automaticamente as necessidades humanas. É preciso que o pensamento e a

vontade humana sejam capazes de efetuar a organização das propriedades naturais de tal maneira que a “nova” objetividade venha à tona. Aqui constata-se a importância da busca dos meios. Na articulação entre teleologia e causalidade ela procura captar, em maior ou menor medida, aquilo que governa o objeto em questão e que é independente de toda consciência; por outro lado, intenta descobrir nestes objetos novas conexões que, se efetivadas, tornam concreta a posição teleológica (LUKÁCS, 2013, p.54). Obviamente, na busca dos meios, não se trata de esgotar a cognição das determinações do objeto e sim de, no mínimo, apreender as conexões decisivas para o sucesso da posição teleológica. Ademais, as posições bem sucedidas não necessitam de uma correta representação geral da natureza, dos objetos, das relações, etc. (LUKÁCS, 2013, p.56). Vale destacar, no entanto, que a relação entre posição do fim e busca dos meios é marcada por uma heterogeneidade tal que a despeito da primeira emergir a partir de uma necessidade humano-social, ela se converterá em mera utopia caso a última não tenha chegado a um nível de conhecimento que garanta sua efetivação (LUKÁCS, 2013, p.57).

Ainda na relação entre posição do fim e busca dos meios, é de suma importância para nossa questão do desenvolvimento do ser social o problema do momento predominante desta interação. Diz Lukács que no processo singular de trabalho, o fim regula e domina os meios. No entanto, do ponto de vista do processo de trabalho, visto a partir de uma perspectiva histórica, percebe-se uma inversão da predominância nesta articulação:

uma vez que a investigação da natureza, indispensável ao trabalho, está, antes de tudo, concentrada na preparação dos meios, são estes o principal veículo de garantia social da fixação dos resultados dos processos de trabalho, da continuidade na experiência de trabalho e especialmente de seu desenvolvimento ulterior. É por isso que o conhecimento mais adequado que fundamenta os meios (ferramentas etc.) é, muitas vezes, para o ser social, mais importante do que a satisfação daquela necessidade (pôr do fim) (LUKÁCS, 2013, p.57).

É neste impulso cognitivo detonado pela busca dos meios que Lukács encontra a gênese da ciência. A descoberta dos nexos causais do mundo natural, neste momento primeiro do desenvolvimento do ser social, refere-se sempre a um fim bem determinado. Mas as experiências aí verificadas carregam a possibilidade de serem generalizadas para outras situações heterogêneas. O sucesso desta transposição da investigação da causalidade – ligada a um fim muito bem determinado – para um campo novo, indica que foi realizada uma abstração correta. Desta maneira, portanto, neste momento ainda muito inicial e sem que nem sempre os sujeitos tenham consciência desse processo,

encontram-se aqui elementos importantes do pensamento científico que a autonomização cada vez maior da busca dos meios irá desenvolver, e que mais tarde contribuirá para o surgimento das ciências naturais (LUKÁCS, 2013, p.59-60).

O posicionamento lukácsiano, aqui, remete-se a sua teoria do reflexo (espelhamento). Com o processo de trabalho verifica-se uma separação entre sujeito e objeto, um distanciamento que tem como premissa a reprodução no pensamento das determinações do objeto. Para nosso autor, esta é uma relação imprescindível, uma vez que “se o sujeito, enquanto separado na consciência do mundo objetivo, não fosse capaz de observar e reproduzir no seu ser-em-si este último, jamais aquele pôr do fim, que é o fundamento do trabalho, mesmo do mais primitivo, poderia realizar-se” (LUKÁCS, 2013, p.65).

A reflexão do objeto requerida pela atividade laborativa implica na coagulação de uma realidade própria da consciência. Sem grandes surpresas, esta reprodução cognitiva não coincide com o próprio real. Não se trata de uma cópia fotográfica sua, e sim de uma reflexão no pensamento determinada pelas finalidades que são colocadas pela reprodução da vida social. Há aqui uma dualidade entre ser e consciência, inaugurada pelo trabalho, que se constitui enquanto traço característico do ser social; traço este que o reflexo, enquanto mediação que se refere ininterruptamente ao ser, articula, mas nunca elimina (LUKÁCS, 2013, p.66-67).

É por intermédio do reflexo que agora podemos retornar, mais concretamente e do ponto de vista do ser social, à categoria da possibilidade mencionada no capítulo anterior. A reprodução da realidade na consciência é um processo indispensável para o surgimento de novas objetividades. Com ela, emerge o possível no horizonte humano, mas de um modo que permanece ainda presente apenas em sua consciência, enquanto o vislumbrar de uma posição causal a ser colocada teleologicamente na realidade. Em outras palavras, a partir da investigação do objeto, ligada, como vimos, ao pôr teleológico, desvelam-se as combinações e transformações que a objetivação poderia ou não colocar no mundo material. Assim, a possibilidade conecta-se as determinações do existente e mesmo que não seja atualizada, permanece em estado latente (LUKÁCS, 2013, p.67-69).

A categoria da alternativa, presente em todo processo de objetivação do trabalho, representa a mediação para a efetivação daquilo que é possível. Escolhas devem ser feitas – a partir das possibilidades delineadas pelo reflexo – para que a causalidade seja articulada de uma maneira tal que, sem abandonar sua essência de necessidade “se..., então”, venha surgir algo radicalmente novo

no mundo material. Na emersão de fato deste último, delinea-se um “período de consequências” detonado pelas decisões alternativas e pelo seu contato com a causalidade. No entanto, mesmo depois de finalizado o processo de trabalho, as alternativas permanecem atuantes no âmbito da supervisão, controle, reparo, etc. daquilo que foi objetivado. Por outro lado, ainda que ao longo do tempo, através do exercício e do hábito, as decisões iniciais tornem-se reflexos condicionados, a cadeia de alternativas originariamente colocada, permanece como um fato de importância fundamental do ponto de vista ontológico (LUKÁCS, 2013, p.70-75).

Em tudo isso, de suma importância para nós neste momento é que a complexidade do ser social manifesta-se também no crescimento intensivo das decisões alternativas. Mais importante, ainda, é que na escolha evidencia-se a gênese ontológica da liberdade. Sobre o assunto, diz Lukács:

o processo social real, do qual emergem tanto o pôr do fim quanto a descoberta e a aplicação dos meios, é o que determina – delimitando-o concretamente – o campo das perguntas e respostas possíveis, das alternativas que podem ser realmente realizadas. Dentro da totalidade respectiva, os componentes determinantes aparecem delineados com força e concretude ainda maior do que nos atos de pôr considerados isoladamente. No entanto, com isso expusemos apenas um lado da alternativa. Por mais precisa que seja a definição de um campo respectivo, não se elimina a circunstância de que no ato da alternativa está presente o momento da decisão, da escolha, e que o “lugar” e o órgão de tal decisão sejam a consciência humana; e é exatamente essa função ontologicamente real que retira, do caráter de epifenômeno em que se encontravam, as formas da consciência animal totalmente condicionadas pela biologia (LUKÁCS, 2013, p.77).

A liberdade, aqui, é entendida como um momento demarcado pela finalidade de uma posição histórico-social, e que é mediada, por sua vez, pelo reflexo – mais ou menos amplo, intenso, etc. – responsável por captar as determinações do real, desvelando as possibilidades latentes nesse. Não obstante estas restrições, a escolha é feita pelo sujeito da práxis que efetua o processo de trabalho. Vale advertir, no entanto, que ainda que a gênese da liberdade seja demonstrada nesse momento inicial – no trabalho como modelo da práxis – não devemos extrapolá-la arbitrariamente para os demais âmbitos da ação humana, atendo-se a especificidade de cada manifestação particular.

No delineamento das categorias em torno da práxis originária do trabalho, Lukács discute ainda um outro momento que, à primeira vista, poderia parecer oposto ao problema da liberdade, mas que é tratado em unidade com a mesma: referimo-nos ao dever-ser. Aqui, a atenção de nosso autor volta-se mais propriamente aos problemas concernentes ao comportamento do sujeito

responsável pela atividade laboral. Nesta última, dada a articulação aí presente entre teleologia e causalidade constata-se uma certa inversão da “temporalidade” implicada na determinação causal.

Obviamente, não há aqui nenhum misticismo no trato da causalidade. Ainda permanecemos no âmbito daquela relação “se..., então” onde um fenômeno passado implica consequências futuras. O que, no âmbito da discussão do dever-ser, nosso autor quer indicar é que enquanto no mundo orgânico o processo causal segue um sentido onde é o passado que determina o futuro – como por exemplo, a adaptação passivo-biológica presente mesmo nos animais superiores –, no ser social a projeção de um fim determinado antes na consciência implica uma referência ao futuro pelo sujeito da práxis laborativa. Esta referência deve guiar-se, em maior ou menor medida, pelas determinações objetivas do real, uma vez que não pode transformar seu entorno a partir da mera subjetividade. O dever-ser aparece, então, como a categoria que indica a necessidade de autocontrole das ações, afetos, instintos, etc. para que o fim almejado seja realizado com sucesso. Todavia, não se trata de um autocontrole abstrato, geral, do sujeito, e sim daquilo que é concreta e necessariamente requerido à subjetividade para a consecução do trabalho em questão. (LUKÁCS, 2013, p.98-99). Aqui, encontra-se também o *tertium datur* lukácsiano, como expresso na crítica abaixo:

na imensa maioria das abordagens idealistas dessas questões, a especificidade do ser social desaparece por completo; é construída, artificialmente, uma esfera desprovida de raízes do dever-ser (do valor), que em seguida é posta em confronto com um – presumido – ser meramente natural do homem, embora este último, do ponto de vista ontológico objetivo, seja tão social como a primeira. A reação do materialismo vulgar, de simplesmente ignorar o papel do dever-ser no ser social e procurar interpretar toda essa esfera segundo o modelo da pura necessidade natural, contribuiu muito para confundir esse complexo de problemas ao produzir nos dois polos uma fetichização dos fenômenos, contraposta quanto ao conteúdo e ao método, mas de fato vinculadas entre si (LUKÁCS, 2013, p.100).

A categoria do dever-ser está intimamente ligada, por sua vez, à do valor, uma vez que esta última é condição necessária para que o autocontrole do sujeito se efetive no processo de trabalho. Em outras palavras, a orientação para o futuro, que determina o comportamento subjetivo na práxis, apenas vem a ser porque o fim proposto tem valor para o sujeito. Assim, enquanto o dever-ser representa mais especificamente o momento de regulação do processo, o valor incide primordialmente sobre a posição dos fins (LUKÁCS, 2013, p.106).

Como a análise está aqui centrada no trabalho, Lukács refere-se, inicialmente, aos valores de uso. A ligação entre estes dois momentos, no entanto, não é necessária. Existem casos limites, segundo o filósofo húngaro, em que elementos naturais tem utilidade a um indivíduo, mesmo não sendo resultado do processo de trabalho – como é o caso, por exemplo, do ar. No entanto, à parte estas situações excepcionais, os objetos naturais tem serventia uma vez que são produtos do trabalho, e é justamente no entrecruzamento entre teleologia e causalidade desta práxis que Lukács aponta a emersão do valor. Por um lado, não se pode encontrá-lo diretamente a partir de suas propriedades naturais, uma vez que aí não há nenhuma referência à teleologia ligada à reprodução da vida humana; por outro lado, o pôr teleológico articula-se necessariamente à causalidade, às determinações objetivas do mundo natural. Por isso, a valoração não diz respeito também a meros impulsos subjetivos.

Ela é, pelo contrário, uma categoria social e objetiva (LUKÁCS, 2013, p.107). Em outras palavras, do ponto de vista da posição teleológica que visa a satisfação de uma dada necessidade, a utilidade pode ser avaliada no âmbito da relação “se..., então”, e é justamente em tal avaliação que encontramos a gênese dos processos valorativos:

o valor que aparece no trabalho enquanto processo que reproduz valor de uso é sem nenhuma dúvida objetivo. Não só porque o produto, no pôr teleológico, pode ser medido, mas também porque esse mesmo pôr teleológico em sua relação “se..., então” com a satisfação da necessidade também pode ser demonstrado e comprovado como objetivamente existente. Desse modo, não se pode afirmar que as valorações enquanto pores singulares constituam por si mesmas o valor. Ao contrário. O valor que aparece no processo e que confere a este uma objetividade social é que decide sobre se a alternativa no pôr teleológico e na sua realização foi adequada a ele, isto é, se era correta, valiosa. (LUKÁCS, 2013, p.111-112).

No trato do valor, Lukács empenha-se na reflexão do desdobramento de seu momento mais simples até a investigação de aspectos de sua complexificação. Para nós é de fundamental importância segui-lo uma vez que esta discussão joga luz a aspectos importantes de sua concepção de desenvolvimento do ser social.

O problema aqui gira em torno da emersão do valor econômico. O que representa o seu superar (no sentido de *aufhebung*), com relação a forma de valor mais imediata do intercâmbio orgânico com a natureza?

Para responder a questão, Lukács remete-se a um momento mais avançado do desenvolvimento do ser social: o da circulação simples de mercadorias. E o faz através da discussão

de Marx, onde a divisão do trabalho tornou especializada a atividade laborativa do proprietário de mercadorias; o que contrasta, por sua vez, com a multiplicidade de suas necessidades. Para satisfazer estas últimas, deve o proprietário de uma mercadoria efetuar a troca com o proprietário de outra mercadoria que possua um valor de uso que lhe interesse. Os atos de compra e venda, intermediados pelo equivalente geral, o dinheiro, parecem ser a primeira vista internamente solidários. No entanto, ressalta Marx que em sua efetivação eles podem tornar-se autônomos, casuais um em relação ao outro, uma vez que ninguém é obrigado a comprar imediatamente algo apenas porque realizou uma venda. Assim, “dizer que esses atos antitéticos, independentes entre si, possuem uma unidade interior equivale a dizer que essa unidade interior transparece através de antíteses externas [...]. Essas formas implicam a possibilidade, mas somente a possibilidade, das crises” (MARX, 2004, p.140).

A distância deste momento para com aquele do trabalho singular é evidente. À Lukács, o que interessa é demonstrar que mesmo neste âmbito mais complexo do ser social, os valores que aí se efetivam não perdem sua objetividade. Isto porque a economia é concebida por nosso autor como o resultado de posições teleológicas individuais, que não deixam de trazer consigo a categoria da alternativa. Entretanto, o movimento das cadeias causais assim colocadas cristaliza-se em uma totalidade processual que, ultrapassado determinado ponto no processo de desenvolvimento do trabalho – como no caso descrito por Marx mencionado acima –, complexifica-se de tal maneira que já não é mais imediatamente apreensível pelos sujeitos singulares da práxis. Do ponto de vista do valor, portanto, as decisões do valor econômico não são mais tão evidentes como no caso do valor de uso. Nesta situação, diz Lukács:

com efeito, na maior parte dos casos, os homens dificilmente conseguem compreender corretamente as consequências de suas próprias decisões. Como poderiam, pois, seus pores de valor constituir valor? O próprio valor está presente objetivamente e é exatamente a sua objetividade que determina – mesmo que objetivamente não com a certeza adequada e subjetivamente sem uma consciência adequada – os pores teleológicos singulares, orientados para o valor (LUKÁCS, 2013, p.113).

Colocado em outros termos, podemos nos perguntar: se o valor, do ponto de vista do trabalho singular orientado para o valor de uso, colocava-se no entrecruzamento entre teleologia e causalidade, e aí a decisão acerca da utilidade ou não da efetivação do fim era muito mais simples, como aparece o valor econômico neste desenvolvimento mais complexo? Como Lukács sustenta

sua objetividade, já que neste momento muito mais complexo não se trata mais de remeter a posição de um fim à necessidade “se..., então”, do mundo natural?

A resposta encontramos em uma citação de nosso autor, a qual, por sua importância para nosso objeto e pelos problemas que suscita, precisamos colocá-la aqui em toda a sua extensão:

aludiremos, aqui, apenas ao fato de que a divisão do trabalho, mediada e posta em marcha pelo valor de troca, produz o princípio do governo do tempo através de seu melhor aproveitamento interno. Marx afirma: ‘economia de tempo, a isto se reduz, afinal, toda a economia. Da mesma forma, a sociedade tem de distribuir apropriadamente o seu tempo para obter uma produção em conformidade com a totalidade de suas necessidades; do mesmo modo como o indivíduo singular tem de distribuir o seu tempo de forma correta para adquirir conhecimentos em proporções apropriadas ou para desempenhar suficientemente as variadas exigências de sua atividade. Economia de tempo, bem como distribuição planificada do tempo de trabalho entre os diferentes ramos de produção, continua sendo também a primeira lei econômica sobre a base da produção coletiva [gemeinschaftlichen Produktion]’. Marx fala aqui da lei da produção social [gesellschaftlichen Produktion]. Com razão, pois os efeitos causais dos diferentes fenômenos se sintetizam exatamente em uma lei tal e desse modo retroagem sobre os atos singulares, determinando-os, e o singular deve, sob pena de ruína, adequar-se a essa lei (LUKÁCS, 2013, p.113-114).

Até onde conseguimos acompanhar o raciocínio de Lukács, podemos sintetizar sua explicação, nos seguintes termos: a divisão do trabalho, resultado de diversas posições teleológicas, é pensada aqui no âmbito da troca de mercadorias – mediada pelo valor de troca. Nesta os indivíduos devem adequar seu processo de trabalho àquilo que é socialmente necessário. Mas a verificação deste socialmente necessário ocorre apenas *post festum*, isto é, na troca mesma. Esta configuração implica em um dever-ser, um controle do processo de produção, pautado pela objetividade do valor econômico na qual o indivíduo se apóia mesmo sem a “consciência adequada”. Em outras palavras, o proprietário de mercadorias guia-se, em maior ou menor medida, pelo preço ideal, expressão do valor econômico, uma vez que não pode determiná-lo simplesmente a partir de seu mero impulso subjetivo. A “confirmação” da “correção” deste preço, e do valor econômico, vem apenas com a realização da troca, que segue a causalidade determinada pelas posições teleológicas de todos os outros proprietários de mercadorias. Ademais, há aqui o interesse – ou mesmo compulsão – para a redução do trabalho socialmente necessário, para a economia de tempo, tanto para alcançar o valor econômico ora em voga, do ponto de vista daqueles que se encontram aquém dele, quanto para adiantar-se a ele, uma vez que isto poderia implicar em vantagens na troca.

Algumas considerações aqui são necessárias.

Em primeiro lugar, o modo como Lukács pensa o desdobramento que vai do valor de uso ao valor econômico compreende uma ampla abstração que tem como questão de fundo o paulatino processo de generalização da mercadoria, do valor econômico e de sua expressão no valor de troca, ao longo da história. Isto implica o desenvolvimento do trabalho sob as bases das categorias que tratamos anteriormente, que resulta, por sua vez, na emergência do excedente, na divisão de classes e no desdobramento de contradições que, após um longo e complexo processo histórico, culminam na separação entre os produtores diretos e os meios de produção e na mercantilização da força de trabalho. Apenas aí, isto é, na formação capitalista, o valor econômico ganha a dimensão central da regulação das atividades econômicas, reproduzindo essencialmente, vale notar, o capital, de um lado, e uma massa detentora apenas da força de trabalho, de outro.

O problema com tal interpretação é, a nosso ver, que subjacente a ela está uma leitura da teoria do valor de Marx que oblitera a especificidade de sua verificação à produção de mercadorias e a generaliza de maneira incauta para as demais formações sociais. Isto aparece em outros momentos da reflexão de Lukács em sua última década de vida. Na parte histórica da *Ontologia*, por exemplo, ao referir-se ao comunismo, Lukács afirma:

só numa fase mais elevada, da qual ele [Marx] indica os pressupostos econômicos e humanos que a economia tornou possíveis, é que se torna objetivamente realizável uma situação na qual ‘de cada um segundo suas capacidades, a cada um segundo suas necessidades’. Desse modo, desaparece a estrutura da troca de mercadorias, deixa de operar a lei do valor para os indivíduos enquanto consumidores. Todavia, é evidente que resta em vigor, na própria produção, inclusive no crescimento das forças produtivas, o tempo de trabalho socialmente necessário e, por conseguinte, segue operando a lei do valor enquanto reguladora da produção (LUKÁCS, 2012, p.421).

E em *O Processo de democratização*, escrito no final de 1968, possivelmente motivado pela invasão da Tchecoslováquia pelas tropas do Pacto de Varsóvia, Lukács posiciona-se de maneira semelhante, afirmando que “para Marx, a lei do valor não é ligada à produção de mercadorias” (LUKÁCS, 2008, p.138).

No capítulo do trabalho, seguindo as indicações de Mészáros (2002), encontramos tais problemas na citação acerca da economia de tempo que mencionamos acima. Aqui, há a identificação problemática entre os termos *gemeinschaftlichen Produktion* e *gesellschaftlichen*

Produktion. O primeiro refere-se à produção coletiva, enquanto o último a um momento mais genérico, à produção social. Identificá-los, ainda mais como Lukács o faz, sob a mediação do valor de troca, é problemático. A tradução em português do capítulo *O Trabalho*, da parte sistemática da *Ontologia* – que se popularizou na Internet antes da publicação integral da editora Boitempo –, segue a italiana⁶ e em nenhuma das duas há a distinção entre os dois termos, ambos aparecem como “produção social”. No texto em alemão⁷, o contraste e a identificação realizada entre eles por Lukács é evidente, assim como na versão em português da editora mencionada, como vimos acima.

Para que fique bem claro o problema ao qual estamos nos referindo, pedimos paciência ao leitor para voltarmos à citação e a percorrermos passo a passo.

Lukács inicia a passagem da seguinte forma:

aludiremos, aqui, apenas ao fato de que a divisão do trabalho, mediada e posta em marcha pelo valor de troca, produz o princípio do governo do tempo através de seu melhor aproveitamento interno.

⁶ Em português: “aludiremos, aqui, apenas ao fato de que a divisão do trabalho, mediada e posta em ação pelo valor de troca, produz o princípio do governo do tempo através de uma melhor utilização interna dele. “Economia de tempo”, diz Marx, “a isto se reduz, enfim, toda a economia. Do mesmo modo que a sociedade deve repartir de maneira planificada o seu tempo a fim de conseguir uma produção adequada ao conjunto das suas necessidades, também o indivíduo singular deve repartir corretamente o seu tempo a fim de procurar os conhecimentos necessários ou a fim de satisfazer as múltiplas exigências da sua atividade. Economia de tempo e divisão planificada do tempo de trabalho nos diversos ramos da produção permanece, pois, a primeira lei econômica baseada na produção social [gemeinschaftlichen Produktion]”. Marx, aqui, se refere à lei da produção social [gesellschaftlichen Produktion]. E com razão, uma vez que os efeitos causais dos diversos fenômenos se sintetizam exatamente nesta lei e deste modo retroagem sobre os atos singulares, determinando-os, e o singular é obrigado, se não quiser se arruinar, a adequar-se a essa lei (LUKÁCS, S/D, p.37). Em italiano: Qui osserveremo soltanto che la divisione del lavoro mediata e messa in moto dal valore di scambio produce il principio del governo del tempo mediante una sua migliore utilizzazione interna. “Economia di tempo”, dice Marx, “in questo si risolve infini ogni economia. Come la società deve ripartire il suo tempo in maniera planificata per conseguire una produzione adeguata ai suoi bisogni complessivi, così l’individuo singolo deve ripartire giustamente il suo tempo per procurarsi conoscenze in proporzioni adeguate o per soddisfare alle svariate esigenze della sua attività. Economia di tempo e ripartizione planificata del tempo di lavoro nei diversi rami di produzione, rimane dunque la prima legge economica sulla base della produzione sociale” [gemeinschaftlichen Produktion]. Marx qui ne parla come della legge della produzione sociale [gesellschaftlichen Produktion]. E con ragione, perché gli effetti causali dei diversi fenomeni si sintetizzano appunto in questa legge, per questa via retroagiscono poi, determinandoli, sugli atti singoli, e il singolo deve, pena la rovina, adeguarsi a tale legge (LUKÁCS, 1981, p.86-87).

⁷ Hier sei nur darauf hingewiesen, daß die durch den Tauschwert vermittelte und in Gang gebrachte Arbeitsteilung das Prinzip der Beherrschung der Zeit durch ihre innere bessere Ausnützung produziert. “Ökonomie der Zeit”, sagt Marx, “darein löst sich schließlich alle Ökonomie auf. Ebenso muß die Gesellschaft ihre Zeit zweckmäßig einteilen, um eine ihren Gesamtbedürfnissen gemäße Produktion zu erzielen; wie der Einzelne seine Zeit richtig einteilen muß, um sich Kenntnisse in angemessenen Proportionen zu erwerben oder um den verschiedenen Anforderungen an seine Tätigkeit Genüge zu leisten. Ökonomie der Zeit, sowohl wie planmäßige Verteilung der Arbeitszeit auf die verschiedenen Zweige der Produktion, bleibt also erstes ökonomisches Gesetz auf Grundlage der *gemeinschaftlichen Produktion*”. Marx spricht hier davon als von dem Gesetz der *gesellschaftlichen Produktion*. Mit Recht, denn die kausalen Wirkungen der verschiedenen Erscheinungen fassen sich zu einem solchen Gesetz zusammen, wirken dadurch bestimmend auf die Einzelakte zurück, und der Einzelne muß sich, bei Strafe des Untergangs, diesem Gesetz anpassen (LUKÁCS, 1986, p.75 [grifos nossos]).

Pensamos que este trecho está em consonância com nossa tentativa de delinear melhor o problema do valor econômico e da economia de tempo. Ele conecta a divisão do trabalho ao valor de troca, e estes ao “princípio do governo do tempo” – estando aí implícita a redução do trabalho socialmente necessário. Como tentamos argumentar, a nosso ver, trata-se de um problema de valor econômico que existe objetivamente pela síntese das diversas posições teleológicas e que somente é confirmado *post festum* pela troca de mercadorias.

Na sequência imediata do excerto acima iniciam os problemas que mencionamos:

Marx afirma: ‘economia de tempo, a isto se reduz, afinal, toda a economia. Da mesma forma, a sociedade tem de distribuir apropriadamente o seu tempo para obter uma produção em conformidade com a totalidade de suas necessidades; do mesmo modo como o indivíduo singular tem de distribuir o seu tempo de forma correta para adquirir conhecimentos em proporções apropriadas ou para desempenhar suficientemente as variadas exigências de sua atividade. Economia de tempo, bem como distribuição planejada do tempo de trabalho entre os diferentes ramos de produção, continua sendo também a primeira lei econômica sobre a base da produção coletiva [gemeinschaftlichen Produktion]’.

O trecho abaixo, retirado dos *Grundrisse* (MARX, 2011, p.119-120), trata de um momento distinto daquele primeiro mencionado por Lukács. Aqui, Marx refere-se a produção coletiva e a uma organização do trabalho que não é feita pela mediação fundamental do mercado. Por isso, não se trata mais da realização do valor de troca, nem da existência objetiva do valor econômico e a sua confirmação *post festum*. Pelo contrário, a organização do trabalho é realizada antes pelas condições da produção e pelas necessidades qualitativas dos próprios indivíduos responsáveis pela produção. Daí que o “princípio do governo do tempo” não está mais vinculado aos termos quantitativos do valor de troca, como na citação anterior. Mais ainda: a passagem de Marx parece generalizá-lo para muito além deste.

Por fim, Lukács realiza a identificação entre os dois termos, e aponta para o fato de que os indivíduos devem submeter-se a esta causalidade geral, resultado das diversas posições teleológicas:

Marx fala aqui da lei da produção social [gesellschaftlichen Produktion]. Com razão, pois os efeitos causais dos diferentes fenômenos se sintetizam exatamente em uma lei tal e desse modo retroagem sobre os atos singulares, determinando-os, e o singular deve, sob pena de ruína, adequar-se a essa lei.

O elemento compulsório do valor econômico ultrapassa, portanto, a especificidade da produção de mercadorias e, frente a interpretação lukácsiana da teoria do valor de Marx, generaliza-se para as demais formações sociais. O filósofo húngaro trabalha, assim, em um alto nível de abstração, e termina por apresentar uma análise difusa que aponta para uma paulatina predominância da valoração econômica que controla o tempo da produção social:

já a forma originária do trabalho, na qual a utilidade põe o valor do produto, mesmo que se relacione diretamente com a satisfação da necessidade, põe em marcha, no homem que o realiza, um processo cuja intenção objetiva – independentemente do grau de consciência – está voltada para o superior desenvolvimento do homem. Assim se produz no valor econômico, uma intensificação qualitativa diante do valor que já existia na atividade simples, produtora de valores de uso. Surge assim um duplo movimento contraditório: de um lado, o caráter de utilidade do valor sofre uma intensificação em direção ao universal, para o domínio de toda a vida humana, e isso acontece simultaneamente ao tornar-se cada vez mais abstrato da utilidade, na medida em que o valor de troca, sempre mediado, elevado à universalidade e em si mesmo contraditório, assume um papel de guia nos intercâmbios sociais dos homens, sem que com isso se baseie no valor de uso. O novo, então, é um desdobramento contraditório, dialético, das determinações originárias, já presentes na gênese, e não a sua simples negação abstrata. De outro lado, esse mesmo desenvolvimento que conduziu à criação de formações realmente sociais como o capitalismo e o socialismo é em si mesmo contraditório, de um modo extremamente significativo e fecundo: a socialidade desdobrada da produção resulta num sistema imanente, que repousa em si mesmo, fechado em si mesmo, do econômico, no qual uma práxis real só é possível sobre a base da orientação para pores de fins e investigações dos meios imanentemente econômicos (LUKÁCS, 2013, 116).

A superação (*aufhebung*) do valor de uso pelo valor econômico é indicada aqui de maneira mais assertiva. A utilidade do primeiro transforma-se e, pelo processo de abstração concomitante à dominância do valor econômico, passa a guiar as relações sociais entre os indivíduos. Por isso, como mencionamos anteriormente, também o valor econômico encontra-se no entrecruzamento entre teleologia e causalidade, e esta nova utilidade é avaliada pelo metro resultante das diversas posições teleológicas efetuadas no âmbito da divisão do trabalho. Veremos com mais detalhes no próximo capítulo que a expressão “formações realmente sociais” indica sociedades não mais pautadas pela distribuição “natural”, extra-econômica, dos indivíduos no processo de produção e na sociedade. Tanto no capitalismo quanto no socialismo, para Lukács, o valor econômico é central, dando lugar a “um sistema imanente, que repousa em si mesmo, fechado em si mesmo, do

econômico”. A atuação dos indivíduos nestas condições, a posição do fim e as relações de valor devem pautar-se por esta causalidade.

As interpretações acerca da lei do valor marxiana suscitaram e ainda suscitam as mais diversas polêmicas. De nossa parte, como mencionamos acima, a generalização feita por Lukács de tal teoria é problemática por obliterar as especificidades históricas das diversas formações sociais. Todavia, a abordagem ontológica do filósofo húngaro parece-nos fecunda por insistir na premência do intercâmbio orgânico entre ser social e natureza e na necessidade da distribuição do trabalho socialmente necessário entre os diversos ramos da produção – o que implica, por sua vez, no referido governo do tempo. Ademais, ao discutir tais problemas no âmbito da inter-relação entre teleologia e causalidade, a categoria do valor econômico joga luz na importância da participação do sujeito e da consciência em todo este processo, sem deixar de lado, ao mesmo tempo, a objetividade que a combinação das diversas posições teleológicas assumem.

Entretanto, seguindo interpretações como a de Robert Meek, entendemos que a lei do valor trabalho de Marx refere-se em especial a produção de mercadorias, sobretudo no âmbito do capitalismo (MEEK, 1972, p.256-260). A troca de equivalentes produzidos privadamente é anterior as transformações que deram origem ao capitalismo. Aqui, em forma embrionária, seria possível perceber a atuação da relação social a qual a lei do valor faz referência. Marx indicou a possibilidade do surgimento de categorias que apenas em outras formações sociais assumiriam um desenvolvimento ulterior (MARX, 1973, p.230-232). No caso da lei do valor trabalho, Engels manifestou-se de maneira mais explícita – e polêmica – acerca de sua validade para a troca de mercadorias realizadas em sociedades pré-capitalistas. Diferentemente de Lukács, todavia, os condicionantes acerca da limitação da validade da lei do valor trabalho para o excedente produzido e trocado, inicialmente, pelas comunidades e, posteriormente, também em seu interior, estão presentes de maneira clara (ENGELS, 2013).

Obviamente, não podemos tratar aqui de toda a problemática acerca da validade da lei do valor. Queremos apenas chamar atenção, brevemente, para o entendimento que Lukács faz desta parte da teoria marxiana e que é de suma importância para a compreensão de sua concepção do desenvolvimento do ser social. A nosso ver, como também já havia sido indicado acima, uma das questões principais é o entendimento da validade da lei do valor para as sociedades pós-capitalistas. Trata-se de um debate que se mostrou importante para a U.R.S.S., mas que não podemos aqui

retomar. O que nos compete é indicar, na contramão do caminho tomado por Lukács, a importância de tanto no socialismo quanto no comunismo vislumbrar a superação da lei do valor. Se no primeiro tal superação ainda deve ser realizada, no segundo, seu estágio desenvolvido, ela deve estar plenamente concluída. Isso porque o desenvolvimento social deve atingir tal ponto que o intercâmbio orgânico entre ser social e natureza não irá realizar-se pela mediação do quantitativismo compulsório da lei do valor e sim pela perspectiva qualitativa que relaciona as demandas sociais e o *tempo disponível* dos indivíduos. Em polêmica direta com Lukács, Mészáros afirma

a leitura de Lukács dos *Grundrisse* altera radicalmente o significado original da ideia marxiana de produção e consumo comunais, assim como o uso correspondente do tempo em um sentido qualitativo/liberador, em contraste com a imposição quantitativa tirânica exercida sobre os produtores, que é inseparável da relação-valor. Para Marx, o uso qualitativo do tempo na forma comunal de intercâmbio reprodutivo representa o nível historicamente atingível e, nas fases mais avançadas do socialismo, o único e absoluto modo de mediação dos produtores associados (MÉSZÁROS, 2002, p.872).

Ao perder de vista tal distinção na utilização do tempo, Lukács não alcança uma crítica efetiva e incisiva da divisão do trabalho e, conseqüentemente, da burocracia soviética, da qual o filósofo húngaro havia sido vítima por mais de uma vez ao longo de seus 86 anos. O modo como nosso autor entende o tempo, através de sua interpretação da lei do valor marxiana, compromete, portanto, o entendimento da socialidade socialista e comunista que, não obstante o caráter necessário do intercâmbio orgânico entre ser social e natureza, busca superar o caráter compulsório do ato produtivo. Como nota Mészáros:

A questão [...] é saber se as considerações de tempo desempenham um papel determinante na forma historicamente específica de sociometabolismo ou, pelo contrário, se o tempo de trabalho da sociedade – sua produção e sua alocação – é regulado e determinado pelos objetivos que os membros de uma sociedade socialista avançada estabeleceram para si próprios, na estrutura de um plano genuíno divisado por eles. Em outras palavras, a questão é se os indivíduos sociais poderão planejar em sentido genuíno, alocando o seu tempo – o tempo de vida com significado – entre uma gama inteira de atividades que correspondam às suas necessidades. Um procedimento que está totalmente em contradição com a caricatura de planejamento: a imposição burocrática, de cima para baixo, de um conjunto de ditames produtivos e distributivos regido pela necessidade de extrair

– de modo iníquo – o trabalho excedente (e o equivalente tempo excedente) dos trabalhadores (MÉSZÁROS, 2002, p.869).

Colocadas tais considerações críticas ao entendimento de Lukács do valor econômico e da teoria do valor marxiana, continuemos nossa exploração do capítulo do trabalho.

Valor de uso e valor econômico estão implicados, do ponto de vista de Lukács, no processo de desenvolvimento e socialização do ser social. O primeiro, já ao sujeitar a natureza a humanidade e ao mesmo tempo desenvolver nele o domínio sobre seus impulsos e afetos, contribui para a formação de suas faculdades “especificamente humanas”. O segundo, voltado mais explicitamente ao problema do controle de tempo, dá lugar a socialização da humanidade e é um “passo para a realização das categorias sociais a partir do seu ser em-si originário até um ser-para-si sempre mais ricamente determinado e sempre mais efetivo” (LUKÁCS, 2013, p.114). Para nosso autor, portanto, há um nexos indissolúvel entre o desenvolvimento econômico objetivo e o dos indivíduos, ainda que esse processo não ocorra sempre de maneira consciente. Sintetizando, diz Lukács:

a práxis econômica é consumada pelo homem – através de atos alternativos –, mas a sua totalidade constitui um complexo dinâmico objetivo, cujas leis, ultrapassando a vontade de cada homem singular, se lhe opõem como sua realidade social objetiva, com toda a dureza característica da realidade, e, apesar disso, produzem e reproduzem, na sua objetiva dialética processual, em nível sempre mais elevado, o homem social; mais precisamente: produzem e reproduzem tanto as relações que tornam possível o desenvolvimento superior do homem como, no próprio homem, aquelas faculdades que transformam em realidade tais possibilidades (LUKÁCS, 2013, p.115).

Obviamente, o problema do desenvolvimento do ser social não encerra-se aí. Mais abaixo trataremos do estranhamento que tal processo pode carregar consigo.

Devemos ainda, contudo, seguindo Lukács, avançar um pouco mais na exploração do problema do valor e, mais uma vez, adiantar algumas considerações que ganharão concretude apenas no próximo capítulo. Tratamos há pouco do desdobramento do valor econômico a partir do valor de uso. A perspectiva ontológica lukácsiana, a despeito de advogar um desenvolvimento imanente das diversas determinações, considera que não se deve recorrer a deduções a partir das categorias mais simples e sim refletir sobre a especificidade da gênese que determina cada momento. Deste ponto de vista, é importante notar aqui que o valor de uso do trabalho singular liga-se às posições teleológicas voltadas a legalidade do mundo natural, enquanto o valor

econômico pauta-se pelo entrelaçamento desta última legalidade com a intenção de influir na consciência de outros sujeitos para que sua práxis aja em determinada direção. Assim, enquanto o primeiro tipo de posição lida com uma causalidade mais consolidada, proveniente da natureza, o segundo, ao ter como alvo a consciência de outros indivíduos, possui um grau maior de abertura e indeterminação. O problema que agora, seguindo Lukács, queremos enfrentar, trata do desenvolvimento de valores que remetem-se para além da esfera econômica e, portanto, assentam-se de maneira ainda mais firme no segundo tipo de posição teleológica: aquela que busca influenciar a práxis de outros sujeitos. A esta especificidade deve ligar-se a reflexão sobre a gênese dos valores não mais econômicos, sem que se oblitere, no entanto, as consequências da radical imanência do desdobramento do ser.

Se a passagem do valor de uso ao valor econômico já implicava em uma maior complexificação do problema, a análise dos valores não econômicos vai ainda além e traz dimensões qualitativas novas. No entanto, isto não implica, segundo o filósofo húngaro, que não exista e não opere aí uma continuidade no ser social (LUKÁCS, 2013, p.118). E isto no seguinte sentido: vimos anteriormente que Lukács discorre acerca da prioridade ontológica. Esta não é tomada no sentido valorativo e sim na consideração de que uma forma de ser é a insuprimível base ontológica de outra. Enquanto complexo que realiza o intercâmbio orgânico entre ser social e natureza, o trabalho figura aí como elemento privilegiado. Seu próprio desenvolvimento, no entanto, requer e também remete para complexos que vão além dele, e aí, mesmo na esfera econômica, os valores presentes nas escolhas das alternativas, também são objetivos (LUKÁCS, 2013, p.119).

Ao longo do próximo capítulo trataremos mais de perto da dinâmica complexiva do ser social.

O que importa-nos agora é que, para Lukács, o desenvolvimento econômico, tomado a partir de sua objetividade, como delineamos acima, “provê a espinha dorsal do progresso efetivo” (LUKÁCS, 2013, p.125). Mas os valores não econômicos necessários à reprodução da vida não estão em uma relação direta e mecânica com este progresso. São objetivos, emergem e remetem-se ao *hic et nunc* histórico-social e por isso são determinados também – de maneira mais ou menos mediada – pela dinâmica econômica, mas não se reduzem a ela. Nesta relação heterogênea insere-

se uma tensão importante para a ontologia lukácsiana, aquela que pode emergir entre a reprodução econômica e a do indivíduo. Diz Lukács:

exatamente porque o desenvolvimento econômico não é, em sua totalidade, um desenvolvimento teleologicamente posto, mas, apesar de ter os seus fundamentos nos pores teleológicos singulares dos homens singulares, consiste em cadeias causais espontaneamente necessárias, os modos fenomênicos delas, cada vez histórica e concretamente necessários, podem dar origem às mais agudas contraposições entre o progresso objetivamente econômico – e por isso objetivamente da humanidade – e as suas consequências humanas (LUKÁCS, 2013, p.119).

Essas antíteses podem manifestar-se em figuras trágicas como a de Dom Quixote. Mencionamos anteriormente este personagem ao tratarmos do problema da irreversibilidade na história. Aqui, do ponto de vista da relação entre o desenvolvimento objetivo do ser social e o indivíduo nela inserido, revela-se a antítese de valores e o choque com a dureza do novo mundo que então emergia: uma rejeição apaixonada ao desenvolvimento, objetivo e progressista, do ser social, junto a uma adesão à integridade moral do gênero humano, conservadora, que aparece “concentrada na mesma figura como união da grotescamente insensata e sublime pureza da alma” (LUKÁCS, 2013, 120-121).

Isto não quer dizer, no entanto, que Lukács aponte uma total impotência da moral diante da realidade sócio-econômica. O tipo de valores que agora mencionamos deve ser pensado no espaço de possibilidades concretas onde as alternativas não econômicas são colocadas. É nas determinações objetivas desta totalidade dinâmica, em seu constante transformar, que o valor encontra tanto a sua gênese como apresenta-se em sua objetividade. Reforçando: não obstante a dureza da realidade do desenvolvimento econômico, os valores fora desta esfera não podem ser reduzidos a esta dimensão, mas também não devem ser entendidos no sentido de uma mera subjetividade de cunho relativista. Ainda que se apresentem em uma vasta pluralidade, eles manifestam-se na síntese das diversas posições teleológicas e figuram como “componentes moventes e movidos do conjunto do desenvolvimento social” (LUKÁCS, 2013, p.120-124).

Antes de passarmos ao exame da reprodução do ser social, gostaríamos mais uma vez de nos distanciar do texto do capítulo do trabalho, que viemos seguindo até aqui, para apresentar, brevemente, duas categorias que Lukács trata de maneira pormenorizada no capítulo d’*O estranhamento*, que encerra a *Ontologia*: a alienação [Entäusserung] e o estranhamento

[Entfremdung]⁸. Como afirmamos na introdução, nesta dissertação de mestrado não nos caberá uma investigação imanente desta parte da obra de Lukács. Todavia, trazemos aqui estas categorias pela importância que elas têm para a compreensão do desenvolvimento do ser social e o fazemos junto a investigação do trabalho porque é necessário localizá-las no processo do pôr teleológico, o qual, como procuramos argumentar, constitui o modelo da práxis.

Para levar a cabo, sinteticamente, esta discussão, voltemos a citação de Marx em *O Capital*, a partir da qual Lukács interpreta o complexo do trabalho:

pressupomos o trabalho sob forma exclusivamente humana. [...] o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. Ele não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem que subordinar sua vontade (2004, p. 211-212).

Partindo do primado da objetividade, que tratamos no capítulo anterior, e da articulação entre teleologia e causalidade, que vimos logo acima, argumentamos que a objetivação figura como a mediação que imprime no “mundo exterior” aquilo que o sujeito concebeu idealmente. Para tanto, no caso do trabalho entendido em seu sentido ontológico, é preciso que a legalidade natural seja, em maior ou menor medida compreendida e utilizada a favor da satisfação da necessidade. Junto ao processo de objetivação, Lukács indica aquele da alienação. Trata-se do movimento de retorno que o processo de objetivação e o ente objetivado exercem sobre a personalidade daquele que realiza a posição teleológica (TERTULIAN, 2013). Como Lukács busca precisar no capítulo *O Estranhamento da Ontologia*,

Tomei a liberdade de diferenciar terminologicamente um pouco mais o ato de trabalho [...] eu o decompus analiticamente em objetivação e alienação, enquanto Marx o descreveu de modo unitário, ainda que terminologicamente variado. No ato real, todavia, os dois momentos são inseparáveis: cada movimento, cada ponderação durante (ou antes) do trabalho está direcionado em primeira linha para

⁸ *Entäusserung* e *Entfremdung* foram também traduzidos, por parte da tradição lukácsiana brasileira, como exteriorização e alienação, respectivamente (cf. LESSA, 2012, p.9). Ao utilizarmos, aqui, alienação para *Entäusserung* e estranhamento para *Entfremdung*, seguimos a opção de Jesus Ranieri na tradução dos *Manuscritos econômico-filosóficos* e de Nélio Schneider, Ivo Tonet e Ronaldo Vielmi Fortes na tradução da *Ontologia* (cf. RANIERI, 2004, p.15-16).

a objetivação, isto é, para a transformação ideologicamente correspondente do objeto do trabalho: a consumação desse processo se exterioriza no fato de que o objeto que antes existia apenas no plano natural experimenta uma objetivação, isto é, adquire uma utilidade social [...] Porém, todo ato dessa espécie [objetivação] constitui simultaneamente um ato da alienação do sujeito humano. Marx descreveu com precisão essa duplicidade do trabalho, e isso reforça nosso direito de também fixar terminologicamente a existência dessa duplicidade desse ato unitário (LUKÁCS, 2013, p.582-583).

E um pouco mais adiante,

Está claro que se trata aí de mais do que apenas dois aspectos do mesmo processo. [...] o mesmo ato de trabalho pode dar origem, no mesmo sujeito do trabalho, a divergências socialmente muito relevantes, e até obrigatoriamente dão origem a elas no caso da vigência de certo modo de trabalho. Nesse ponto, evidencia-se, contudo, a divergência dos dois momentos. Ao passo que a objetivação é prescrita de modo imperativamente claro pela respectiva divisão do trabalho e esta, por conseguinte, desenvolve necessariamente as capacidades necessárias nos homens [...], a retroação da alienação sobre os sujeitos do trabalho é fundamentalmente divergente (LUKÁCS, 2013, p.583-584).

A nosso ver, ambos os momentos, objetivação e alienação, devem ser compreendidos no âmbito do complexo do trabalho. Isto é, levando-se em conta o reflexo, as alternativas, a liberdade, os processos de valoração, o dever-ser, etc. O confronto com a objetividade que a categoria da objetivação traz consigo, sob o imperativo da satisfação das necessidades e da divisão do trabalho é responsável pelo desenvolvimento das capacidades dos indivíduos e da humanidade. Todavia, isto não coincide imediatamente com o processo de individuação e desenvolvimento da personalidade daquele que realiza o pôr teleológico. Ademais, a alienação, categoria que indica a retroação da objetivação e do objetivado sobre a personalidade, realiza-se, segundo Lukács, das mais diversas formas sobre os diversos indivíduos, podendo inclusive, a partir de uma mesma objetivação, resultar comportamentos opostos de indivíduos distintos (LUKÁCS, 2013, p.584). Aqui faz-se fortemente presente a categoria da alternativa que remete-se a singularidade tanto do momento de realização do pôr teleológico quanto do indivíduo que o realiza. Neste espaço, a personalidade é entendida como articulada ao gênero humano e não necessariamente em uma relação de antagonismo. O estranhamento aparece aí como o movimento de retorno da objetivação e do objetivado que avilta a personalidade do indivíduo e que coloca-se como obstáculo tanto ao seu desenvolvimento como pertencente à espécie, como desta em sentido amplo. Em outros termos,

as alternativas colocadas ao humano singular podem tanto referir-se a particularidade, a uma compreensão de uma cisão com seus pares, quanto ao entendimento de sua ineliminável conexão com o gênero.

Como mencionado anteriormente, não nos caberá nesta dissertação a investigação exaustiva do fenômeno da alienação e do estranhamento. Nossas breves considerações, muito gerais, devem ser entendidas levando-se em consideração que tratamos aqui de fenômenos muito diversos que assumem especificidades importantes nas mais diversas áreas das atividades humanas. Ademais, se no momento do trabalho é possível localizar, de maneira mais simples, as categorias que indicam o retorno à personalidade, favorável ou desfavorável, da objetivação e do objetivado, certo é que trata-se de uma consideração abstrata que não deve obliterar o complexo de complexos que constitui o ser social. Por isso, avançando um pouco mais na tentativa de aproximar-se da concretude dessas considerações, devemos passar, então, a investigação lukácsiana da reprodução do ser social.

O caminho percorrido neste capítulo teve como ponto de partida a diferenciação e unitariedade última do ser. Mais especificamente, tratamos do problema de como o ser social traz consigo as determinações das duas esferas ontológicas inferiores e vai, ao mesmo tempo, muito além do mundo natural. E isto verifica-se em sua atividade fundante, aquela responsável por atender as demandas urgentes advindas da continuidade que os indivíduos tem com a esfera biológica: o trabalho enquanto processo responsável pela reprodução da vida humana. A condição deste complexo coloca-o como momento privilegiado para reflexão sobre a práxis, uma vez que neste momento genético, mais simples, é possível perceber com maior clareza os elementos decisivos da atividade humana. Por isso, Lukács eleva-o a modelo da práxis, sem obliterar, no entanto, a especificidade característica das diferentes esferas de ação dos sujeitos.

Na investigação do trabalho, o filósofo húngaro encontra a base fundamental para sua filosofia do *tertium datur*. A articulação entre teleologia e causalidade aí presente serve a nosso autor para rechaçar tanto o idealismo que hipertrofia a teleologia, quanto o materialismo vulgar e sua obliteração da participação ativa da consciência no ser social.

Com a ulterior e breve análise do complexo do trabalho que aqui empreendemos chegamos ao reflexo, enquanto momento de captura das determinações do objeto. A partir dele abrem-se as possibilidades latentes – inscritas na causalidade natural – que, por sua vez, requerem que os

sujeitos escolham a alternativa que melhor pode ser objetivada para a satisfação de uma determinada necessidade. Durante todo este processo, o dever-ser, orientado para o futuro, é responsável pelo maior ou menor controle do indivíduo sobre si mesmo. Mas para que toda esta intervenção realize-se é preciso que o resultado buscado, e os diversos passos que levam até ele, tenha valor para os indivíduos.

Esta dinâmica do trabalho implica a transformação do mundo exterior através da utilização da causalidade existente para a criação daquilo que não possui analogia no mundo natural (a roda, o veículo, o machado, etc.). Concomitante a esta transformação está aquela que realiza-se na própria subjetividade do sujeito da práxis. O planejamento prévio, o domínio do próprio corpo, dos hábitos, dos instintos, dos afetos estão presentes como requisitos do labor mais primitivo e marcam as representações que o sujeito faz de si mesmo (LUKÁCS, 2013, p.129). Estas transformações subjetivas seguem aquela articulação entre determinação e liberdade que nos referimos anteriormente ao falar da gênese ontológica desta última. Isto é, o indivíduo que executa o trabalho é produto ele mesmo do desenvolvimento anterior; não obstante, diferentemente do ser orgânico, ele não encontra-se confinado ao movimento espontâneo da constituição biológica. A atividade laborativa pode modificá-lo internamente, mas o faz assentada nas alternativas colocadas a partir do desenvolvimento passado (LUKÁCS, 2013, p.140-141).

O trabalho, portanto, tanto do ponto de vista interno quanto externo aos sujeitos, traz consigo a potência de distanciar o ser social cada vez mais das restrições colocadas pelas duas esferas inferiores do ser social. Este distanciamento, no entanto, não implica nunca uma ruptura com ambas. Pelo contrário, sua realização apenas efetiva-se na articulação com as dimensões inorgânica e orgânica do ser e, portanto, no interior da unidade ontológica última. Mais uma vez remontando às palavras de Marx, Lukács ilustra o movimento de diferenciação do ser social no interior da indissolúvel unidade do ser:

Marx descreve esse processo em todas as suas exposições econômico-sociais. Ele o chama com razão de processo de recuo das barreiras naturais. A expressão “recuo” é de grande importância. De fato, por mais que os diversos graus do ser se destaquem nitidamente uns dos outros, cada momento mais ou menos decisivo da totalidade da reprodução social preserva em si elementos dos modos do ser anteriores (LUKÁCS, 2010, p.314).

Com isto, avançamos nos primeiros passos para a elucidação do modo como Lukács concebe os elementos mais fundamentais da práxis dos indivíduos. Trata-se de um momento

importante para nosso objeto, por desvelar aspectos da concepção do filósofo húngaro acerca da relação entre as determinações objetivas e o papel efetivo desempenhado pela consciência. Ademais, já neste momento inicial falamos também da importância do valor econômico, central ao modo como Lukács pensa o desdobramento da totalidade social, uma vez que é decisivo ao problema da economia de tempo nas atividades laborativas. Por outro lado, também tratamos, brevemente, dos demais valores não-econômicos, como momentos importantes, em seu caráter heterogêneo e mesmo antagônico, para os delineamentos dos rumos tomados pelos indivíduos. Próximo a eles, vimos, também brevemente, as questões concernentes a alienação e ao estranhamento.

Para que estes elementos primeiros tornem-se mais concretos cabe-nos agora seguir os passos de Lukács na investigação da reprodução.

3 REPRODUÇÃO

3.1 ASPECTOS GERAIS DA REPRODUÇÃO

3.1.1 Trabalho para além de si, divisão do trabalho e direção evolutiva no desenvolvimento desigual e contraditório

Em nossa breve exploração do trabalho no capítulo anterior, nos remetemos mais de uma vez a momentos heterogêneos a este complexo. Agora, voltando-nos mais especificamente ao modo como Lukács trata a questão da reprodução, daremos alguns passos a mais no desvelamento do complexo de complexos que constitui o ser social. Além de retomar alguns dos temas tratados acima, tentaremos dar maior concretude à nossa investigação, introduzindo novas determinações que nos ajudem a compreender os delineamentos de nosso objeto, isto é, o desenvolvimento ontológico do ser social, como concebido por nosso autor.

Falando das categorias ontológicas gerais, já nos referimos também aos problemas da reprodução. E, para estabelecer o contraste entre as diversas esferas do ser, mencionamos de maneira muito superficial o ser social. Agora, uma vez introduzida a categoria fundante do trabalho, nosso primeiro passo deve ser destacar o impulso que esta posição teleológica – junto às categorias do reflexo, do dever-ser, do valor, da liberdade, etc. – tem não apenas para a transformação da natureza e do sujeito que trabalha, mas para generalizar-se no corpo social, ir além de si, trazendo novas necessidades e capacidades que impulsionam para complexos heterogêneos àquele do trabalho. Para nós, é importante não perder de vista a conexão entre esses dois momentos, uma vez que Lukács, como vimos anteriormente, é taxativo quanto a esta generalização: “o trabalho é de importância fundamental para a peculiaridade do ser social e fundante de todas as suas determinações. Por isso mesmo, todo fenômeno social pressupõe, de modo imediato ou mediato, eventualmente até remotamente mediato, o trabalho com todas as suas consequências ontológicas” (LUKÁCS, 2013, p.159). E sobre a ligação entre esse momento fundante, ou suas “consequências”, e o problema da reprodução, diz o filósofo húngaro:

os atos do trabalho apontam necessária e ininterruptamente para além de si mesmos. Enquanto as tendências reprodutivas da vida orgânica, visando à preservação de si e da espécie, constituem reproduções no sentido estrito,

específico, isto é, reproduções do processo vital que perfaz o ser biológico de um ser vivo, enquanto, nesse tocante, via de regra, apenas mudanças radicais do meio ambiente produzem alguma transformação radical desses processos, a reprodução no âmbito do ser social está, por princípio, regulada pela mudança interna e externa [...] O fundamento ontológico objetivo dessas mudanças, com a sua tendência muitas vezes desigual, mas, no todo, progressiva, consiste em que o trabalho posto de modo teleologicamente consciente desde o princípio comporta em si a possibilidade (dýnamis) de produzir mais que o necessário para a simples reprodução da vida daquele que efetua o processo de trabalho (LUKÁCS, 2013, p.159-160).

Neste “ir além”, Lukács destaca a divisão do trabalho, “tão antiga quanto o próprio trabalho”, como uma das transformações mais importantes ocorridas no seio do ser social. Também ela constitui um complexo, onde os atos singulares que a compõem só possuem sentido no interior da totalidade processual da qual fazem parte (LUKÁCS, 2013, p.160).

A direção do desenvolvimento da divisão do trabalho segue aquela do recuo das barreiras naturais, mencionado no capítulo anterior. Originariamente assenta-se, segundo nosso autor, em determinações biológicas mas, a partir do impulso que carrega o trabalho, os momentos de socialidade tornam-se cada vez mais numerosos e os determinantes do mundo orgânico são relegados, crescentemente, a segundo plano. Pense-se, por exemplo, na relação entre jovens e velhos. A posição social privilegiada ocupada por estes últimos nos primórdios do ser social, apoia-se na experiência acumulada e conservada na memória. Depende, portanto, do determinante natural de uma vida mais longa. Não obstante, na medida em que as experiências decisivas do trabalho passam a ser acumuladas pela via da dedução e da generalização, e não apenas pelo método empírico imediato e sua conservação na memória, a posição privilegiada dos anciões na sociedade perde, paulatinamente, sua exclusividade (LUKÁCS, 2013, p.162-163).

Por outro lado, nestes desenvolvimentos da divisão do trabalho recoloca-se a questão do valor. O desdobrar da divisão do trabalho traz categorias sociais cada vez mais acentuadas e, entre elas, aquelas que Lukács refere-se como concernentes a “relações puramente sociais”. Tratam-se, neste caso, das ações dos indivíduos voltadas ao intuito de atuar sobre a consciência de outros indivíduos para despertar neles outras posições teleológicas. Com o avanço da divisão do trabalho, as questões que emergem neste âmbito mais distante do intercâmbio orgânico entre ser social e natureza implicam na expansão do círculo de valores e valorações, uma vez que aí, nas inter-relações entre os grupos de indivíduos, colocam-se as necessidades – e os valores que as

acompanham – de conhecimento dos outros indivíduos, de persuasão, engenhosidade, astúcia, etc. (LUKÁCS, 2013, p.163).

Contudo, em meio ao alargamento da esfera dos valores, a categoria do valor econômico emerge como decisiva para a divisão do trabalho. Seguindo os passos de Marx, Lukács argumenta que ela apresenta-se, inicialmente, no intercâmbio entre pequenas comunidades, mas não em seu interior. Isto pressupõe, por um lado, um desenvolvimento da produção capaz de ir além do que os indivíduos da comunidade imediatamente necessitam e, por outro, de necessidades que seus membros não podem satisfazer a partir de seu próprio trabalho. O desenrolar de tal situação pode resultar em uma configuração da divisão do trabalho, onde algumas pessoas tornam-se especializadas em determinadas atividades, enquanto as demais devem produzir o necessário para a reprodução de sua própria vida e daquelas que dedicam-se a tal atividade especializada. Ademais,

essa diferenciação se intensifica, pela natureza do processo, quando o intercâmbio de mercadorias começa a ocorrer dentro de um sistema comunitário, ao menos como complementação do suprimento próprio. A conversão dos produtos do trabalho em mercadoria constitui, portanto, um estágio mais elevado da socialidade, da dominação da sociedade por categorias de movimento de cunho cada vez mais puramente social, e não mais de cunho apenas natural. Constatamos essa dinâmica no fato de que do trabalho, do seu desenvolvimento imanente necessário, brota uma divisão do trabalho cada vez mais abrangente e ramificada e, de modo correspondente, no fato de que o desenvolvimento da divisão do trabalho impele na direção do intercâmbio de mercadorias, assim como este, por seu turno, retroage na mesma direção sobre a divisão do trabalho. Portanto, é preciso perceber, já nessas categorias mais simples e fundamentais da vida socioeconômica, a tendência que lhes é inerente, a saber, que elas não só são ininterruptamente reproduzidas, mas que essa reprodução também possui uma tendência imanente de elevação, de passagem para formas mais elevadas do sócio-econômico (LUKÁCS, 2013, p.165).

Em outras palavras, o trabalho aparece aqui, mais uma vez, como detentor de uma potencialidade imanente que desenvolve a divisão do trabalho e dá lugar, a partir de um determinado patamar, a um desenvolvimento das forças produtivas tal que ultrapassa as necessidades imediatas dos produtores. Com isto, abre-se a possibilidade de um desenvolvimento ulterior da divisão do trabalho e da emersão da troca de mercadorias. Esta manifesta-se, antes de tudo, nas fronteiras entre as comunidades e, posteriormente, segundo Lukács, pode também despontar no interior dela, ao lado da produção para a subsistência. Concomitantemente, a determinação do tempo de trabalho socialmente necessário passa também a ser cada vez mais

predominante. Se nos primeiros desenvolvimentos do trabalho o nascimento do produto era a questão principal, enquanto o tempo para obtê-lo era secundário, o processo pelo qual esta relação se inverte e o valor de troca e o tempo de trabalho socialmente necessário passam a predominar é considerado por Lukács como “um grande passo da socialização” (LUKÁCS, 2013, p.165-166). Isto porque, não obstante o valor de troca possuir sua objetividade de “segunda natureza”, trata-se de uma categoria “puramente social”, ainda que esteja em indissociável conexão com o valor-de-uso e, por esta mediação, com a natureza socialmente transformada (LUKÁCS, 2013, p.166). Mais importante ainda é que a universalização da forma mercadoria e do valor de troca, como veremos mais abaixo, implicam em uma ruptura com a coação extra-econômica e com a determinação biológica do lugar ocupado pelos indivíduos nas sociedades de classe pré-capitalistas.

Por ora, no entanto, cabe-nos ressaltar que a questão do tempo de trabalho socialmente necessário é entendida por Lukács – não obstante sua explicitação através da predominância paulatina do valor de troca – como um elemento universal da regulação das relações econômicas entre os indivíduos. Nosso autor é taxativo neste ponto. Remetendo-nos às discussões sobre o fetichismo n’*O Capital*, Lukács afirma que Marx considera o tempo de trabalho socialmente necessário como “uma característica comum da reprodução social em geral” e que suas considerações “contém muito mais do que uma mera polêmica contra uma fetichização reificadora” (LUKÁCS, 2013, p.168-169). Daí que os breves comentários na última seção do primeiro capítulo de *O Capital*, sobre a distribuição do tempo de trabalho no experimento ideal de Robinson, na família patriarcal, no feudalismo e no socialismo mostram que

por um lado, como determinadas tendências legais, que se originam da essência da coisa, necessariamente têm de se impor, em meio às mais diferentes condições, tanto objetivas como subjetivas, na reprodução dentro do ser social. Por outro lado e simultaneamente, vislumbra-se com clareza que esse princípio regulador da reprodução, de fato, impõe-se nas mais diferentes circunstâncias, mas sempre preso às relações sociais concretas dos homens entre si e, desse modo, sempre também uma expressão concreta do respectivo estado da reprodução (LUKÁCS, 2013, p.169).

Na imediata continuação desta passagem, percebe-se como Lukács considera o tempo de trabalho socialmente necessário, determinado pelo “respectivo aparato de reprodução”, como uma objetividade incontornável à qual os indivíduos devem se adequar:

toda tentativa de transpor a estrutura concreta de alguma realização em circunstâncias concretas para outra estrutura forçosamente resultará em falsificação das formas fenomênicas – objetivamente necessárias e altamente eficazes –, o que, dependendo das circunstâncias, pode ter amplas consequências econômico-práticas, por exemplo entre os artesãos no século XIX, que não identificaram no momento certo o tempo de trabalho socialmente necessário que já havia assumido as feições do grande capital e foram destruídos por sua objetividade. Aqui observamos apenas que, em formações anteriores funcionando normalmente (naturalmente abstraindo de períodos transitórios marcados por crises), o comportamento mais ou menos correto costuma se instaurar de modo relativamente espontâneo. Só num estágio mais desenvolvido de planejamento consciente a compreensão adequada das conexões econômicas torna-se vital no nível imediato e prático, não podendo ser substituída pela adoção manipulativa de comportamentos que eventualmente tenham comprovado sua eficácia em outras estruturas (LUKÁCS, 2013, p.169-170).

Este impulso do trabalho e da divisão do trabalho delineado acima é considerado por Lukács como um “aparentemente irresistível”, pressionando no sentido de um “constante desenvolvimento” (LUKÁCS, 2013, p.165). A nosso ver, a hesitação de nosso autor – o “aparentemente” na sentença acima – aponta para sua concepção do desenvolvimento do ser social como um processo “dialeticamente contraditório”. Isto é, ainda que do ponto de vista histórico-universal seja possível constatar um tal desenvolvimento do trabalho, da divisão do trabalho e das trocas de mercadoria, seu desdobramento concreto insere-se na totalidade das relações do ser social e, aí, a articulação entre os complexos podem favorecer ou obstaculizar esta evolução, imanente à atividade responsável pelo intercâmbio com a natureza (LUKÁCS, 2013, p.165-166).

Por outro lado, nas colocações acima, vemos por outra via o modo como Lukács encara o problema do trabalho socialmente necessário. A despeito dele mencionar aqui a importância de ater-se as “concretas relações sociais dos homens entre si”, no capítulo anterior indicamos brevemente a interpretação problemática que Lukács faz da teoria do valor marxiano, extrapolando-a para além da especificidade do âmbito da produção de mercadorias e, sobretudo, comprometendo a perspectiva de emancipação humana. Que o intercâmbio orgânico com a natureza se coloque como um problema incontornável à reprodução do ser social e que isto implique em uma determinada regulação do tempo dos indivíduos parece-nos claro. Todavia, a rigidez com que Lukács compreende o trabalho socialmente necessário se afasta, como mencionamos anteriormente, da concepção da organização do trabalho no comunismo – sob a base de um alto patamar de desenvolvimento das forças produtivas – em torno da categoria de tempo disponível.

Em todo caso, nosso autor argumenta que o desenvolvimento da divisão do trabalho introduz mudanças fundamentais na humanidade, responsáveis por um “novo cunho ontológico” na estrutura do ser social, que diz respeito a uma cristalização e autonomização das profissões na divisão do trabalho – com a consequente retroação dessa estrutura sobre os indivíduos – e a uma forte diferenciação do ser social. São três os momentos destacados por Lukács: a divisão entre trabalho intelectual e físico, entre cidade e campo e, em contínua relação com esses dois, o surgimento das classes (LUKÁCS, 2013, p.179-180).

Quanto ao primeiro deles, nosso autor argumenta que encontra-se presente em germe já na primeiríssima divisão do trabalho. Lukács alude aqui para a distinção, por nós já mencionada algumas vezes, entre as posições teleológicas voltadas a natureza e aquelas que tem como alvo a consciência de outros sujeitos. Com o desenvolvimento da socialidade, este segundo tipo de atividade autonomiza-se e se transforma em um campo próprio da divisão do trabalho. A partir do surgimento das classes, que veremos mais abaixo, este complexo próprio pode colocar-se a serviço da classe dominante, e com frequência o faz. Isto não deve obliterar, no entanto, que sua gênese é, para nosso autor, anterior a emergência das classes e que, ademais, no desdobrar da luta de classes, setores da intelectualidade podem passar ao campo dos dominados que se rebelam (LUKÁCS, 2013, p.180-181).

No que toca a outra consequência da divisão do trabalho, a separação entre a cidade e o campo, Lukács argumenta que o surgimento da primeira deve-se a momentos muito complexos – por vezes por motivações produtivas, por vezes por questões de segurança – e que possuem funções sociais muito distintas. Por isso, torna-se impossível definir, a partir de um elemento fixo, o que é uma cidade. Não obstante tais dificuldades, seu surgimento é, para nosso autor, uma expressão do processo de avanço da socialidade do ser social. Na cidade, “até mesmo as mais simples funções vitais já aparecem socialmente mediadas, nela o vínculo com a natureza se encontra em processo de extinção” (LUKÁCS, 2013, p.182). Quanto a sua separação com o campo, a direção de tal movimento pode caminhar rumo a uma redução da população campesina concomitante ao aumento da população urbana ou, em outras palavras, desenvolve-se um processo onde afasta-se “cada vez mais decididamente de sua situação inicial, quando o metabolismo imediato com a natureza que os circundava diretamente demandava o trabalho de todos os homens”. Aqui, Lukács indica um momento do desenvolvimento desigual e contraditório que mencionamos anteriormente. Mais

precisamente o que refere-se à tensão entre desenvolvimento das capacidades humanas e o estranhamento: ainda que a redução da população do campo possa ser uma indicação de um desenvolvimento objetivo do trabalho no interior do ser social, ela pode contrastar com seus efeitos “psicológico-culturais” se subsumir o sujeito a divisão do trabalho e transformá-lo – nas palavras de Marx e Engels – em um “limitado animal urbano” ou um “limitado animal camponês” (LUKÁCS, 2013, p.182-183).

Estas formas de divisão do trabalho se entrecruzam com aquela que Lukács designa como a historicamente mais importante: a diferenciação entre as classes (LUKÁCS, 2013, p.183). O trabalho voltado ao valor de uso carrega consigo a possibilidade da força de trabalho produzir além do necessário para sua própria reprodução. Justamente aqui, localiza-se, para nosso autor, as determinações fundantes da diferenciação das classes. As diversas formas de emersão do produto excedente e sua apropriação por um grupo particular distinto daqueles dos produtores diretos, dão lugar a complexos (classes) que devem ser entendidos em suas inter-relações recíprocas e no interior da totalidade social. Sobre esta relação reflexiva diz Lukács:

do ponto de vista da ontologia do ser social isso significa, num primeiro momento: - que cada classe enquanto complexo social só pode existir em certa sociedade; - que, por essa razão, a sua existência relativamente autônoma comporta uma relacionalidade irrevogável com essa sociedade em sua totalidade e com as demais classes da mesma sociedade; - que uma classe só existe socialmente em interação prática com as demais classes da formação em que se encontra. Não pode haver nada mais falso, portanto, do que considerar relações de classe bem determinadas isoladas dessa posição que ocupam na respectiva totalidade (LUKÁCS, 2013, p.185).

Lukács não exclui de sua interpretação o problema da consciência como integrante do ser-assim das classes, concebendo-a como determinada por e, por vezes, determinante da situação de classe (LUKÁCS, 2013, p.184). Da mesma forma Marx coloca o problema n’*A miséria da filosofia*:

as condições econômicas transformaram primeiro a massa da população do país em trabalhadores. O domínio do capital criou para essa massa uma situação comum, interesses comuns. Assim, pois, essa massa já é uma classe relativamente ao capital, mas ainda não é uma classe para si. Na luta [...] essa massa se une, constituindo-se uma classe para-si (MARX apud LUKÁCS, 2013, p.184; MARX, 1965, p.164).

O movimento do em-si ao para-si indica que a consciência está presente no processo de transformação. Não obstante, a transformação não limita-se a uma mera questão subjetiva. Trata-

se de um desenvolvimento a partir das relações objetivamente existentes (LUKÁCS, 2013, p.184-185). A passagem do em-si ao para-si, ademais, pauta-se pelas inter-relações das decisões alternativas dos indivíduos singulares que atualizam-se em ações reais, mas também trazem consequências materiais distintas daquelas que os indivíduos, ou grupo de indivíduos, tinham inicialmente concebido (LUKÁCS, 2013, p.186).

Vale notar o papel decisivo que o afastamento das barreiras naturais confere à divisão das classes.

Ainda que seja sempre o produto da inter-relação de posições teleológicas, o desenvolvimento econômico-social cria uma situação tal que o emergir das classes e a cristalização de suas relações sociais resulta, em seus desdobramentos primeiros (Antiguidade, feudalismo), à aparência de uma naturalidade do lugar ocupado pelo indivíduo no interior da totalidade social. Isto porque sua posição de classe era atribuída pela mediação das determinações naturais do nascimento – como no caso das castas, ordens, etc.

Duas ressalvas aqui são necessárias: primeiro, do ponto de vista do indivíduo, essa subsunção à classe não pode ter senão um aspecto casual; segundo, as determinações sociais que incorrem sobre o exemplar singular do ser social, são mediadas pelas posições teleológicas do mesmo. Daí que ainda que o indivíduo, por si só, não possa transformar toda a causalidade social a qual está submetido, ele dispõe – por intermédio de suas posições teleológicas e sem ter um conhecimento completo de todos os determinantes da situação – de certa margem de manobra no interior desta legalidade. Com o afastamento das barreiras naturais a aparência de naturalidade se esvai – sobretudo com o surgimento do capitalismo – e a margem de manobra dos indivíduos alarga e complexifica-se (LUKÁCS, 2013, p.188-189). Na última seção deste capítulo voltaremos com mais vagar a estas questões.

Neste momento importa-nos chamar atenção novamente para a questão da desigualdade e contraditoriedade do desenvolvimento do ser social, agora vista por outro ângulo. Lukács é taxativo em sua consideração de que a esfera econômica determina “conteúdo, direção, forma, ritmo, etc., da reprodução”. No entanto, já as margens de manobra e a casualidade aí presentes constituem importantes componentes da vida social dos indivíduos (LUKÁCS, 2013, p.189). Ademais, como vimos há pouco, elas devem ser compreendidas em unidade com o complexo de complexos que constitui o ser social. Deste modo, as interações entre as tendências heterogêneas dos diversos

complexos também atuam neste processo desigual e contraditório, o que faz com que seu desdobramento efetivo, não sendo teleológico, só possa ser verificado *post festum* (LUKÁCS, 2013, p.192).

Ainda assim, do ponto de vista de um período amplo, Lukács afirma ser possível constatar uma “tendência de desenvolvimento” no ser social. Trata-se de um processo reprodutivo ligado ao afastamento das barreiras naturais onde verifica-se um constante reforço das categorias especificamente sociais, um desprendimento cada vez mais claro dos vínculos com as determinações naturais. (LUKÁCS, 2013, p.193).

Esta socialização do ser social assentada no elemento fundante do trabalho é o cerne daquilo que Lukács considera como desenvolvimento do ser social. Segundo nosso autor, não se trata aqui de uma constatação valorativa, e sim ontológica, que busca aproximar-se de seu ser-precisamente-*assim*. Em outras palavras, a afirmação do desenvolvimento do intercâmbio orgânico entre humanidade e natureza – e a objetividade que este processo assume – é neutra com relação a valores, uma vez que indica apenas a prioridade ontológica que a esfera biológica tem com relação a social e o modo específico com que os sujeitos têm de lidar com a necessidade premente que daí surge (LUKÁCS, 2013, p.193-196).

Isto não quer dizer, mais uma vez e em consonância com tudo que vimos até aqui, que os valores não desempenhem uma importante função no processo de reprodução do ser social. A posição teleológica rompe com o caráter “mudo” da reprodução biológica, onde a consciência comparece como mero epifenômeno. No entanto, o gênero humano que emerge da conjunção processual das inúmeras posições teleológicas, supera esta mudez apenas em sentido objetivo, apenas em seu em-si. Para Lukács, no entanto, essa superação somente se completará quando o gênero não for mais mudo também em seu para-si (LUKÁCS, 2013, p.199). Trata-se, aqui, de um problema que remete-se também a questão da consciência e dos valores. Em última instância, nosso autor vê a superação dessa reprodução em-si do ser social como um problema onde o indivíduo singular – responsável pela posição teleológica – possa se reconhecer como pertencente ao gênero humano que se coloca em determinada época. Este reconhecimento assenta-se em uma posição de valor, ligada às posições teleológicas e a complexos valorativos, que tem também sua objetividade.

Voltaremos com mais vagar a essas questões que Lukács pretendia enfrentar apenas em sua *Ética*. Adiantamos, porém, que nosso autor enxergava no impulso do desenvolvimento processual

do intercâmbio orgânico com a natureza o elemento fundante de todo esse processo. Aí, o longo período que levou à emersão do mercado mundial desempenhou um papel importantíssimo, por fornecer os elementos fundantes para que a humanidade se reconhecesse, ainda em seu em-si, como unidade “filogenético-social” (LUKÁCS, 2013, p.200). Obviamente, Lukács não se esquece do processo trágico, estranhado e reificante que o desenvolvimento do capitalismo trouxe e traz consigo em todo o globo. Sobre isto, também falaremos posteriormente. Aqui, gostaríamos de destacar a contraditoriedade e desigualdade de todo este desenvolvimento que, segundo nosso autor,

Por um lado, surge normalmente e de forma decisiva para a práxis social a valoração positiva da forma de integração realmente alcançada rumo a um em-si do gênero humano; para alguns indivíduos, porém, é possível, antecipando com o pensamento a tendência da história, expressar uma intenção voltada para o ser-para-si unitário do gênero humano, muitas vezes não sem um efeito social significativo. Por outro lado, em contraposição a isso, surge [...] um movimento de resistência contra este desenvolvimento para um patamar superior, um combate ao amanhã em nome de hoje.

Nos dois movimentos, que assumem formas históricas extraordinariamente variadas, trata-se de assentimentos e negações de valores, de conflitos objetivos entre valores objetivos; ambos brotam necessariamente do terreno preparado pelo respectivo desenvolvimento socioeconômico [...]. O mercado mundial é a base incontornável para a realização da unidade existente para si do gênero humano – isso certamente por necessidade –, cuja transformação e elevação a ser-para-si só pode efetivar-se como ato consciente do próprio homem. A realização do verdadeiro valor por meio de pores de valor corretos é um momento indispensável desse processo. Durante esse momento, a importância da referida atividade humana, a autenticidade de seu caráter ativo, não é nem um pouco minorada ou atenuada, porque ela só consegue se tornar atual em homens que foram formados pelas determinações reais e objetivas do próprio processo geral para tal atividade e tornados aptos para ela; é a eles que esse processo confronta com aquelas alternativas impreteríveis que eles respondem valorando, desenvolvendo valores ou inibindo valores (LUKÁCS, 2013, p.200-201).

A complexidade da abordagem de Lukács evidencia-se nesta passagem. Nosso autor considera aí a importância dos processos de valoração e das decisões alternativas dos indivíduos para o desenvolvimento do ser social. Deste modo, o papel ativo da consciência como elemento catalisador ou obstáculo a esse desdobrar humano não é negligenciado; ao mesmo tempo, as esferas de valores são tratada como dimensões objetivas da vida social em conexão com as diversas alternativas que se colocam na totalidade social. A emersão e consolidação do mercado mundial Lukács caracteriza como aquela que forneceu a base para integração do gênero humano. Como

dissemos, isto não exclui o estranhamento, a reificação e a pura violência extra-econômica, presentes nesta dimensão da vida humana. Ainda assim, a universalização do processo de troca contribui para uma conexão distinta, social, dos indivíduos que compõem o gênero humano, em contraste com o caráter explicitamente coercitivo das formações sociais pré-capitalistas. Por essa via e depois de um longo período do desenvolvimento humano, o processo de valoração do ser social transforma-se qualitativamente, abrindo a possibilidade, por exemplo, da avaliação de outros indivíduos de outras nações ou classes sociais como pertencentes ao gênero humano.

3.1.2 Continuidade, cotidiano e o complexo de complexos

Devemos avançar ainda mais nas considerações acerca da peculiaridade da reprodução social e do papel aí desempenhado pela consciência uma vez que estes são essenciais para a compreensão do desenvolvimento do ser social.

Por mais de uma vez, vimos que os germes de consciência presentes no ser orgânico não ultrapassavam a linha de um epifenômeno de suas determinações biológicas. Mesmo que sua capacidade de adaptação não possa ser desprezada, a relação predominantemente direta que estabelece com a natureza não é capaz de formar complexos parciais permanentes entre si mesmo e a totalidade. Daí Lukács apontar que na reprodução do singular orgânico, a “interação autêntica” com seu ambiente é mínima. Mais ainda: segundo nosso autor, ela coincide com a reprodução filogenética e esta identidade imediata é o fundamento da mudez do gênero (LUKÁCS, 2013, p.201-202).

Em contraste, pela mediação das posições teleológicas, a reprodução do ser social assenta-se na polarização entre dois complexos dinâmicos: o indivíduo e a sociedade (LUKÁCS, 2013, p.202). O indivíduo, já como ser biológico, apresenta-se como um complexo. No entanto, mesmo em seu estado mais primitivo, sua reprodução é tal que estas determinações encontram-se em permanente contato com o pôr teleológico e por esta mediação desenvolvem-se. Mais importante ainda é que enquanto membro de um grupo, sua reprodução singular é mediada pela totalidade social. Ele recebe, portanto, as determinações de seu mundo circundante – inorgânico, orgânico, social –, mas responde ativamente à elas de maneira que a realidade objetiva e as novas posições teleológicas formam uma unidade indissolúvel que, por sua vez, retroage sobre a própria socialidade e a constituição dos sujeitos (LUKÁCS, 2013, p.203).

É neste movimento processual que Lukács localiza a continuidade na esfera social. A troca orgânica da sociedade com a natureza coloca as alternativas concretas as quais os sujeitos devem responder sob pena de arruinarem-se. As decisões alternativas tomadas pelo exemplar singular do ser social e o curso de sua objetivação liberam e efetivam possibilidades subjetivas e objetivas. Aquelas colocadas e resolvidas corretamente – no sentido das necessidades do momento, as “exigências do dia” – tornam-se partes integrantes da reprodução dos indivíduos e da sociedade e servem de base para desenvolvimentos posteriores das capacidades de ambos (LUKÁCS, 2013, p.206). A consciência figura neste processo como órgão e médium da continuidade. Ela tem de conservar em si o quanto o gênero humano já conquistou e deve também servir de base para desenvolvimentos subsequentes. Sua historicidade faz-se notar aqui: ela representa um determinado estágio do ser e deste recebe seus próprios limites e possibilidades (LUKÁCS, 2013, p.208).

Vale sublinhar a abordagem ontológica de Lukács ao problema da consciência. Sua preocupação não está, essencialmente, voltada a problemas gnosiológicos ou psicológicos; isto é, na relação entre continuidade e consciência não toma como fundamental a correção ou falsidade cognitiva ou ainda a sinceridade, hipocrisia, etc., psicológica de um conteúdo da consciência. A investigação está, em primeiro lugar, atenta ao modo real com que a consciência opera no desenvolvimento social (LUKÁCS, 2013, p.209). E, neste ponto, Lukács chama atenção para o momento do cotidiano, ou seja, aquele em que o aspecto central é a ligação direta entre teoria e práxis, espontaneamente voltado para a realização daquilo que, em determinada época e contexto, seja o melhor para a vida individual. Os atos singulares que por esta mediação operam, confluem em uma síntese de tendências e correntes sociais, que apresentam-se aos indivíduos, na vida cotidiana, como forças sociais. Mais precisamente, é nestas sínteses, reproduzidas na consciência dos indivíduos, que Lukács localiza com maior força a plenitude e eficácia da continuidade no ser social, considerando-as como uma espécie de memória social que conserva aquilo que foi resolvido com sucesso no passado e no presente e fornece um ponto de apoio para o desenvolvimento futuro (LUKÁCS, 2013, p.210).

Com isto, apresentam-se mais algumas determinações para a compreensão do desenvolvimento do ser social. As posições teleológicas – e com elas o reflexo, as possibilidades, a alternativa, a valoração, etc. – são movimentos ligados à consciência, em seu confronto com o

mundo objetivo, responsáveis pelo salto ontológico do ser social. Este salto supera a mudez do ser orgânico, dando início ao afastamento das barreiras naturais e a um desenvolvimento do ser social, desigual e contraditório, onde o papel da consciência reaparece mais uma vez como elemento fundamental, mas agora não apenas como aquele que dá impulso às posições teleológicas, mas também como o que conserva e desenvolve o adquirido, recolocando-o no cotidiano da humanidade.

Ademais, encontramos aqui elementos para a intrincada reflexão de Lukács acerca do ser social enquanto um complexo de complexos. A continuidade em seu ininterrupto processo de transformação fornece a base para a formação de complexos parciais entre os indivíduos e a totalidade. Do ponto de vista de uma abordagem ontológica, Lukács chama atenção para a heterogeneidade de cada um desses complexos parciais que compõem a humanidade. As diferenças qualitativas aqui são de suma importância. Alguns complexos, por exemplo, desenvolvem-se de maneira espontânea e perpassam todo o complexo de complexos do ser social, como é o caso da linguagem; outros, como o direito, assumem um caráter parcial, colocado conscientemente por um grupo de indivíduos responsáveis por sua “gestão”. Por isso, qualquer investigação desta dimensão deve remeter-se à sua gênese, função social e – em determinados casos – possível extinção.

O problema torna-se ainda mais complicado porque, em consonância com tudo que vimos até aqui, os complexos parciais não devem ser compreendidos de maneira isolada, fetichizando a compreensão de sua atuação efetiva no ser social. Assim, é preciso que se tome-os em sua inter-relação com os demais complexos, em sua autonomia relativa e autolegalidade, e, mesmo que conceitualmente seja possível indicar as delimitações entre eles, no plano ontológico a questão apresenta-se de maneira mais intrincada. Diz Lukács:

[os complexos sociais] podem ser precisamente determinados e exatamente delimitados em termos metodológico-conceituais em relação a todos os demais complexos mediante a análise concreta de sua essência e de sua função, de sua gênese e eventualmente da perspectiva do fencimento ou de sua atuação social permanente. Ao mesmo tempo, eles não possuem, precisamente no sentido ontológico, limites claramente determináveis: sem perder sua autonomia e legalidade própria, por exemplo, a linguagem deve figurar como médium, como portadora da mediação em todos os complexos do ser social e, mesmo que isso não se manifeste em outros complexos de modo tão marcante, reiteradamente surgem sobreposições de diferentes complexos, interpenetração de um pelo outro etc., sendo que a autonomia – ainda que relativa – e a legalidade própria, a determinabilidade precisa do complexo individual, jamais se tornam questionáveis (LUKÁCS, 2013, p.250-251).

Esta inter-relação entre os complexos é sempre mediada pela consciência dos indivíduos que atuam na sociedade, de modo que, na prática, a vida dos indivíduos é permeada pelo contato variado com os múltiplos complexos. Sem surpresas, a alternativa se faz presente também neste momento, de maneira que a consciência de um mesmo sujeito pode ser “plasmada” de maneiras diversas em complexos diversos. Este seria o caso, como Lukács indica, do empregado submisso que pode, ao mesmo tempo, ser um tirânico chefe de família (LUKÁCS, 2013, p.252).

3.1.3 As duas dimensões do momento predominante na reprodução do ser social

Mesmo que já nos seja possível entrever determinações decisivas que articulam o modo como Lukács entende a reprodução humana, e por este intermédio o desenvolvimento do ser social, é preciso que avancemos ainda mais para que se torne mais explícito as posições assumidas por nosso autor.

A composição do ser social como um complexo de complexos, como vimos acima, onde as interações entre estes realizam-se de maneira recíproca, contraditória e desigual, não deve ser compreendida de maneira estacionária. Bem entendido, isto já estava presente nas colocações acima. Não obstante, seguindo os passos de Lukács, precisamos explicitar que nosso autor delinea como decisiva a localização no interior de qualquer interação ou conjunto de interações aquilo que ele designa como momento predominante. Trata-se daquela força que dá “um direcionamento, uma linha de desenvolvimento” ao contato entre os diversos complexos. Não nos referimos aqui apenas a verificação de sua efetividade, mas também da elucidação das forças com as quais ela se choca, o que ela desencadeia, etc. Na ausência deste momento, as interações seriam, de certo modo, estáticas (LUKÁCS, 2013, p.253).

No âmbito das esferas orgânica e social do ser é a reprodução – tanto a ontogenética quanto a filogenética – que representa aquilo que Lukács indica como momento predominante. É ela a força responsável pela consolidação do que é novo na nova dimensão do ser e que indica a direção de seu desdobramento. Obviamente, esse processo reprodutivo manifesta-se de maneiras distintas em cada uma dessas esferas. No ser orgânico há uma complexificação progressiva da reprodução biológica que dá origem a novas espécies e novos gêneros, onde efetiva-se uma atuação cada vez mais ampla e profunda do momento biológico. Já no ser social há um desenvolvimento onde o

momento social desempenha um papel cada vez mais predominante diante das esferas orgânica e inorgânica, sem sofrer mutações análogas aquelas da evolução biológica. Isto é, a mesma constituição biológica aqui é capaz de desempenhar e desenvolver as mais diversas funções. Sobre a socialidade como momento predominante do ser social, diz Lukács:

a reprodução física do homem enquanto ser vivo biológico é e permanece o fundamento ontológico de todo e qualquer ser social. Todavia, trata-se de um fundamento cujo modo de existência é sua transformação ininterrupta no social cada vez mais puro, ou seja, é, por um lado, criação de sistemas (complexos) de mediação, visando realizar essas mudanças e ancorá-las na realidade funcionando dinamicamente, e, por outro, retroação desse meio ambiente autocriado – criado pelo gênero humano – sobre o seu próprio criador, dessa vez, contudo – de modo diretamente ontológico –, como retroação que pode ser aplicada a cada homem singular que, a partir de sua própria atividade, é modificado pelos seus objetos, socializado em seu ser biológico (LUKÁCS, 2013, p.254).

A relação entre a reprodução ontogenética e filogenética no ser social apresenta-se, portanto, de maneira mediada, indireta, diferentemente do que ocorre no ser orgânico. Um momento indispensável deste movimento é aquele da generalização: junto a criação consciente de algo radicalmente novo pelo ser social está a transformação do processo e do produto do trabalho em um fato genérico. Através dele, desde o ato de trabalho mais primitivo, abre-se a dinâmica mais ou menos espontânea que aprofunda a divisão do trabalho e a cooperação. Esta, por sua vez, emerge como uma “figura socialmente operante da genericidade” que determina retroativamente o próprio trabalho e o trabalhador que o executa, modificando-os, aprofundando-os, impulsionando-os cada vez mais a um processo crescente de socialidade (LUKÁCS, 2013, p.254-255).

Este “novo mundo”, mediado, que assim se constitui aparece ao indivíduo como uma segunda natureza, existente independentemente de sua vontade. Para Lukács, do ponto de vista ontológico, esta segunda natureza que assim se constitui advém da transformação da primeira, realizada pelo próprio gênero humano. Isto é, aquilo que aparece diante do indivíduo como uma “nova” objetividade é o resultado do que a própria genericidade – no interior da qual ele vive e atua – produziu (LUKÁCS, 2013, p.255-256).

Bem entendido, toda reprodução filogenética tem como base de ser a reprodução ontogenética. Mais uma vez, a reprodução do ser social, desde o início mediada pela consciência, difere-se daquela “cega” realizada pelo mundo orgânico. No entanto, a prioridade ontológica coloca ao sujeito a necessidade primeira de reproduzir-se biologicamente. As posições teleológicas

que dão cabo a essa tarefa urgente trazem consigo, como vimos acima, o processo de generalização, que desdobra-se em uma economia cada vez mais articulada e socializada (LUKÁCS, 2013, p.257).

Todavia, além deste intercâmbio orgânico com a natureza, necessário à reprodução do ser social, Lukács indica também que para que a reprodução do indivíduo seja bem sucedida é preciso, ademais, que se efetive algumas garantias que protejam sua própria existência. O problema que se coloca aqui, ao lado daquele do intercâmbio orgânico com a natureza, refere-se a questão da violência. Nos primórdios do desenvolvimento do ser social, nosso autor entende que a caça representava uma das primeiras formas de cooperação que serviam para as duas necessidades colocadas acima: isto é, satisfazer os imperativos alimentares para a reprodução biológica dos indivíduos e protegê-los dos animais selvagens. No entanto, este problema transforma-se quando coloca-se a necessidade de proteger a vida dos indivíduos também de outras comunidades humanas. Em especial, quando a questão da escravidão institui o imperativo de defesa ou de ruptura com o *status quo* social pelos distintos grupos. Somente a partir desse momento, segundo Lukács, efetua-se uma nítida diferença, nos objetivos e nos métodos, entre o exercício da violência e determinadas atividades laborativas (LUKÁCS, 2013, p.259).

Ainda que esta seja uma distinção relevante, rechaça-se aqui qualquer oposição absoluta entre violência e economia e procura-se compreendê-las em sua indissolúvel articulação, sem deixar de assinalar, no entanto, que o complexo econômico desempenha o papel de momento predominante. Isto é, assim como as demais mediações que se constituem na totalidade do ser social, aquela voltada ao exercício da violência, da guerra, assenta-se em uma autonomia, organização, especificidade, etc. próprias. Mas não está, todavia, separada da estrutura e da dinâmica reprodutiva da vida humana e da sociedade, onde a economia, enquanto mediação primeira, entre ser social e natureza, desempenha papel primordial (LUKÁCS, 2013, p.259). Pense-se aqui, como Lukács o faz muito brevemente, na polêmica que Engels estabeleceu com Dühring acerca do dilema da primazia da política ou da economia. Na ocasião, combatendo a versão de Dühring de que o fato primordial da história humana jazia no ato político da dominação por meios violentos – como exemplificado na escravização de Sexta-Feira por Robinson Crusóé – Engels demonstrou não apenas as motivações econômicas subjacentes a tal ato como também as condições econômicas necessárias para que ele fosse levado a cabo (ENGELS, 1976, p.137-161).

Esta primazia econômica sobre a violência organizada, no entanto, não quer dizer um desdobramento linear e mecânico de um complexo para o outro. Pelo contrário, aqui devemos nos remeter as possibilidades de um desenvolvimento desigual, onde os resultados da divisão do trabalho, da cooperação, etc. encontram grande ressonância no desenvolvimento da organização da guerra. Em certas circunstâncias, aliás, é no âmbito bélico mais do que no estritamente econômico que verifica-se um desenvolvimento mais intenso, avançado, e uma difusão maior de alguns resultados econômicos. Nas anotações presentes na *Introdução de 1857*, Marx escreveu:

a guerra desenvolvida antes da paz; modo como, pela guerra e nos exércitos etc., certas relações econômicas, como o trabalho assalariado, a maquinaria etc., se desenvolveram antes do que no interior da sociedade burguesa. Do mesmo modo, a relação entre força produtiva e relações de intercâmbio, especialmente clara no exército (MARX, 2011, p.61).

De maneira ainda mais enfática, aparece a posição de Marx em uma carta a Engels, comentando a pesquisa deste sobre as questões bélicas:

a história do *army* realça com mais evidência do que nada a correção do nosso modo de ver a conexão das forças produtivas e das relações sociais. De um modo geral o *army* é importante para o desenvolvimento econômico. Exemplo: o salário [Salär], completamente desenvolvido em primeiro lugar no exército, entre os Antigos. Assim, entre os Romanos, o *peculium castrense*, primeira forma jurídica em que [é] reconhecida a propriedade mobiliária dos não pais de família. Assim, o sistema gremial na corporação dos *fabri*. Assim, a primeira aplicação, aqui, da maquinaria em grande escala. Mesmo o valor particular dos metais e o seu *Use* como dinheiro parecem originariamente [...] assentar na sua significação guerreira. Também a divisão do trabalho *dentro* de um ramo, levada a cabo em primeiro lugar nos exércitos. Aí resumida, além disso, de maneira muito concludente, toda a história da sociedade burguesa [bürgerliche Gesellschaft] (MARX, 1857).

O desdobramento do complexo bélico a partir do enraizamento comum do problema da reprodução da vida, segue uma dinâmica específica do ser social que também se verifica nas demais mediações que emergem com o desenvolvimento humano. Nos referimos mais uma vez ao problema da identidade da identidade e da não-identidade. Remetendo-se, neste caso, exclusivamente ao ser social, diz Lukács:

em contradição com a natureza orgânica, é particularmente característico do ser social que uma necessidade em última análise unitária, sem renunciar à sua unidade, pode formar para a própria satisfação “órgãos” muito diversificados, nos quais a unidade originária simultaneamente é abolida e preservada, os quais, por

isso mesmo, realizam em sua estrutura interna essa identidade da identidade e da não identidade nas formas mais concretas (LUKÁCS, 2013, p.264).

Os complexos sociais assim se constituem em consonância, portanto, com um desenvolvimento radicalmente imanente que, a partir da base biológica, cria novas determinações, relações, etc. que vão muito além do orgânico e retroagem mesmo sobre esta dimensão. Não obstante a possibilidade de extrema diferenciação que tal dinâmica traz consigo, conserva-se sempre alguma coisa da unidade originária. No desenvolvimento do ser social e dos complexos parciais há sempre um “passar-de-um-para-o-outro e se contrapor-se-um-ao-outro” onde “nunca ocorre uma cisão definitiva” nem nunca “uma união definitiva” (LUKÁCS, 2013, p.265).

A despeito da autonomia existente em cada complexo parcial que constitui o ser social, a ontologia lukácsiana não considera-os de maneira nivelada. Isto porque, por um lado, a efetividade de cada complexo no desenvolvimento da totalidade não é a mesma e, por outro, a força do momento predominante também não é igual em cada uma das mediações (LUKÁCS, 2013, p.270).

Como vimos, o trabalho – e seu desdobramento em economia – desempenha papel fundante no desenvolvimento do ser social por ser o complexo responsável em primeira instância pelo afastamento das barreiras naturais. Daí emerge uma produção cada vez mais intensificada, diferente, renovada, do excedente econômico. É esta produção e as questões por ela suscitada que indicam o “peso” maior do complexo do trabalho/economia diante dos demais. Mais uma vez, isto não retira a necessária autonomia e efetividade das outras mediações (LUKÁCS, 2013, p.269). Destas, as que Lukács considera que mais podem influenciar o desenvolvimento econômico estão, em primeiro lugar, as classes e sua luta pelo excedente e, em menor medida, o complexo bélico (LUKÁCS, 2013, p.272).

A autonomia e efetividade dos complexos parciais indica que a prioridade ontológica do momento econômico e qualquer legalidade que daí se apreenda racionalmente deve ser tomada com muita cautela. O modo como a luta de classes resolveu-se na Alemanha durante a crise do feudalismo, por exemplo, mostra quão fundo pode ser a desigualdade dos desenvolvimentos históricos. A desagregação desta formação social não levou, segundo Lukács, a um Estado moderno semelhante a uma monarquia absolutista – como ocorreu alhures –, e sim à transformação paulatina das unidades feudais em pequenas “miniaturas caricaturais” da monarquia absolutista, o que acentuou a fragmentação alemã e serviu de obstáculo a constituição da nação. Neste contexto, um importante produto ideológico da Reforma Protestante – a tradução da Bíblia e a literatura que

ela impulsiona – foi capaz de fazer emergir uma língua nacional muito antes que o próprio desenvolvimento capitalista levasse a cabo a unidade nacional (LUKÁCS, 2013, p.272-273).

Lukács não considera este um fenômeno isolado na história. Pelo contrário esta, a seu ver, “é plena destes diversificados acontecimentos que escorregam para fora da linha geral” (LUKÁCS, 2013, p.273). O que o leva à considerações metodológicas que recolocam a necessidade de se conservar, mesmo nos reflexos ideais mais abstratos, o real caráter ontológico do ser social. Esta é a tarefa que a dialética materialista deve colocar-se:

ela [a dialética materialista] representa decididamente um *tertium datur* tanto perante a fetichização racionalista da lei, quanto perante a concepção empirista *terre à terre* ou até da vazia profundidade irracionalista. O que importa nesse *tertium datur* é, antes de tudo, a rejeição dupla tanto da negação de uma legalidade social como de sua absolutização fetichizante. O ser-propriadamente-assim, com todas as suas desigualdades e contraditoriedades, é tanto ponto de partida como finalização de toda tentativa de apreender ontologicamente o ser em geral, mas particularmente o ser social, em sua mobilidade (LUKÁCS, 2013, p.273).

A indicação metodológica do ser-precisamente-assim, remete-nos novamente ao modo como Lukács trata a questão da necessidade e – por esta via – da legalidade. Mencionamos estes problemas anteriormente ao nos referirmos às categorias modais, onde procuramos demonstrar que a concepção lukácsiana de necessidade, do ponto de vista ontológico, indica não apenas a totalidade concreta que determina o caráter “se..., então” de um acontecimento, mas também que não deixa de trazer consigo os problemas da possibilidade e da casualidade. Daí a demanda metodológica de ater-se a prioridade do ser-precisamente-assim frente às distorções das perspectivas que exacerbem de maneira reificada uma determinada legalidade.

Por outro lado, vale destacar que o desenvolvimento do complexo trabalho/economia, enquanto entrecruzamento das legalidades natural e social, acentua a demanda metodológica que pede a remissão ao ser-precisamente-assim. Isto porque não apenas experimenta, conhece e intensifica os modos em que as determinações da natureza são utilizadas em proveito do próprio gênero, mas também, ao mesmo tempo, efetiva-se em um contexto de atuação cada vez mais intensiva e extensiva das forças sociais. Daí a afirmação de Lukács:

quanto mais bem definido se torna esse crescimento dos dois componentes e, por conseguinte, quanto mais complexa tem de ser a constituição de uma formação social ou de um processo social, tanto mais bem definida aparece a prioridade ontológica do seu ser-propriadamente-assim com relação às legalidades singulares

que contribuem para possibilitar a sua existência. Por exemplo, é possível [...] que em diversas conexões – consideradas de forma isolada –, processos, relações etc. extremamente similares possam ter consequências até mesmo opostas, que, portanto, seu decurso necessário, legal, dependa menos de suas próprias propriedades necessárias que da função que podem e devem cumprir no respectivo complexo existente-propriadamente-assim. Marx relata que, em Roma, foram levados a cabo processos de desapropriação de agricultores que, em si, tinham grande similitude com a posterior acumulação originária. Nesta, contudo, eles levaram à promoção da economia escravista, ao surgimento de um lumpemproletariado cidadão. Marx resume assim a teoria a esse respeito: “portanto, acontecimentos que mostram uma analogia contundente, mas que se passam em ambientes históricos distintos e, por isso, levam a resultados totalmente diferentes”. E ele se vale desse exemplo para fazer uma advertência contra “chaves universais de uma teoria universalmente filosófica-histórica”, contra sua “supra-historicidade”⁹ (LUKÁCS, 2013, p.276).

A importância da historicidade concreta, assim, coloca-se aqui, de modo premente, por remeter-se ao ser-precisamente-assim, em oposição a uma aplicação mecânica-abstrata de uma teoria “universalmente filosófica-histórica”, que “resolve” *a priori* todos os problemas. Isto implica, ademais, ater-se a totalidade que constitui o ser social, isto é, a efetividade dos demais complexos parciais – e sua legalidade específica e autonomia relativa – na determinação do ser social. Por esta via entrevê-se um segundo nível do momento predominante que refere-se não mais ao trabalho enquanto categoria fundante, mas às variadas e múltiplas interações que emergem do complexo de complexos que constitui o ser social (LUKÁCS, 2013, p.278). Sobre estas duas principais dimensões da ontologia lukácsiana, Sérgio Lessa comenta:

no primeiro [nível], o mais genérico, o trabalho, por ser a categoria fundante do ser social, é o momento predominante daquela processualidade que Lukács denominou devir-humano dos homens. No segundo nível, as formas concretas do devir-humano dos homens ao longo da história são predominantemente determinadas pela totalidade social, à medida que ela é a mediação cotidiana entre o momento predominante exercido pelo trabalho em cada período histórico e a evolução concreta das formações sociais (LESSA, 2007, p.103).

Delineados alguns aspectos mais gerais da reprodução do ser social passemos agora às considerações de Lukács sobre seu caráter bipolar.

⁹ Os trechos de Marx citados por Lukács referem-se a uma carta enviada, em fins de novembro de 1877, à redação do *Otiechéstvennie Zapiski* (MARX, 1877).

3.2 A REPRODUÇÃO DO INDIVÍDUO NA SOCIEDADE

Em termos muito gerais, a dinâmica do processo de reprodução do ser social comporta, por um lado, o processo reprodutivo em sua totalidade extensiva e intensiva e, de outro lado, os indivíduos singulares que constituem a base desta reprodução (LUKÁCS, 2013, p.278).

Estes dois pólos, no entanto, devem ser compreendidos em sua indissolúvel unidade contraditória, que permanece conectada ao *tertium datur* lukácsiano. Os falsos extremos são mais uma vez rejeitados aqui: nem uma concepção do indivíduo como um simples objeto de uma legalidade econômica; nem uma perspectiva que toma-o a partir de determinações essenciais que estariam, em última instância, assentadas sobre o próprio indivíduo, independentes da existência da sociedade (LUKÁCS, 2013, p.280). Há, portanto, desde este ponto de vista, uma ativa interação entre esses dois pólos, onde a individualidade humana não deve ser concebida fora do espaço e do tempo ou, pelo contrário, como mero produto de seu ambiente.

Vale retornar, neste momento, a concepção lukácsiana de substância que já tratamos anteriormente. Ela conecta-se a continuidade e é, ao mesmo tempo, histórica. No que tange a vida singular do indivíduo, a substância emerge pelo entrecruzamento das cadeias de decisões alternativas. Isto é, da mesma maneira em que a totalidade do ser social é resultado das escolhas realizadas nos inúmeros pores teleológicos dos indivíduos, a mera singularidade natural do indivíduo torna-se individualidade no interior de uma sociedade determinada, a partir das decisões alternativas tomadas pelo mesmo. Por esta via, reencontramos o problema da personalidade que tangenciamos no capítulo do trabalho, e que deve ser pensado a partir das situações concretas onde as possibilidades são colocadas e objetivadas pelo sujeito. Diz Lukács:

aquilo que chamamos de personalidade de um homem constitui tal ser-propriadamente-assim de suas decisões alternativas. [...] Em todo homem atua de modo latente [...] grande quantidade de possibilidades. O seu caráter autêntico, contudo, realiza-se em seu ser-propriadamente-assim justamente na e através da possibilidade que se converte em ato. Naturalmente, também a possibilidade faz parte da sua imagem total, porque sua superação é igualmente objeto de uma decisão alternativa; mas o decisivo nisso tudo permanece isto: se ela é afirmada ou negada, se ela se converte em ação ou permanece mera possibilidade, em última análise é condenada à inatividade (LUKÁCS, 2013, p.285).

Por isso, também para o indivíduo vale a máxima marxiana presente em *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, que nos diz que ele é resultado de sua própria práxis, mas no interior de circunstâncias determinadas (LUKÁCS, 2013, p.286)

A reprodução do indivíduo na sociedade, assim, ocorre de maneira imanente, no interior do desenvolvimento da totalidade do ser social. Em oposição a qualquer separação ilusória do “espiritual” e do “material”, Lukács toma a consciência – capaz de realizar todo o intrincado processo das posições teleológicas – como indissolivelmente ligada ao indivíduo em seu sentido biológico (LUKÁCS, 2013, p.289-290).

Não se pode nunca, portanto, perder de vista a importância do trabalho e da esfera do intercâmbio orgânico com a natureza. O processo de reprodução da vida, de satisfação das necessidades humana através das posições teleológicas, afasta cada vez mais o sujeito de sua base biológica sem jamais, no entanto, romper completamente com tal dimensão; ela torna-se cada vez mais socializada, uma vez que no exemplar singular do ser social surgem necessidades, características e capacidades qualitativamente novas (LUKÁCS, 2013, p.291). Há um crescimento no número das posições teleológicas que reagem ao mundo exterior e consolidam-se em continuidade na consciência do sujeito.

Por aqui, se entrevê um desdobramento peculiar ao ser social onde o exemplar singular alça-se a um desenvolvimento tendencial rumo a um ser-para-si, à constituição de uma individualidade (LUKÁCS, 2013, p.292).

Neste tendencial afastamento das barreiras naturais, visto agora do ângulo do exemplar singular/indivíduo, a sociabilização dos sentidos apresenta-se como um dos exemplos de como há um desenvolvimento desigual e contraditório que aprofunda, torna mais sutil, as determinações daquilo que é imediatamente dado na singularidade biológica. Marx já havia afirmado nos *Manuscritos econômico-filosóficos* que o desenvolvimento dos cinco sentidos era obra de toda a história universal, enquanto Engels, em *Humanização do macaco pelo trabalho*, contrapôs a capacidade do olho humano de enxergar muito mais coisas que o olho da águia, ainda que este seja capaz de ver muito mais longe do que aquele (LUKÁCS, 2013, p.297; MARX, 2004, p.110; ENGELS, 1976, p.218-219).

Em conexão com tal desenvolvimento, vale destacar, ainda que brevemente, o papel desempenhado pela educação. Nos referimos aqui ao seu sentido amplo, voltado para formar no

sujeito uma disponibilidade para responder em determinada direção às alternativas concretamente colocadas. Neste sentido, a educação diz respeito a totalidade das influências exercidas sobre o indivíduo em formação. Mas, também aqui, o sujeito da práxis, desde sua primeira infância, reage as alternativas colocadas em tal processo. Assim, a formação de seu caráter dá-se pela interação efetiva com as tentativas de direcionar suas escolhas. Diz Lukács:

o maior erro na avaliação de tais processos consiste no hábito de considerar somente os impactos positivos como resultados da educação; porém, quando o filho do aristocrata se converte em revolucionário, o descendente de oficiais se torna um antimilitarista, quando a educação para a “virtude” produz uma queda para a prostituição etc., estes são, no sentido ontológico, resultados da educação, tanto quanto aqueles em que o educador atingiu as suas finalidades. Porque, em ambos os casos, explicitam-se aquelas propriedades do homem em devir que se comprovaram como as mais fortes na práxis e para a práxis, as quais desempenham nas interações o papel de momento predominante. Nesse caso, porém, trata-se de interações em que, por princípio, é impossível determinar teoricamente de antemão a que fator caberá essa função no caso concreto (LUKÁCS, 2013, p.295).

O desenvolvimento histórico dos sentidos e a educação – sempre em conexão efetiva com a práxis do sujeito – mostram-se, assim, como importantes mediações no desenvolvimento do exemplar singular do ser social ao seu ser-para-si. No entanto, seguindo os passos de Lukács, precisamos aprofundar os delineamentos desta reprodução do indivíduo na sociedade remetendo-nos à sua conexão com a generidade, entendida de maneira dinâmica, desigual e contraditória. São três os pontos principais destacados neste sentido.

Em primeiro lugar, esta conexão entre indivíduo e sociedade é um processo que realiza-se de maneira espontânea em um ambiente socialmente determinado. No caso do trabalho, por exemplo, a intencionalidade da posição teleológica, em sua imediaticidade, está voltada para a simples satisfação de uma necessidade dada. No entanto, uma vez que realiza-se em um contexto social objetivo, o processo e o produto do trabalho sofrem uma generalização que ultrapassa o indivíduo singular, em direção a generidade. Por esta via, já em seus desdobramentos primeiros, o mutismo natural do gênero começa a diminuir, uma vez que o singular, através de sua práxis consciente, torna-se membro e não mais mero exemplar do gênero – mesmo que nestes desenvolvimentos seja fortemente determinado pela comunidade a qual pertence. Como afirma Lukács:

o decisivamente novo nesse tocante é que o pertencimento ao gênero, mesmo surgindo, via de regra, ao natural – pelo nascimento –, é plenamente formado e tornado consciente pela práxis social consciente, já pela educação (tomada no sentido mais amplo possível), que esse pertencimento forma, na linguagem comum, um órgão próprio socialmente produzido (LUKÁCS, 2013, p.298).

Em segundo lugar, a cooperação entre os sujeitos implica em orientações a favor ou contra determinados tipos de práxis, a escolha ou recusa de determinadas alternativas. Com o afastamento das barreiras naturais e o desenvolvimento da socialidade, estes tipos de decisões centram-se cada vez mais sobre o “eu” dos indivíduos que devem agir. Ademais, este crescimento das posições teleológicas implica a necessidade de o indivíduo formar em si uma “espécie de sistema de prontidão” que remeta-se as diversas necessidades e possibilidades socialmente colocadas. Há, aqui, o desenrolar de uma individualidade cada vez mais rica, matizada, que realiza-se em indissolúvel conexão com o próprio gênero (LUKÁCS, 2013, p.299; LESSA, 1995, p.83).

Por último, em conexão com os dois momentos destacados acima, Lukács afirma que toda decisão contém em si, ao mesmo tempo, elementos e tendências tanto da simples singularidade quanto da genericidade. Este é o caso do trabalho, que mencionamos há pouco, onde a satisfação de uma necessidade imediata remete para além de si, no sentido de uma generalização. O desdobrar das diversas situações sociais pode levar a separação e mesmo antítese destes dois elementos, remetendo o “eu” dos indivíduos ao constrangimento de escolher entre alternativas que privilegiem a particularidade ou a genericidade. O desenvolvimento do ser-em-si singular ao ser-para-si da individualidade está associado a esta escolha das alternativas mais particulares ou mais genéricas. Mais importante ainda é que Lukács não localiza apenas a tensão entre esse ser-para-si do sujeito e sua dimensão genérica; nosso autor indica também uma convergência histórica destes dois momentos que exprime, ademais, sua conexão essencial. Isto é, a paulatina superação do mutismo do gênero humano, em agrupamentos cada vez mais amplos, não está em absoluto antagonismo com a constituição da individualidade do sujeito singular. Pelo contrário, há segundo nosso autor uma tendência convergente destes dois movimentos, ainda que eles apresentem-se em toda sua dinâmica desigual e contraditória:

por mais que significativas desigualdades e profundas contradições codeterminem o trajeto, as fases do processo total, igualmente está estabelecido que o gênero humano jamais poderia realizar-se plenamente, deixar para trás sua mudez herdada da natureza, se nos homens singulares não corresse, de modo socialmente necessário, uma linha tendencial paralela na direção do seu ser-para-si: somente

homens conscientes de si mesmos como indivíduos (não mais como singulares diferenciados entre si só pela sua particularidade) estão em condições de converter uma autêntica generidade numa práxis humano-social, isto é, em ser social, mediante a sua consciência, mediante seus atos conduzidos por esta. Apesar de todas as desigualdades e contradições, o desenvolvimento social impele paralelamente, em escala histórico-mundial, para o surgimento das individualidades existentes para si nos homens singulares e para a constituição de uma humanidade consciente de si mesma como gênero humano em sua práxis (LUKÁCS, 2013, p.302).

A relação contraditória entre indivíduo e sociedade não assume na ontologia lukácsiana, portanto, uma dualidade e antagonismo insolúvel, característicos das concepções liberais de mundo. Pelo contrário, nosso autor não apenas delinea o indissolúvel laço entre essas duas dimensões do ser social, como ressalta seu desenvolvimento concomitante – ainda que conflituoso. O processo de individuação, assim, não apenas não se contrapõe ao gênero como é fundamental ao desenvolvimento deste. Mas, para que nos aproximemos de uma compreensão adequada de todo este desdobramento, precisamos agora nos debruçar sobre a segunda dimensão do momento predominante no ser social: a reprodução da sociedade enquanto totalidade.

3.3 A REPRODUÇÃO DA SOCIEDADE ENQUANTO TOTALIDADE

Até aqui vimos como a reprodução do ser social distingue-se daquela do mundo orgânico. A presença da teleologia, desde o momento fundante do trabalho, traz consigo a dimensão da possibilidade na malha de causalidades naturais. As alternativas resolvidas com sucesso – no sentido das “exigências do dia” – são engastadas na reprodução do ser social e, pela mediação das diversas consciências sociais, integram a continuidade no interior da incessante transformação do social. Sobre esta base formam-se os demais complexos parciais, multiplicam-se as posições teleológicas e verifica-se um crescente afastamento das barreiras naturais.

Em todo este desdobrar está presente o problema de fundo colocado por Lukács ao tratar da reprodução do ser social: o processo genético no qual a socialidade, partindo de um momento mais simples, atinge formas cada vez mais puras, mais mediadas (LUKÁCS, 2013, p.309).

Diante da complexificação que assim se instala, voltamos aqui a questão das duas dimensões do momento predominante no ser social, que tratamos brevemente acima. São elas que indicam os momentos decisivos, os princípios ontológicos, do desenvolvimento humano. Por um

lado, como vimos, está a questão da totalidade, do complexo de complexos que constitui o ser social:

é preciso manter incondicionalmente essa prioridade do todo em relação às partes do complexo total, aos complexos singulares que o constituem, porque, do contrário, chega-se – quer se queira, quer não – a uma autonomização extrapoladora daquelas forças que, na realidade, determinam apenas a particularidade de um complexo parcial dentro da totalidade: elas se convertem em forças próprias, autônomas, que não são tolhidas por nada, e, desse modo, tornamos incompreensíveis as contradições e desigualdades do desenvolvimento, que se originam das inter-relações dinâmicas dos complexos singulares e sobretudo da posição ocupada pelos complexos parciais dentro da totalidade (LUKÁCS, 2013, p.305-306).

Assim, cada complexo possui sua própria especificidade, sua objetividade peculiar, que é necessário conhecer se quisermos compreender globalmente a totalidade social; no entanto, para Lukács, os problemas se desencaminham se tais complexos são concebidos de maneira isolada e não em sua autonomia relativa (LUKÁCS, 2013, p.310).

Por outro lado, a economia, enquanto momento que carrega a generalização do trabalho, desempenha um papel preponderante no desenvolvimento do ser social, uma vez que é o lócus da reprodução efetiva da vida, conjugando, ao mesmo tempo, a reprodução do gênero humano e de seus exemplares singulares. Está aqui, portanto, para Lukács o complexo fundante da tendencial sociabilização da sociedade e dos indivíduos que a constituem (LUKÁCS, 2013, p.310-311).

No interior da reprodução bipolar assentada nessas duas dimensões predominantes – a totalidade e a economia –, a ontologia lukácsiana remete-se ainda a outro traço importante deste processo, caracterizado como “dialética contraditória de essência e fenômeno”. O trabalho e a economia desencadeiam o desenvolvimento das forças produtivas e o afastamento das barreiras naturais, o que significa, para Lukács, uma elevação das capacidades humanas. A manifestação desse movimento essencial, no entanto, pode – por uma “necessidade social” – implicar no aviltamento, no “autoestranhamento dos homens” (LUKÁCS, 2013, p.311).

Estas duas dimensões, fenômeno e essência, devem ser consideradas como efetivamente existentes, determinantes do real, e interligadas. Bem entendido, a dimensão fenomênica não constitui um fato meramente subjetivo (LUKÁCS, 2013, p.311). No entanto, seguindo os passos de Lukács, nossa exposição neste momento estará voltada ao que aqui ele designa como movimento essencial, isto é, o desenvolvimento das capacidades humanas. Assim, importa-nos destacar, em

primeiro lugar, que este movimento de afastamento das barreiras naturais e desenvolvimento das capacidades humanas, Lukács designa como “progresso”, e o faz ressaltando, como em ocasiões anteriores, que suas considerações são constatações ontológicas que não implicam, aqui, juízos de valor (LUKÁCS, 2013, p.312).

Em consonância com tudo que viemos tratando, o ponto crucial da explicitação da sociedade está, na ontologia lukácsiana, no impacto que o crescimento das forças produtivas tem sobre a estrutura e a dinâmica do complexo de complexos que constitui o ser social.

O estado originário dessa totalidade é descrito por Lukács a partir das considerações de Marx nos *Grundrisse*:

a coletividade tribal que surge naturalmente, ou, se preferirmos, o gregarismo, é o primeiro pressuposto – a comunidade de sangue, linguagem, costumes, etc. – da *apropriação das condições objetivas* da sua vida e da atividade que a reproduz e objetiva (atividade como pastor, caçador, agricultor, etc.). A terra é o grande laboratório, o arsenal, que fornece tanto o meio de trabalho quanto o material de trabalho, bem como a sede, a base da comunidade [...] A *apropriação* real pelo processo do trabalho se realiza sob esses *pressupostos*, que são eles mesmos *produto* do trabalho, mas aparecem como seus pressupostos naturais ou *divinos* (MARX apud LUKÁCS, 2013, p.313-314; MARX, 2011, 388-389 [grifos de Marx]).

Nestas condições, o trabalho representa a força que organiza e mantém os diversos complexos. No entanto, trata-se ainda de uma atividade que tem como pressuposto elementos ainda muito próximos da natureza. Lukács não considera literalmente as palavras de Marx que afirmam que o gregarismo é um pressuposto “natural”. Para nosso autor, esta pré-condição “natural/divina” para a apropriação das condições objetivas, já indica que também aí está investido certo trabalho e que, portanto, não se trata mais de mera natureza. Todavia, a dimensão embrionária desta atividade permanece ainda há pouca distância das restrições do mundo natural (LUKÁCS, 2013, p.313-314).

O determinante para a história do ser social é, segundo Lukács, a questão colocada à reprodução dessas comunidades originárias: em que medida tais organizações foram capazes de se estabilizar e simplesmente se reproduzir ou, pelo contrário, apresentaram uma configuração reprodutiva que levou a sua dissolução e emersão de “tendências de crescimento” que resultaram em novas formações (LUKÁCS, 2013, p.314).

Na história, segundo o filósofo húngaro, há respostas negativas e positivas para tal problema. O chamado modo de produção asiático seria um exemplo de um processo de reprodução

que demonstraria uma maior “estabilidade” ao longo do tempo, uma menor permeabilidade para mudanças que dariam lugar às tendências evolutivas mencionadas acima. N’*O Capital*, baseando-se nas comunidades indianas, Marx oferece-nos uma descrição dos elementos fundantes dessa formação social. Segundo ele, elas

fundamentam-se na posse comum da terra, na união direta entre agricultura e ofícios e numa inalterável divisão do trabalho, que serve de plano e de modelo ao se estabelecer qualquer nova comunidade. Constituem organismos de produção que bastam a si mesmos [...]. A maior parte dos produtos é destinada imediatamente ao próprio consumo da comunidade; assim, os produtos não são mercadorias, e a própria produção é independente da divisão do trabalho processada através da troca de mercadorias na sociedade indiana em seu conjunto. Só o excedente dos produtos se transforma em mercadoria, e uma porção deles, só depois de chegar às mãos do Estado, ao qual se entrega, desde tempos imemoriais, certa quantidade de produtos, como renda [*impostos in natura*] (MARX apud LUKÁCS, 2013, p.315; MARX, 2004, p.412).

Esta formação social já goza, de acordo com Marx, de uma certa divisão do trabalho – camponeses, artesãos, representantes do Estado, sacerdotes, etc. Todavia, o crescimento das comunidades que a constituem implica o surgimento de novas comunidades seguindo o modelo das antigas, com uma divisão do trabalho que não adentra e fragmenta os diversos ofícios – distinta, portanto, da manufatura (MARX, 2004, p.413). Ademais, o Estado que se assenta sobre essa base, estabelece relações débeis com essas comunidades, que consistem na extração da renda fundiária, regularização das águas, defesa militar, etc. Com isto, a peculiaridade desta formação está numa “estabilidade dinâmica” de sua base, marcada por um contínuo repor de suas unidades produtivas frente as diversas instabilidades da estrutura estatal (LUKÁCS, 2013, p.315-316). Diz Marx:

Essas comunidades se bastam a si mesmas e se reproduzem constantemente da mesma forma, e, se forem destruídas, se reconstroem no mesmo lugar, com o mesmo nome. A simplicidade de seu organismo produtivo fornece a chave do segredo da imutabilidade das sociedades asiáticas, que contrasta de maneira tão chocante com a dissolução e reconstrução dos Estados asiáticos e com as incessantes mudanças de dinastia. A estrutura dos elementos econômicos fundamentais da sociedade não é atingida pelas tormentas desencadeadas no mundo político (MARX apud LUKÁCS, 2013, p.316; MARX, 2004, p.413).

Para Lukács, há nestas formações uma “imunidade a profundas mudanças estruturais”. Isto porque não se fazem presentes nelas, segundo nosso autor, os impulsos que a colocariam “na corrente do desenvolvimento social”. Em especial uma circulação de mercadorias que adentrasse

e transformasse as mais diversas dimensões da sociedade. Nas sociedades sob o modo de produção asiático,

a divisão do trabalho ainda é determinada predominantemente pelas necessidades imediatas do consumo; ela não produz novas necessidades que, em seguida, por sua vez, voltariam a retroagir nela. Do mesmo modo estático também é regulada a relação entre a base econômica e a superestrutura estatal na forma da renda fundiária (igual a imposto), sem quaisquer interações complexas mediante as quais elas pudessem pôr-se reciprocamente em movimento rumo a outras formações, dar origem a dissoluções e progressos em ambos os campos [...] (LUKÁCS, 2013, p.316-317).

A dissolução do comunismo primitivo que deu origem as formações sociais da Grécia e de Roma é o exemplo utilizado por Lukács como contrapartida à estabilidade estrutural do modo de produção asiático. Aqui, segundo nosso autor, há uma divisão entre cidade e campo, distinta daquela característica às formações “asiáticas”, uma vez que a cidade não está separada da reprodução econômica imediata. Pelo contrário, a condição de cidadão está ligada aquela de proprietário singular das terras. Ademais, para Lukács, seguindo os passos de Marx, a relação do indivíduo com o campo, ainda que derive de sua condição de pertencimento à tribo, não advém da propriedade coletiva tribal, mas sim de sua posse pessoal. Há aqui, portanto, um contraste com as formas mais diretamente comunais presentes nas sociedades asiáticas e uma tendência para a acentuação do caráter privado do proprietário. Mais uma vez, Lukács recorre a Marx para o delineamento deste modo de produção:

concentração na cidade com o campo como território; pequena agricultura trabalhando para o consumo imediato; manufatura como atividade doméstica complementar das esposas e filhas (fiar e tecer) ou autonomizada apenas em alguns ramos (*fabri*, etc.). O pressuposto da continuidade desse sistema comunitário é a preservação da igualdade entre seus “camponeses autossuficientes” livres e o trabalho próprio como condição de continuidade de sua propriedade. Eles se relacionam às condições naturais do trabalho como proprietários; mas essas condições ainda precisam ser permanentemente postas, por meio do trabalho pessoal, efetivamente como condições e elementos objetivos da personalidade do indivíduo, do seu trabalho pessoal (MARX apud LUKÁCS, 2013, p.317-318; MARX, 2011, p.392)

Do ponto de vista lukácsiano, esta formação é “mais social” do que as do “Oriente” e, mais importante ainda, sua configuração traz inscrita em-si um impulso ao progresso (LUKÁCS, 2013, p.318). Assim, ela pauta-se por uma reprodução ampliada, que avança para além de seus dados

iniciais. Não obstante, este impulso adiante assentado sobre a estrutura delineada acima pode desenvolver-se apenas até determinado ponto. A partir daí, este avanço transforma-se paulatinamente em uma tendência destrutiva das próprias bases sobre a qual se apoiava. Bem entendido, esta formação social traz consigo um florescimento da vida econômica, com uma circulação de mercadorias bem difundida, um avanço do capital comercial e monetário e uma expansão da economia escravista. Mas são estes, segundo Lukács, os mesmos elementos que agem no sentido da desagregação dessa formação social (LUKÁCS, 2013, p.318). Sobre o papel do capital comercial nesta direção, Lukács retoma as palavras de Marx n' *O Capital*:

o capital mercantil no começo é apenas o movimento mediador entre extremos. que ele não domina e entre pressupostos que ele não cria. [...] O comércio age por isso em todas as partes mais ou menos como solvente sobre as organizações preexistentes da produção, que, em todas as suas diferentes formas, se encontram principalmente voltadas para o valor de uso (MARX apud LUKÁCS, 2013, p.319).

Já a difusão do capital monetário traz consigo os efeitos da usura:

desse modo, a usura atua, por um lado, minando e destruindo a riqueza antiga e feudal e a propriedade antiga e feudal. Por outro lado, mina e arruína a produção dos pequenos camponeses e dos pequenos burgueses, em suma, todas as formas em que o produtor aparece ainda como proprietário dos meios de produção (MARX apud LUKÁCS, 2013, p.319).

Estes desdobramentos assumem um papel particularmente desagregador na pólis antiga porque aí, como vimos brevemente acima, o status de cidadão está ligado a propriedade (LUKÁCS, 2013, p.320).

Todavia, o momento predominante dos limites dessa formação assenta-se, segundo Lukács, na expansão da economia escravista, que apenas pode se desenvolver a partir de um aumento na massa de escravos, o que pressupõe, por sua vez, guerras vitoriosas que forneçam a mão-de-obra que executará as atividades laborais (LUKÁCS, 2013, p.321).

A despeito, portanto, do progresso verificado nas principais formações sociais da Antiguidade, há limites colocados a tal desenvolvimento e que resultam em uma longa crise estrutural. Esta última, por sua vez, desdobra-se de maneira desigual, apresentando em seu interior momentos novos de florescimento. Mas, em um período posterior, esta decadência manifesta-se nos diversos campos da vida. Neste momento mais agudo de desagregação a economia escravista

mostra sinais de formar os embriões do modo de trabalhar que, depois de muitas transformações, darão lugar ao feudalismo. Na descrição deste processo, Lukács recorre a Weber: “enquanto o escravo ascende, desta forma, na escala social, se tornando um camponês não livre sujeito à *corvées*, concomitantemente o colono se abaixa ao nível de camponês pessoalmente dependente de um senhor” (WEBER apud LUKÁCS, 2013, p.321).

O nivelamento entre camponeses e escravos, contudo, pode ser identificado como uma via de escape apenas *post festum*, uma vez que o movimento histórico concreto apresenta-se como uma crise aguda que está em contradição com o complexo de complexos que constitui a sociedade antiga. Para Lukács, somente com as invasões bárbaras e a ruína do império romano o nivelamento, descrito acima, efetiva-se (LUKÁCS, 2013, p.322). Há aqui elementos de certa casualidade no encontro dessas duas formações que resultaram, por sua vez, na nova causalidade de onde emergiu o feudalismo:

a situação agrária romana foi um fenômeno de desagregação, a condição germânica mostrou as consequências do próprio desenvolvimento tribal na migração. Examinados em termos puramente conceituais, ambas se encontram numa irrevogável relação de casualidade. Sem dúvida, ambas são produtos de desenvolvimentos que por séculos mantiveram inter-relações reais um com o outro; não esqueçamos, por um lado, as recorrentes incursões dos celtas e mais tarde dos germanos na direção da Itália e, por outro, as tentativas de colonização dos romanos que, por exemplo, na Gália foram efetivadas, mas na Germânia basicamente fracassaram. É por isso que, do ponto de vista do ser-propriadamente- assim tanto de Roma como dos povos germânicos, a pura casualidade desse movimento é anulada em certa medida; ela aparece como uma inter-relação que se tornou historicamente necessária, na qual se encontram e confluem, enquanto realidades dentro da realidade, tendências que apontam para além da economia escravista da Antiguidade (LUKÁCS, 2013, p.323).

É de suma importância para nossas considerações, o modo como Lukács concebe essa transição. De seu ponto de vista, o desenvolvimento europeu, diferentemente daquele asiático, é pautado pela presença de formações que derivaram uma da outra, e que deram lugar a uma sucessão histórica que o filósofo húngaro caracteriza como “uma orientação para o progresso”. No entanto, em consonância com o que viemos afirmando, junto a esta concepção de desenvolvimento está um rechaço às representações da história que apoiam-se em qualquer recurso teleológico. Em especial, a crítica de Lukács direciona-se a concepções marxistas da história que tomam o caminho que vai do comunismo primitivo até o socialismo como previamente dado. Para nosso autor, tais

representações inserem-se em um molde hegeliano, onde a sucessão de categorias apresenta-se como um fato lógico (LUKÁCS, 2013, p.322).

Em contraste, a ideia de sucessão histórica de Lukács retoma a consideração marxiana ontológica das categorias, de maneira que as transformações destas são, de fato, “rigorosamente causais”, mas não por qualquer determinação constatável, em primeiro lugar, no plano lógico, e sim pela dinâmica presente no ser-precisamente-assim do qual fazem parte. Daí a afirmação de Lukács:

ao proceder assim [através da abordagem ontológica marxiana], depararemos em toda parte com legalidades nas conexões concretas; estas, porém, sempre têm só uma necessidade concreta, a do “se..., então”, e jamais se poderá derivar de um sistema teoricamente construído de necessidades econômicas (lógicas ou também formuladas em termos lógicos) se esse “se” estará presente em cada caso e, caso esteja, em que contexto, com que intensidade etc.; ele só poderá ser derivado do ser-propriadamente-assim da totalidade do ser social, no qual essas legalidades concretas atuam em cada caso. Disso, faz parte, por outro lado e ao mesmo tempo, que o próprio ser-propriadamente-assim é uma síntese das diversas necessidades “se..., então” dos diversos complexos e de suas interações, síntese levada a cabo pela própria realidade no âmbito da realidade (LUKÁCS, 2013, p.323).

Assim como na Antiguidade, no feudalismo também encontramos a incapacidade desta formação social de incorporar os movimentos progressivos produzidos em seu próprio seio. Para Lukács, a contradição essencial que se apresenta aqui é a que ocorre entre cidade e campo: se esta formação caracteriza-se pela subordinação da cidade ao campo, o desenvolvimento econômico decisivo ocorre, de acordo com nosso autor, sobretudo nas cidades (LUKÁCS, 2013, p.324).

Mesmo no campo, todavia, a configuração feudal do trabalho já constitui um avanço frente à Antiguidade. Enquanto nesta, o escravo trabalhava com os instrumentos de seu senhor, e os resultados de sua atividade se destinavam a este último, cabendo ao escravo apenas a quantidade estritamente necessária para a reprodução de sua existência física, no feudalismo o camponês tem a possibilidade de elevar a reprodução de sua própria vida a um nível superior – isto, obviamente, em condições favoráveis e sem esquecer que, também aqui, é a coerção extraeconômica que garante a transferência do excedente ao senhor (LUKÁCS, 2013, p.324-325). Assentado sobre tais bases, o feudalismo experimentou, segundo Lukács, um período de florescimento com uma expansão da troca de mercadorias que, por sua vez, retroagiu sobre a própria formação:

a “idade de ouro” da servidão teve fim nos séculos XV e XVI; teve lugar uma exploração cada vez mais desmedida dos agricultores mediante a transformação da renda fundiária em renda pecuniária, via pela qual os senhores feudais procuraram sobrepujar a concorrência dos patrimônios citadinos e objetivamente deram, por sua vez, uma contribuição importante para solapar o sistema feudal. Com efeito, dali por diante, surgiu em muitos países de modos diversos o grande dilema da crise do feudalismo: ou aprofundar ainda mais e perenizar a sua crise acarretando a segunda servidão ou liquidar todo o seu sistema com a ajuda da acumulação originária (LUKÁCS, 2013, p.326).

Neste período instala-se o ponto mais elevado do conflito entre campo e cidade. Algumas destas conseguiram libertar-se do jugo daquele – como no caso da Itália e das participantes da liga hanseática –, mas não obtiveram sucesso no delineamento de uma formação social nova mais duradoura. Foram as associações de cidades nos locais onde havia tendências para o desenvolvimento de uma monarquia absolutista – entendida aqui como o resultado do equilíbrio temporário de forças feudais e capitalistas – que constituiu o caminho típico da passagem ao capitalismo (LUKÁCS, 2013, p.326).

No interior desta transição, as corporações foram uma forma de organização da divisão do trabalho artesão que a formação feudal impôs como obstáculo aos germes do capitalismo. Isto porque ela impediu temporariamente, por intermédio de suas leis, que a força de trabalho se tornasse uma mercadoria. Sob pressão em especial do capital comercial, no entanto, tais restrições acabaram vencidas e a instituição do emergente capital industrial assumiu a hegemonia da nova formação capitalista, tornando-se o capital comercial e o monetário “simples momentos do processo reprodutivo” (LUKÁCS, 2013, p.326-327).

Ainda que inaugurado pela atuação decisiva da brutal violência física da acumulação originária, a organização capitalista do trabalho é responsável, do ponto de vista da ontologia lukácsiana, por uma “socialização muito ampla de todas as situações, relações etc. sociais dos homens”. As formações anteriores, mais próximas da “natureza”, tinham a violência extraeconômica como necessária para a garantia da extração do excedente, uma vez que aos homens colocavam-se diversas possibilidades de sua reprodução física. Com a emergência do capitalismo, a extração do excedente passa a ser realizada pela venda da força de trabalho ao detentor dos meios de produção. Por outro lado, a concomitante generalização da forma mercadoria coloca também o imperativo de se conseguir predominantemente pela via do mercado o necessário para a satisfação das necessidades humanas. Com isto, os sujeitos são entregues, nas palavras de

Marx, “às leis naturais da produção” capitalista, o que implica a mencionada passagem do uso da violência física para um segundo plano – mas, obviamente, nunca sua eliminação completa (LUKÁCS, 2013, p.328).

A dinâmica do capitalismo assentado sobre tais bases revoluciona constantemente tanto a configuração do trabalho quanto a produção em sentido lato, tornando-os cada vez mais social. A primeira forma significativa da produção capitalista, a manufatura, é um exemplo destes desenvolvimentos. Enquanto nas corporações o trabalhador deveria dominar todos os aspectos da produção em seu ramo de trabalho e permanecer ainda unido aos meios de produção, com a separação destes da força de trabalho e a concomitante pressão exercida pelas relações capitalistas, o processo de trabalho fragmenta-se em diversas operações parciais qualitativamente diferentes, dando origem a manufatura. Nesta, o trabalhador é reduzido a um “limitado virtuoso” que repete sempre determinados movimentos. Como resultado do processo de trabalho assim fragmentado, o produto final emerge como combinação destas diversas atividades parciais. Para Lukács, a verdadeira posição teleológica desloca-se, neste contexto, para aquele que dirige a produção, enquanto a teleologia implicada nos trabalhos dos operários torna-se mero reflexo condicionado. A interpretação aqui segue os passos de Marx, que n’*O Capital* afirma:

o camponês e o artesão independentes desenvolvem, embora modestamente, os conhecimentos, a sagacidade e a vontade, como o selvagem que exerce as artes da guerra apurando sua astúcia pessoal. No período manufatureiro, essas faculdades passam a ser exigidas apenas pela oficina em seu conjunto. As forças intelectuais da produção só se desenvolvem num sentido, por ficarem inibidas em relação a tudo o que não se enquadre em sua unilateralidade. O que perdem os trabalhadores parciais, concentra-se no capital que se confronta com eles (MARX apud LUKÁCS, 2013, p.331; MARX, 2004, p.416).

Na revolução constante do processo de trabalho sob o capitalismo, o passo adiante para além da manufatura é dado pela introdução das máquinas. Aqui, contra perspectivas apoiadas em um fetichismo da técnica, Lukács esclarece que o impulso primordial a tal passagem advém dos limites econômicos da produção manufatureira. A introdução da máquina, neste contexto, intenta romper com as restrições colocadas pela constituição orgânica dos seres humanos, uma vez que, ainda que a máquina-ferramenta seja movida por força humana, sua capacidade de operar diversos instrumentos simultaneamente ultrapassa em muito a capacidade do operário (LUKÁCS, 2013, p.331). Há aqui, portanto, um processo de organização do trabalho ainda mais

“desantropomorfizado” (LUKÁCS, 2013, p.331). Em si, este processo, segundo a concepção lukácsiana, não coincide com o problema do estranhamento. Enquanto a desantropomorfização constitui um tipo de reflexo da realidade que busca se aproximar o máximo possível de um conhecimento do ser-em-si do real, o estranhamento é uma forma de aviltamento dos indivíduos inevitável em determinados tipos de sociedade – portanto, não *a priori*, como uma condição humana (LUKÁCS, 2013, p.332).

A introdução das máquinas implica em um processo ainda mais acentuado de sociabilização. Cada vez mais a atividade do indivíduo no trabalho resume-se “vigiar a máquina e corrigir com a mão seus erros” (MARX, 2004, p.430-431). A posição teleológica decisiva, já deslocada na manufatura àquelas forças que dirigem a produção, complexifica-se ainda mais, e o conjunto de práxis voltadas a influenciar a práxis de outros indivíduos aumenta em número e importância frente as atividades que realizam imediatamente a troca orgânica com a natureza (LUKÁCS, 2013, p.333).

Obviamente, do ponto de vista lukácsiano, essa acentuação na intensidade do afastamento das barreiras naturais e no incremento do processo de socialização, não constitui fenômeno isolado. Ele desenvolve-se articulado aos demais complexos do ser social. Na impossibilidade de mesmo se aproximar de todo este desenvolvimento complexo, Lukács concentra-se em alguns aspectos que considera fundamentais para ilustrar sua concepção de desenvolvimento do ser social.

Em primeiro lugar, destaca nosso autor, as mudanças nas relações de propriedade que desenvolvem-se desde os momentos embrionários do capitalismo. Enquanto nos movimentos iniciais do processo de socialização a propriedade de um indivíduo encontrava-se ligada, em certa medida, “naturalmente” a sua pessoa, a partir do Renascimento a escrituração em livros contábeis faz com que o patrimônio do indivíduo singular, sem deixar de ser sua propriedade, assumia uma figura autônoma, independente dele, social. Lukács recorre aqui aos escritos de Max Weber, para afirmar que neste contexto nasce o negócio, a sociedade comercial, que possui um patrimônio próprio distinto do patrimônio privado dos sócios (WEBER apud LUKÁCS, 2013, p.333; WEBER, 1961, p.173).

Por outro lado, e ainda mais importante, Lukács destaca como a troca ganha uma dimensão qualitativamente nova e mais social no capitalismo. De sua parte, considera que tal atividade, desde seus primórdios pré-capitalistas, já representa um passo adiante na socialização, com relação a

satisfação direta mediante o trabalho criador de valor de uso. O desenvolvimento da troca leva ainda aos desdobramentos da mercadoria que desempenha o papel de equivalente geral; também aqui verifica-se o afastamento das barreiras naturais, uma vez que o histórico dessa mediação da troca entre os indivíduos vai do gado ao papel-moeda (LUKÁCS, 2013, p.334). Com a emersão do capitalismo, entretanto, a universalização da forma mercadoria dá nova dimensão a esta sociabilização. Isto porque aí, ainda que o trabalho socialmente necessário seja o determinante em última instância do processo de troca, o movimento do capital é tal que o preço de custo acrescido da taxa média de lucro constitui “o centro realmente operante da troca de mercadorias”. Daí que os diversos atos singulares de troca são determinados pelo desenvolvimento complexo de toda economia, pelo ser-precisamente-assim que o nível de desenvolvimento global da economia atingiu naquele momento. Com isto, ganha-se ainda mais concretude a ideia avançada do imbricamento cada vez mais intenso entre gênero humano e exemplar singular atingido com a emersão do mercado capitalista mundial (LUKÁCS, 2013, p.334).

Ademais, Lukács destaca ainda como a grande produção capitalista mecanizada, nos tempos de Marx, voltava-se sobretudo para produção de meios de produção e de bens de consumo de matérias-primas específicas – como tecidos, açúcar, grãos, etc. –, enquanto as produções posteriores a essas fases, assim como o setor de serviços, estavam ligadas ainda ao artesanato ou às pequenas empresas. A partir de fins do século XIX, entretanto, o grande capital adentrou todos estes ramos, abastecendo uma massa de consumidores com produtos como artigos de vestuário, calçados, alimentos, etc.; por outro lado, novos aparelhos produzidos pelo grande capital passaram a compor o cotidiano dos indivíduos: lavadoras, geladeiras, rádios, televisores, automóveis, etc.; por fim, mesmo os setores de serviços foram alvos dessa expansão do grande capital: há um crescimento das redes hoteleiras e dos serviços turísticos, das grandes editoras, jornais, comércio de arte, etc. (LUKÁCS, 2013, p.336).

Um elemento fundamental nestes desdobramentos é a passagem a uma preponderância cada vez maior da mais-valor relativa frente à absoluta. Na manufatura e no primeiro período da grande indústria eram os métodos característicos desta última forma de extração do excedente que predominavam – como aumento da jornada de trabalho ou os baixos salários. A resistência sindical dos trabalhadores colocou certos limites a um domínio total da mais-valia absoluta e, em certos casos, impulsionou o capital no sentido da relativa. No entanto, é o processo de expansão do grande

capital para os diversos âmbitos do consumo o momento decisivo que, segundo Lukács, traz a questão do incremento da demanda dos trabalhadores. Com isto, o mais-valor relativo passa ao prosicênio na produção, uma vez que ele permite a elevação da extração do mais-valor concomitante ao aumento dos salários e a diminuição do tempo de trabalho (LUKÁCS, 2013, p.336-337).

É através destas mudanças qualitativas no processo de reprodução do capital que nosso autor procura aproximar-se de uma breve explicação das intervenções estatais na economia capitalista. De seu ponto de vista, o movimento complexo do capital resulta das diversas posições teleológicas dos capitalistas singulares, que desenvolvem-se em tendências objetivas independentes de seu ponto de partida; por isso, “a unidade desse processo total chega [...] a um ser-em-si, ao qual, todavia, não é inerente, num primeiro momento, nenhuma possibilidade de desenvolver a partir de si mesmo um ser-para-si e a consciência dele”. Como Marx colocou, são as crises que exprimem a unidade dos momentos da produção capitalista que tornaram-se independentes. Com a expansão do grande capital para os diversos ramos do consumo e o predomínio do mais-valor relativo, o “interesse do capital total se expressa de modo mais direto do que fazia anteriormente” e por isso pode colocar-se mais facilmente, mesmo em oposição aos movimentos dos capitalistas singulares (LUKÁCS, 2013, p.339). Diz Lukács:

o fato de que hoje se está em condições de observar, na pesquisa da conjuntura, determinados sintomas iniciais de crise e tomar contra-medidas econômicas aponta claramente para essa nova situação. O grande efeito provocado por Roosevelt e Kennedy tem a ver não por último com o fato de almejarem instintivamente afirmar os interesses globais do capital contra os interesses específicos de grupos isolados, que, dependendo das circunstâncias, até podiam estar interessados na irrupção de uma crise. Naturalmente, os conhecimentos que se pode adquirir aqui são relativos e restritos, e sua aplicabilidade prática é ainda mais problemática. Porém, é indispensável para a avaliação do estado atual do desenvolvimento capitalista ter em vista também esse fenômeno novo que está surgindo (LUKÁCS, 2013, p.339).

Os conhecimentos econômicos obtidos nessas circunstâncias não voltam-se, de acordo com o filósofo húngaro, ao ser-em-si dos processos sócio-econômicos em sua totalidade, mas instrumentalizam-se a partir dos interesses do capital complexo em cada situação concreta (LUKÁCS, 2013, p.339).

Neste quesito, por outro lado, os avanços nas reflexões de uma contrapartida de uma economia socialista planejada não teriam se saído melhor. Para Lukács, um conhecimento adequado neste sentido dependeria da retomada dos conhecimentos obtidos por Marx acerca da

reprodução da economia tornada social, que deveriam ser, se necessário, atualizados, complementados, corrigidos, e contrapostos as mudanças necessárias demandadas por uma sociedade socialista (LUKÁCS, 2013, p.339-340).

As vicissitudes pelas quais passou o “socialismo realmente existente”, desencaminharam os desenvolvimentos teóricos neste sentido. O período da NEP teve de se ater às “exigências do dia” sem maiores aprofundamentos teóricos, uma vez que a nascente União Soviética encontrava-se sobre a pressão das devastações da I Guerra Mundial e da guerra civil. A economia planificada que se ergueu após estes acontecimentos foi resultado, segundo Lukács, dos problemas emergenciais que então se colocavam – como a preparação da defesa da União soviética frente a ameaça nazista –, prescindindo também de uma fundamentação teórica marxista (LUKÁCS, 2013, p.340). Ademais, neste contexto, emergiu um “voluntarismo e subjetivismo burocráticos, num praticismo dogmático que insistiu em cristalizar em dogmas os variados conteúdos do momento” (LUKÁCS, 2013, p.340). É este o caso, segundo Lukács, das considerações de Stalin acerca da validade da lei do valor para o socialismo. Em *Problemas Econômicos do socialismo na U.R.S.S.* o dirigente soviético, afastando-se de Marx, mas manipulando suas considerações teóricas para justificar as intervenções da burocracia soviética, estabelece uma conexão imediata entre a lei do valor e a circulação de mercadorias, afirmando que na U.R.S.S. a aplicação da primeira destinava-se apenas aos bens de consumo, enquanto a produção dos meios de produção seria planificada de maneira independente de tal legalidade por não serem eles mercadorias (LUKÁCS, 2013, p.340). As críticas de Lukács, no entanto, não são desenvolvidas. Conscientemente, elas permanecem confinadas a demandas metodológicas muito gerais que procuram indicar um caminho ainda a ser trilhado. Neste sentido, reforça nosso autor:

hoje naturalmente esse trabalho de Stalin é criticado de muitas formas ou até declarado como ultrapassado, mas o processo de reprodução da economia como um todo, posto no centro por Marx, por enquanto não desempenha nenhum papel nas discussões sobre as propostas de reforma. O que se pretende é melhorar as formas de organização do assim chamado mecanismo, mas por enquanto não se fala em lugar nenhum de um retorno fundado em princípios à teoria marxiana da reprodução. Desse modo, porém, falta na realidade a contraparte teórica real ao desenvolvimento atual do capitalismo. Como essas análises não têm a pretensão de elaborar conhecimentos concretos na teoria econômica ou até desenvolver perspectivas de futuro a partir do estado atual, elas devem ficar restritas ao que foi dito até esse ponto. A última breve digressão serviu apenas para impedir que se tirassem conclusões teóricas precipitadas da comparação entre o capitalismo e o socialismo da atualidade. Uma economia socialista planejada que corresponda à

concepção marxiana, na qual o processo econômico global pudesse chegar ao seu ser-para-si objetivo através do pôr teoricamente fundamentado do plano, ainda é questão para o futuro (LUKÁCS, 2013, p.341).

A despeito desse impasse, o caminho percorrido em referência a reprodução da totalidade social, permite a Lukács retornar, em consonância com tudo que viemos tratando até aqui, a um tema caro ao marxismo: desde o ponto de vista de sua ontologia, o processo de ascensão a formas cada vez mais puras de socialidade tem como momento decisivo a “reação ao crescimento das forças econômicas” (LUKÁCS, 2013, p.344).

Neste sentido, como vimos, as formações apoiadas nas relações de produção do modo de produção asiático não inserem-se em um movimento adiante como o fazem aquelas da Antiguidade e do Feudalismo. Nestas últimas, verifica-se um espaço de desenvolvimento de suas potencialidades imanentes até que este mesmo desenvolvimento impulsione efeitos desagregadores de sua própria base. Ainda que as limitações sejam distintas nas duas formações, elas possuem em comum o fato de que suas condições reprodutivas são ainda “naturais”, uma vez que têm “pressupostos dados ‘de fora’, encontrados ‘prontos’; por isso mesmo, o seu processo de reprodução não tem como reproduzir seus próprios pressupostos, devendo, antes, destruí-los” (LUKÁCS, 2013, p.345). Bem entendido, as aspas indicam o cuidado em delinear que também aqui é a práxis do ser social e sua articulação no processo reprodutivo que determinam o lugar ocupado pelos indivíduos na sociedade. No interior desta reprodução, em consonância com o que viemos tratando até aqui, o momento econômico representa o papel de determinante em última instância, o que não deve obliterar que a totalidade coloca, do ponto de vista lukácsiano, alternativas concretas aos indivíduos e que estas resultam na “riqueza histórica inesgotável de cada período” (LUKÁCS, 2013, p.346). Não obstante, o “natural” indicado por nosso autor

reside em que uma formação que em si é de cunho social, em decorrência do hábito, da tradição etc., adquire para os homens, não só para os homens singulares, mas também para as suas massas, temporariamente até para toda a sociedade, o caráter de uma necessidade tão irrevogável quanto é a vida orgânica para o próprio homem singular. Assim como cada homem tem de aceitar a época do seu nascimento, seu sexo, sua estatura etc. como dados de uma vez para sempre, assim ele se posiciona também perante as formas de sociedade como casta, estamento etc. e encara o pertencimento a elas advindo de seu nascimento como algo tão naturalmente imutável como o seu próprio ser advindo do nascimento. Isso naturalmente indica, antes de tudo, uma falsa consciência; porém, na sua rígida estabilização – muitas vezes necessária em termos sociais –, na sua universalidade duradoura condicionada do mesmo modo, ela traz consequências reais de amplo

alcance, ao reforçar, a partir dos homens envolvidos, a base da estabilidade “natural” de determinadas formas de vida que nascem da divisão social do trabalho (LUKÁCS, 2013, p.347).

O capitalismo, em contrapartida, emerge como a primeira formação “puramente social”. Isto porque seu processo de reprodução recoloca seus próprios pressupostos – um movimento que ocorre predominantemente no âmbito econômico. As duas classes fundamentais aqui, por exemplo, resultam do próprio movimento da economia, prescindindo – relativamente, como mencionamos anteriormente –, de momentos extraeconômicos como a violência. Referindo-se a reprodução simples do capital, Marx descreve da seguinte maneira tal processo:

Mas o que no início é apenas ponto de partida torna-se, em virtude da mera continuidade do processo, a reprodução simples, o resultado peculiar constantemente renovado e perpetuado, da produção capitalista. Por um lado, o processo de produção transforma continuamente a riqueza material em capital, em meio de expandir valor e em objetos de fruição do capitalista. Por outro lado, o trabalhador sai sempre do processo como nele entrou, fonte pessoal da riqueza, mas desprovido de todos os meios para realiza-la em seu proveito. Uma vez que, antes de entrar no processo, aliena seu próprio trabalho, que se torna propriedade do capitalista e se incorpora ao capital, seu trabalho durante o processo se materializa sempre em produtos alheios. Sendo o processo de produção, ao mesmo tempo, processo de consumo da força de trabalho pelo capitalista, o produto do trabalhador transforma-se continuamente não só em mercadoria, mas em capital, em valor que suga a força criadora de valor, em meios de subsistência que compram pessoas, em meios de produção que utilizam produtores. O próprio trabalho produz, por isso, constantemente, riqueza objetiva, mas, sob a forma de capital, uma força que lhe é estranha o domina e explora, e o capitalista produz também constantemente a força de trabalho, mas sob a forma de uma fonte subjetiva de valor, separada dos objetos sem os quais não se pode realizar, abstrata, existente apenas na individualidade do trabalhador, em suma, o capitalista produz o trabalhador em forma de trabalhador assalariado (MARX, 2004, p.665-666)

Para o desenvolvimento do ser social trata-se de uma mudança fundamental que coloca questões importantes ao sujeito da práxis e, por este intermédio, ao desenvolvimento de uma generidade para-si. Como mencionamos anteriormente, do ponto de vista da ontologia lukácsiana, a relação entre o ser biológico-natural de um indivíduo e o local ocupado por ele na sociedade é uma relação de casualidade – ainda que exista aqui uma interação de elementos heterogêneos (LUKÁCS, 2013, p.347). Todavia, o que ocorre nas sociedades pré-capitalistas é um mascaramento de tal casualidade, de maneira que o pertencer de um indivíduo a uma classe – uma determinação

puramente social – aparece como uma continuidade retilínea de seu ser natural (LUKÁCS, 2013, p.349).

Em contraste, no capitalismo essa aparência é dissolvida e ao indivíduo torna-se mais claro a casualidade da relação entre sua constituição biológica e o lugar por ele ocupado na sociedade (LUKÁCS, 2013, p.349). O reconhecimento desse dualismo dá nova dimensão para outro ainda que se coloca ao sujeito da práxis: aquele que diz respeito a relação particularidade/genericidade. Sem os constrangimentos da aparência de continuidade retilínea entre ser biológico e ser social, a questão de encontrar e realizar a própria individualidade se coloca de maneira mais clara ao sujeito e com ela, também o reconhecimento da efetividade da escolha das alternativas, tanto na formação do próprio sujeito quanto na da totalidade social (LUKÁCS, 2013, p.350). O que não implica um sentido de liberdade de um indivíduo apoiado sobre si mesmo, uma vez que no capitalismo, mesmo que a casualidade entre ser biológico e ser social seja iluminada, o ser social singular e o gênero permanecem confinados a uma força objetiva a eles estranha: o processo reprodutivo do próprio capital (LUKÁCS, 2013, p.350).

Assim, por outro lado, não obstante o desenvolvimento da individualidade, ainda aqui a relação particularidade/genericidade apresenta-se como antinômica. E, frente a tais determinações, são necessários órgãos sociais – como o costume, a tradição, a moral, o direito – que imponham aos indivíduos os preceitos sociais (LUKÁCS, 2013, p.350). Em contraste, é apenas na ética

que essa dualidade posta desse modo socialmente necessário é anulada: nela, a superação da particularidade do homem singular adquire uma tendência unitária, a saber, a incidência da exigência ética no centro da individualidade do homem atuante, sua escolha entre os preceitos que, na sociedade, forçosamente vão se tornando antagônico-antinômicos; uma decisão eletiva ditada pelo preceito interior de reconhecer como seu dever o que está em conformidade com a sua própria personalidade amarra o fio que liga o gênero humano ao indivíduo que está superando a própria particularidade (LUKÁCS, 2013, p.351).

É esta relação a ser expressa no elevar à consciência e práxis do indivíduo o seu pertencer ao gênero humano que poderá sustentar o ser-para-si em ambos polos da reprodução do ser social (LUKÁCS, 2013, p.351). Ela deve se apoiar, por sua vez, na possibilidade objetiva colocada pelo desenvolvimento econômico. Para nosso autor, não se trata, portanto, de um mero momento subjetivo. Todavia, ainda que a tendência econômica e social neste sentido apresente-se aos indivíduos ela depende da práxis efetiva destes, de suas decisões alternativas, de sua vontade de

levá-la adiante; não representa, assim, nem um movimento teleológico nem um acontecimento fatal (LUKÁCS, 2013, p.353-354). Diz nosso autor:

essa perspectiva só pode ser fim posto para pores teleológicos de homens singulares ou grupos humanos, sendo que as cadeias causais neles desencadeadas podem se transformar em fatores objetivos de sua realização. Essa perspectiva foi assinalada por Marx no comunismo como segundo estágio do socialismo. Por isso, um exame ontológico como o nosso só pode compreender esses pores como perspectiva, ainda que concreta, na medida em que só uma estrutura social desse tipo possibilitará o surgimento real, nos dois pólos do ser social, do gênero humano como gênero não mais mudo (LUKÁCS, 2013, p.354).

Retomando o caminho por nós tomado, vimos como o trabalho carrega em si um impulso imanente para seu desenvolvimento concomitantemente a um processo de generalização para todo o ser social. O desenrolar paulatino da divisão do trabalho catalisa ainda mais esse movimento. No centro desses desdobramentos coloca-se o valor econômico. Como vimos nesta seção, ele desempenha um papel decisivo na desestabilização das diversas formações sociais, contribuindo – junto a luta de classes – para tensionar as bases das sociedades pré-capitalistas até que, finalmente, com a universalização da forma mercadoria na sociedade “puramente social” capitalista, o desenvolvimento imanente da economia coloca e reproduz os próprios pressupostos.

Todavia, a complexidade da análise lukácsiana não admite uma causalidade única, linear, do desenvolvimento do ser social. Enquanto um complexo de complexos, ele tem na totalidade uma outra dimensão do momento predominante, que pode desvelar, *post festum* e aproximadamente, a direção tomada pelos indivíduos em uma determinada época histórica. Trata-se de um movimento desigual e contraditório onde, na opinião de nosso autor, os complexos parciais não encontram-se nivelados: para além da determinação fundante do trabalho, a luta de classes e, em menor medida, o complexo bélico são os que mais influenciam nos desdobramentos do ser social. Se considerarmos, ainda, as margens de manobras das alternativas concretas colocadas aos indivíduos na reprodução bipolar do ser social, a riqueza histórica e a contraditoriedade do seu desenvolvimento tornam-se ainda mais evidentes.

Não obstante, como vimos, Lukács advoga que, ainda assim, uma direção evolutiva poderia ser vislumbrada no longo percurso da humanidade: a crescente socialização do ser social, seu afastamento paulatino da natureza e de seu estado originário. Ao tratar da reprodução enquanto totalidade, vimos como esse movimento aponta para as diversas formações sociais que levaram a

emersão do mercado mundial capitalista. Este desenvolvimento tem, em consonância com o exposto acima, implicações subjetivas para o reconhecimento da própria individualidade, uma vez que aí a casualidade entre a constituição biológica do indivíduo e a posição ocupada por este na sociedade, vem a luz. Por outro lado, o mercado mundial fornece as bases para a conexão do gênero humano, para seu desenvolvimento em-si. Na relação entre essas duas dimensões, indivíduo e gênero, verifica-se ainda um antagonismo tal que os complexos responsáveis por remeter a práxis do indivíduo ao gênero – como a moral, o costume, o direito, etc. – inserem-se ainda no interior da dualidade particularidade/gênero.

Somente a ética seria capaz de superar este estado de coisas, uma vez que, através dela, sem obliterar sua própria individualidade o singular reconheceria as demandas da própria genericidade. A base objetiva para que esta relação se generalizasse, como vimos, seria o comunismo.

Antes de passarmos as considerações finais, gostaríamos de indicar algumas questões.

Em primeiro lugar, o percurso delineado por Lukács apoia-se, como vimos ao longo desses três capítulos, em uma perspectiva que advoga um radical enraizamento histórico para o entendimento da realidade social. Ainda que seja possível identificar um padrão de reprodução nas diversas formações sociais, a práxis humana concreta, a casualidade e a contraditoriedade do desenvolvimento do ser social devem ser entendidas também em sua singularidade, de maneira que não fetichizemos qualquer legalidade que possa ser encontrada nas distintas sociedades. Por isso, a análise lukácsiana deve ser tomada com cautela, sem esquecer que a pesquisa histórica deve sempre fornecer os materiais que alimentem a interpretação da realidade social.

Aqui nos deparamos com o que pode se revelar como um limite a investigação do filósofo húngaro. Como vimos, este apoia-se primordialmente nas considerações de Marx, Engels e também Weber para tratar das sociedades pré-capitalistas. Eric Hobsbawm, já em 1964, alertava sobre as debilidades dos conhecimentos históricos dos pais do materialismo histórico e dialético – sobretudo pelas limitações do conjunto das pesquisas de sua própria época – e constatava que nenhum dos dois havia ficado satisfeito com suas elaborações acerca das sociedades pré-capitalistas (Cf. HOBBSAWM, 1981, p.22). Posteriormente, Ellen Meiksin Wood, colocando-se ainda dentro de uma posição marxista, foi além e considerou que Marx estava “seriamente equivocado em suas

observações históricas” (WOOD, 2008, p.79)¹⁰. Cotejando o material histórico mais recente e as elaborações de Marx nos *Grundrisse*, a americana chega a conclusão de que existiam ainda elementos do modelo de “comercialização” de Adam Smith na explicação marxiana, a despeito de *insights* do pensador alemão apontarem já para outra direção na explicação da mudança na história – como a idéia de que o progresso histórico tem sido a separação progressiva do trabalho livre das condições objetivas de sua realização (WOOD, 2008, p.80). Trata-se de uma hipótese que deve ser investigada com mais vagar, mas que, se demonstrada, poderia ter suas conclusões estendidas, em certa medida, a Lukács. Isto porque, como vimos ao longo deste capítulo, o entendimento que o filósofo húngaro faz do valor econômico, muito próximo do valor de troca, poderia dar margem a uma interpretação de que o movimento primordial do desenvolvimento do ser social é aquele associado a expansão da troca de mercadorias, o que, em certa medida, oblitera a reprodução específica de cada formação social. Todavia, no próprio Lukács encontramos as indicações para uma abordagem distinta do problema. As duas dimensões do momento predominante que vimos acima, o trabalho/economia e a totalidade social, indicam que não se deve perder de vista a constituição do ser social como um complexo de complexos, sendo que cada uma das esferas parciais da atividade humana possui sua efetividade e autolegalidade, ainda que o impacto delas não seja sempre o mesmo.

O outro problema que gostaríamos de apontar aqui liga-se também à questão do valor econômico. Por mais de uma vez, mencionamos como Lukács extrapola a interpretação da lei do valor marxiana. Ao negligenciar a importância da categoria do *tempo disponível* e da organização qualitativa da produção social pelos próprios sujeitos do trabalho, nosso autor compromete, a nosso ver, sua perspectiva de emancipação humana. A continuidade, advogada por Lukács, da lei do valor para o socialismo e o comunismo traz consigo o elemento compulsório do processo produtivo e perde de vista o salto qualitativo que estas formações poderão realizar se comparadas ao capitalismo. A abordagem ontológica lukácsiana deixa claro a necessidade incontornável do intercâmbio orgânico com a natureza e a concomitante organização do trabalho. Todavia, ao obliterar o aspecto do *tempo disponível* e a compatibilização das necessidades qualitativas dos indivíduos e o trabalho a ser realizado pela sociedade como um todo, desarma-se o filósofo húngaro

¹⁰ A autora americana aponta, por exemplo, como descobertas arqueológicas do fim do século XIX e início do XX colocaram em questão algumas teorias sobre as origens e o desenvolvimento da propriedade, classe e Estado que associamos usualmente com Marx e Engels (WOOD, 2008, p.80).

contra o enfrentamento do problema da divisão do trabalho, da burocratização, etc. comprometendo sua *Ética* e sua perspectiva de emancipação humana¹¹. Desse modo, permanece nosso autor confinado a uma perspectiva abstrata do desenvolvimento do ser social onde, segundo Mészáros,

é bastante problemática a ausência de mediação em dois aspectos fundamentais. Primeiro, porque não mostra as articulações que conduzem (ou poderiam conduzir) os indivíduos que se encontram no mais baixo nível de socialidade (em sociedades de classe antagonicamente divididas) para a mais elevada, na qual a consciência plena dos indivíduos de seu “pertencimento à espécie” é dito ser o princípio operativo. E, segundo, porque não indica a forma historicamente específica dos intercâmbios mediadores pelos quais os indivíduos podem de fato viver o seu “pertencimento à espécie”, não importa quão elevado o nível de socialidade, conforme o grau dado de desenvolvimento da sociedade¹² (MÉSZÁROS, 2002, p.872).

Frente a tal impasse, a perspectiva de Lukács é, segundo Mészáros, um apelo direto a consciência que ao mesmo tempo em que “blinda” o caráter compulsório do econômico, requiere dos indivíduos o reconhecimento de seu pertencimento a espécie. Por mais que o autor da *Ontologia* afirme o imperativo de se identificar, de maneira mediada, as raízes materiais da moral, do direito, da ética, etc. a unidade não antagonica entre indivíduo e gênero, da maneira postulada por Lukács, é de fato problemática. Como coloca Mészáros:

diferentemente de Marx, que fala em alocar o tempo disponível total da sociedade com base em decisões comunais conscientes, Lukács interpreta a “economia de tempo” como uma lei social genérica que confronta e subjuga diretamente os indivíduos que “devem se adaptar a essa lei ou perecer”. Contudo, dada a premissa do socialismo avançado postulada por Marx no contexto dessas reflexões, o perigo de perecer já não pode orientar, por sua esmagadora negatividade a atividade de vida dos “ricos indivíduos sociais”. Assim, no discurso de Lukács, não há como superar a oposição dualista entre “lei social” (que, para ele, se afirma atemporalmente até mesmo na produção e consumo comunais) e a “posição teleológica individual”. Na ausência de formas historicamente específicas de

¹¹ De maneira sucinta e objetiva, Ricardo Antunes, indica-nos que uma vida plena de sentido dentro e fora do trabalho necessita de uma ruptura com o capital e sua divisão hierárquica do trabalho e a instauração de uma socialidade que organize o labor em torno da categoria de *tempo disponível* (ANTUNES, 1999, p.173-178).

¹² Já em fins da década 1960 e início da década de 1970, Mészáros criticava a insuficiência da abordagem abstrata e “otimista” do velho Lukács, pautada em um “puro desenvolvimento objetivo do trabalho” (MÉSZÁROS, 1972). Fazia-o, todavia, de maneira cautelosa, uma vez que o acesso a concepção ontológica de Lukács era possível apenas pela entrevista concedida pelo filósofo húngaro à Hans Heinz Holz, Wolfgang Abendroth e Leo Kofler (LUKÁCS, 1969). Posteriormente, o autor de *Para além do capital* investigaria as mudanças socioeconômicas pós-1970 e refinaria suas críticas diretamente a partir dos escritos ontológicos lukácsianos publicados postumamente.

mediação material, a superação só pode ser tentada mediante a intervenção emancipatória do “lado subjetivo”, através de alguma forma de apelo direto à consciência. Todas as recomendações para a possibilidade de intervenção no “lado objetivo” assumem a forma de postulados metodológicos e, assim, permanecem essencialmente na esfera do “fator subjetivo” (MÉSZÁROS, 2002 p.873).

Com tais considerações críticas que, a partir de Mézáros, indicam o limite da abordagem lukácsiana finalizamos, no âmbito dessa dissertação, nosso percurso exploratório dos aspectos ontológicos gerais, do trabalho e da reprodução na *Ontologia*. Passemos agora as nossas considerações finais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Selecionar e articular as categorias que, a nosso ver, são decisivas para a compreensão da perspectiva lukácsiana de desenvolvimento do ser social implica, como mencionamos na introdução deste trabalho, distanciar-se em certa medida do movimento essencial de afastamento das barreiras naturais ou socialização do ser social. Isto porque Lukács esforça-se em apresentar-nos uma concepção e abordagem dos fundamentos do ser social que não devem perder de vista a concepção ontológica, radicalmente imanente, histórica e unitária do ser.

Por isso, antes de abordarmos a questão central da análise da teleologia a partir do trabalho, foi preciso perpassarmos o conjunto de categorias que determinam os aspectos mais gerais do ser. Em primeiro lugar, a defesa do ponto de partida da objetividade, da pertinência do entendimento de uma causalidade existente fora do sujeito e sobre a qual este deve necessariamente atuar, sob pena de perecimento. A prioridade da objetividade coloca-se, assim, como uma determinação incontornável que, ademais, no plano teórico, demonstra sua importância por permanecer como obstáculo a desvios logicistas e gnosiológicos, como vimos no caso da crítica marxiana a Hegel.

Ao lado do ponto de partida da objetividade, mencionamos a questão da totalidade e da historicidade. O ser constitui-se como um complexo de complexos e possui uma historicidade que revela-se, de maneira distinta, em suas diversas esferas. Assim, levando-se em conta a categoria da causalidade, entendida, todavia, em sua conexão com as categorias modais da necessidade, casualidade e possibilidade, o ser inorgânico apresenta-se como uma esfera que não possui gênese, mas possui uma história tal que em determinado momento, pelas mais variadas interações entre os diversos complexos deu origem a vida.

Com a esfera orgânica inaugura-se o processo reprodutivo, onde as determinações biológicas figuram como predominantes, existindo pouca margem de mobilidade para os seres deste âmbito ontológico. Na concepção ontológica radicalmente unitária, os processos reprodutivos do ser orgânico realizam-se mediados pelo mundo inorgânico. Não obstante o surgimento de uma nova esfera do ser, portanto, a legalidade do mundo inorgânico continua presente, ainda que submetida aos processos biológicos da reprodução.

Do complexo desenvolvimento imanente do ser orgânico – concomitantemente causal e casual – emerge o ser social. Este traz consigo as demandas das duas esferas anteriores: a

necessidade da reprodução biológica que realiza-se pela mediação de processos inorgânicos. Todavia, como vimos, o processo reprodutivo é levado a cabo de maneira distinta da esfera orgânica. E é o trabalho a categoria que Lukács aponta como fundamental para identificar tais diferenças. Isto porque ele é o responsável pelo intercâmbio entre natureza e humanidade. Não obstante o ser social emergir como um complexo de complexos e a atuação efetiva das demais esferas de atividade do ser social ser de suma importância para o processo reprodutivo, a prioridade do trabalho é afirmada por Lukács justamente por esse papel de mediação, sendo também uma categoria privilegiada para a análise da práxis. Nela, o salto qualitativo diante da esfera orgânica revela-se pela articulação, até então inédita, entre teleologia e causalidade.

Por um lado, para a reflexão acerca do desenvolvimento do ser social, vale destacar que é apenas nos atos singulares dos sujeitos que Lukács localiza a teleologia, rechaçando, portanto, qualquer perspectiva que extrapole tais limites. Por outro lado, a articulação entre esses dois momentos desdobra-se em outras tantas categorias que revelam a complexidade do ato laborativo e contribuem para uma concepção refinada da práxis. Referimo-nos aqui ao reflexo, a valoração, ao dever-ser, a objetivação, a alienação, etc. Elas inserem-se na abordagem de Marx que Lukács designou como *tertium datur*: isto é, uma concepção da práxis humana que procura equilibrar-se em um caminho estreito que nem oblitera o papel da consciência na realidade nem o hipertrofia. Encontramos novamente aqui a necessidade de compreensão do caráter primário da objetividade, que revela-se como um imperativo que o pôr teleológico deve compreender e utilizar para a satisfação das próprias necessidades. Alternativas, possibilidade e liberdade reaparecem aqui, complexificando-se e distanciando-se cada vez mais das restrições naturais, ainda que sem nunca romper absolutamente com elas. No próprio complexo de complexos que constitui o trabalho, portanto, já encontramos o impulso para o afastamento das barreiras naturais.

Todavia, a questão, obviamente, não encerra-se aí. O imperativo do intercâmbio orgânico com a natureza requer que os indivíduos desenvolvam o processo de valoração que, por sua vez, articula-se ao dever-ser, ao controle humano das próprias ações. Em princípio, os valores indicam a qualidade para a satisfação ou não, pelo trabalho, de uma determinada necessidade. Trata-se aqui da esfera de valorações que o marxismo chama de valor de uso. O afastamento das barreiras naturais leva a um tipo de valoração que se distancia do mencionado acima, articulando-se a ele e o abstraindo crescentemente. Lukács chama-o de valor econômico. Ele figura como a categoria

responsável pelo governo do tempo no âmbito da economia. A abordagem do filósofo húngaro a tal questão parece-nos, ainda, um tanto confusa. Entretanto, até onde conseguimos avançar em nossa investigação, nosso autor, concebe-a de maneira muito próxima ao problema do valor de troca e de uma interpretação da teoria do valor marxiana que generaliza sua aplicação para as diversas formações sociais.

Se no trabalho, mesmo considerado de maneira abstrata, já encontra-se o impulso para o afastamento das barreiras naturais, é apenas no processo reprodutivo que podemos apreender mais concretamente esta socialização do ser social. O valor econômico reaparece aqui como um dos elementos fundamentais deste processo. Inicialmente, considera nosso autor que a produção volta-se ao valor de uso e está mais preocupada com a criação do produto para a satisfação da necessidade do que com o tempo da atividade. Com o desenvolvimento da atividade laborativa, tem lugar a emersão do produto excedente que provoca alterações na socialidade, em especial, o surgimento das classes e do comércio. É sobretudo na expansão deste último, primeiro nas fronteiras entre as comunidades e depois também em seu interior, que Lukács localiza um impulso fundamental para o processo de socialização do ser social.

Mais uma vez, trata-se de uma questão que tem o valor econômico como categoria central. O surgimento do trabalho excedente e a divisão entre classes, trouxe consigo a violência extraeconômica como atividade necessária para a garantia da extração do excedente pela classe dominante. Com a consolidação de tais relações de força, a socialidade humana cristalizou-se de maneira que aos indivíduos, em diversas formações pré-capitalistas, apresentou-se a aparência de uma continuidade retilínea entre seu ser biológico e o lugar ocupado na sociedade – como ocorreu nas castas, ordens, etc. Todavia, junto a essas formações, o valor econômico, a troca, expandiu-se e, segundo Lukács, desagregou diversas sociedades. Isto porque a presença e desenvolvimento das relações mercantis entrava em contradição com os pressupostos “naturais” das formações pré-capitalistas. Apenas com a universalização da forma mercadoria e da concomitante transformação da força de trabalho em mercadoria é que o processo de reprodução do capital resulta na colocação de seus próprios pressupostos – em linhas gerais, trabalhador separado dos meios de produção de um lado e, de outro, o burguês enquanto personificação do capital.

A emersão e consolidação do capitalismo contribuiu para o desenvolvimento da individualidade. Com a socialidade mediada pelo mercado e pela universalização das mercadorias,

a violência extraeconômica não desaparece, mas deixa de ser a garantia predominante da extração do excedente econômico, realizada agora através da criação de mais-valor. Com isso, o valor econômico assume o cerne da reprodução social, caindo por terra as restrições “naturais” e a aparência de uma continuidade retilínea entre nascimento e lugar ocupado no interior da sociedade. Todavia, a individualidade típica da formação capitalista que por esta via se forma é ainda aquela estranhada que cria, agora, a aparência de uma cisão entre o indivíduo e a sociedade. Se a expansão do capital e do mercado logrou a unidade do gênero humano em todo o globo, este foi um desenvolvimento que ainda separa os indivíduos e avilta sua personalidade, a despeito do inédito desenvolvimento das capacidades humanas como um todo.

No interior desta cisão, são diversas as esferas de atividade humana que buscam mediar o antagonismo indivíduo/sociedade: a moral, o direito, os costumes, etc. Estas, mantêm, todavia o antagonismo entre os dois polos do ser social. Apenas a ética seria capaz de realizar a superação da dualidade particularidade/gênero que constrange os indivíduos. Isto porque as demandas do gênero seriam então reconhecidas/interiorizadas pelos indivíduos sem que com isso sua própria individualidade estivesse comprometida. A formação social que poderia sustentar tal perspectiva normativa seria o comunismo.

Em breves linhas gerais, seria esse o caminho que levaria da genericidade humana em-si ao seu para-si. Como procuramos indicar ao longo desta dissertação, algumas questões abrem-se aqui e indicam um percurso a ser percorrido futuramente.

Em primeiro lugar, a despeito das indicações lukácsianas parecerem fecundas, cabe ainda uma pesquisa histórica mais demorada que possa dialogar com a abstração realizada por nosso autor ao apreender o desenvolvimento do ser social. Trata-se, obviamente, de uma pesquisa a ser realizada por muitas mãos e que, a nosso ver, pode se utilizar do delineamento ontológico do ser social: a perspectiva da imanência, da historicidade e da totalidade; o *tertium datur* apoiado na práxis, nas alternativas, no processo de valoração; a reprodução social, levando-se em conta os dois momentos predominantes: trabalho e totalidade social; a autolegalidade e articulação dos diversos complexos parciais; as classes e a violência como elementos de forte peso na alteração da reprodução social; a continuidade concebida como momento da consciência humana; o cotidiano onde as diversas determinações sociais apresentam-se em sua imediaticidade aos indivíduos, demandando desses respostas rápidas, etc. O fundamental aqui, a nosso ver, é ater-se aos dois

momentos predominantes ressaltados por Lukács – a economia e a totalidade social – para compreender o processo concreto de reprodução de uma determinada sociedade.

Por outro lado, a interpretação realizada por Lukács da lei do valor marxiana parece-nos ser, a um só tempo, fecunda e problemática. Ao tornar explícito a continuidade e a diferenciação entre os processos valorativos típicos do valor de uso e àqueles que Lukács designa como valor econômico, nosso autor, a nosso ver, realiza uma difícil operação que busca articular teleologia e causalidade, subjetividade e objetividade. Trata-se de um movimento importante para o marxismo uma vez que este, na contramão de sua concepção original, em alguns momentos assumiu posições mecanicistas, deterministas, economicistas etc. Se de fato Lukács enxerga uma objetividade no âmbito econômico, deixa claro, por outro lado, a presença dos atos teleológicos e, portanto, da consciência e da subjetividade nesta esfera, e o valor econômico desempenha aqui o papel primordial como impulso ao dever-ser e ao ato teleológico como um todo.

Não obstante, como tentamos argumentar nesta dissertação, a interpretação lukácsiana da lei do valor extrapola a existência desta para além do âmbito da produção de mercadorias. Em especial, destacamos sua extensão para uma futura sociedade comunista. Com isto, o filósofo húngaro oblitera a categoria de *tempo disponível* que deveria ser central a organização desta nova formação social. O caráter compulsório do trabalho socialmente necessário permaneceria, portanto, também no comunismo. Desta forma, a nosso ver, a generidade para-si, mediada pela ética, colocaria aos indivíduos emancipados a obrigação de se adequarem a esta lei econômica quantitativa, sob pena de perecimento. Ainda que o intercâmbio orgânico com a natureza seja, de fato, um elemento inescapável a reprodução humana – e a distribuição do tempo vital para a consecução desta tarefa – a organização social comunista deve ater-se a perspectiva qualitativa de *tempo disponível*, exaurindo, a partir de uma determinada organização e desenvolvimento das forças produtivas, o constrangimento dos indivíduos frente as tarefas econômicas. Ademais, ainda que esse não seja um movimento necessário – dada a abstração da questão –, a lacuna do *tempo disponível* pode nos desarmar diante dos processos de burocratização e de controle heterônomo do processo de reprodução social, uma vez que insiste no caráter compulsório do tempo de trabalho socialmente necessário. Portanto, a aborgagem lukácsiana, acaba, em certa medida, rebaixando a perspectiva de emancipação humana e de uma vida plena de sentido.

Se a abordagem ontológica lukácsiana parece-nos fecunda para enfrentar as questões candentes de nosso tempo, cabe a nós dar continuidade crítica a seus trabalhos, atentos sempre a função social que as diversas perspectivas teóricas desempenham em nosso contexto. De nossa parte, é a partir das questões colocadas acima e na introdução deste trabalho que pretendemos desenvolver nossas reflexões futuras.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2000.

CHASIN, José. **Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica**. São Paulo: Boitempo, 2009.

COSTA, Gilmaísa Macedo da. **Indivíduo e sociedade. Sobre a teoria da personalidade em Georg Lukács**. Maceió: EdUFAL, 2007.

COUTINHO, Carlos Nelson. Lukács, a ontologia e a política. In: ANTUNES, R. L. C.; REGO, W. D. L. (Org.). **Lukács. Um galileu no século XX**. São Paulo: Boitempo, 1996.

ENGELS, Friedrich. **Anti-Dühring**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

_____. **Dialética da Natureza**. Rio de Janeiro: Leitura, 1976.

_____. **Supplement by Frederick Engels**. Disponível em: <<http://www.marxists.org/archive/marx/works/1894-c3/supp.htm>> Acesso em: 20 de Setembro de 2013.

FORTES, Ronaldo Vielmi. **Trabalho e gênese do ser social na ontologia de Georg Lukács**. Belo Horizonte, 2001.

FREDERICO, Celso. **O Jovem marx. 1843-1844: As origens da ontologia do ser social**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

HOBBSAWM, Eric. Introdução. In: MARX, Karl. **Formações econômicas pré-capitalistas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. p.13-64

HOLANDA, Maria Norma Alcântara. **Alienação e ser social. determinações objetivas e subjetivas**. Rio de Janeiro, 2005.

LESSA, Sérgio. **Mundo dos homens. Trabalho e ser social**. 3. ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2012. Disponível em: <<http://www.sergiolessa.com/Livros2012/MdoH.pdf>>. Acesso em: 7 jan. 2013.

_____. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **Sociabilidade e individuação**. Maceió: EdUFAL, 1995.

LÖWY, Michael. **A Evolução Política de Lukacs. 1909-1929**. São Paulo: Cortez, 1998.

LUKÁCS, György. A reprodução. **Para uma ontologia do ser social**. Tradução de Sérgio Lessa em anexada a sua dissertação de mestrado *Sociabilidade e individuação*. Universidade Federal de Minas Gérias, 1990. Disponível em: <http://sergiolessa.com/Novaartigos_etallil.html>. Acesso em: 12 nov. 2012.

_____. As bases ontológicas da atividade do homem. **Temas de Ciências Humanas**, v. 4, 1978.

_____. **Conversando com Lukács**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

_____. **El asalto a la razón. La trayectoria del irracionalismo desde Schelling hasta Hitler**. México : Grijalbo, 1959.

_____. O Trabalho. **Para uma ontologia do ser social**. Tradução de Ivo Tonet. Universidade Federal de Alagoas, S/D. Disponível em: <http://sergiolessa.com/Novaartigos_etallil.html>. Acesso em: 12 nov. 2012.

_____. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **Per l'ontologia dell'essere sociale**. Roma: Riuniti, 1981.

_____. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social. Questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível**. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **Socialismo e democratização. Escritos políticos 1956-1971**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

_____. Zur Ontologie des gesellschaftlichen Seins. **George Lukács Werke**, Darmstadt und Neuwied: Luchterhand, 1986.

MARCUSE, Herbert. **Reason and revolution. Hegel and the rise of social theory**. 2. ed. London: Routledge, 2000.

MARX, K. **A ideologia alemã**: Boitempo, 2007.

_____. **Carta a Friedrich Engels (em Ryde)**. Londres, 25 set. 1857. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1857/09/25.htm>>. Acessado em: 13 maio 2013.

_____. **Carta ao Diretor da Revista Russa Otiechéstvennie Zapiski**, Nov. 1857. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1877/11/revista.htm>>. Acessado em: 13 maio 2013.

_____. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **Contribuição para a crítica da economia política**. Lisboa: Editorial Estampa, 1973

_____. **Grundrisse. Manuscritos econômicos de 1857-1858; esboços da crítica da economia política.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

_____. **Miséria da filosofia. Resposta à "Filosofia da miséria" de Pierre-Joseph Proudhon.** Rio de Janeiro: Leitura, 1965.

_____. **O capital. crítica da economia política.** Livro I, vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

MEEK, Ronald L. **Studies in the labour theory of value.** Londres: Lawrence and Wishart, 1973.

MÉSZÁROS, István. **Lukács' concept of dialectic.** Londres: The Merlin Press, 1972.

_____. **Para além do capital. Rumo a uma teoria da transição.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

NETTO, José Paulo. Georg Lukács, um exílio na pós-modernidade. In: PINASSI, M. O.; LESSA, S. (Org.). **Lukács e a atualidade do marxismo.** 1. ed., São Paulo: Boitempo Ed, 2002.

_____. Introdução: sobre Lukács e a política. In: LUKÁCS, G. **Socialismo e democratização. Escritos políticos 1956-1971,** Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

_____. Lukács e a problemática cultural da era stalinista. **Revista Temas de Ciências humanas,** n. 6, 1979.

OLDRINI, Guido. Em busca das raízes da ontologia de Lukács. In: PINASSI, M. O.; LESSA, S. (Org.). **Lukács e a atualidade do marxismo.** 1. ed., São Paulo: Boitempo Ed, 2002.

PINASSI, Maria Orlanda; LESSA, Sérgio (Ed.). **Lukács e a atualidade do marxismo.** 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2002.

RANIERI, Jesus. Apresentação. In: MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

TERTULIAN, Nicolas. **Georg Lukács: as etapas de seu pensamento estético.** São Paulo: Editora da Unesp, 2008.

_____. **Le concept d'alienation chez Heidegger et Lukács,** 2013. Disponível em: <<http://amisgeorglukacs.over-blog.com/article-le-concept-d-alienation-chez-heidegger-e-44441593.html>>. Acessado em: 22 de Setembro de 2013.

_____. O conceito de ideologia na ontologia de Lukács. **Margem Esquerda,** n. 11, p. 70–81, 2008.

_____. Posfácio. In: LUKÁCS, G. (Org.). **Prolegômenos para uma ontologia do ser social,** São Paulo: Boitempo, 2010.

VAISMAN, Ester. **A ideologia na ontologia de Georg Lukács**. João Pessoa, 1986.

WEBER, Max. **General economic history**. Nova York: Collier, 1961.

WOOD, Ellen Meiksin. Historical materialism in 'Forms which precede capitalist production'. In: MUSTO, Marcello (org). **Karl Marx's Grundrisse: foundations of the critique of political economy 150 years later**. Abingdon: Routledge, 2008. p. 79-92.